

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Cleide Souza Shimokomaki

**PERCEPÇÃO SOBRE A EVASÃO EM CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR MUNICIPAL EM GOIÁS**

Taubaté

2017

Cleide Souza Shimokomaki

**PERCEPÇÃO SOBRE A EVASÃO EM CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR MUNICIPAL EM GOIÁS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Taubaté

2017

CLEIDE SOUZA SHIMOKOMAKI

**PERCEPÇÃO SOBRE EVASÃO EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO ENSINO
SUPERIOR MUNICIPAL EM GOIÁS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Rose Lima de Moraes Campos

Instituto Taubaté de Ensino Superior

Assinatura _____

A Deus, pela fé que me mantém fiel à vida honesta de trabalho e de estudo.

À minha família, que soube entender a minha ausência nos muitos momentos desde que ingressei no mestrado, até a conclusão desta dissertação.

Aos meus queridos e amados esposo e filha, pela ajuda e por aguentarem meus momentos de ansiedade e estresse nos meses em que me dediquei ao mestrado e pela minha ausência durante este tempo.

A todos os professores e alunos que participaram da pesquisa.

A UNITAU e a UNIFIMES, por acreditarem no meu profissionalismo.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo, pela dedicação, carinho, esperança, humildade e por ter recebido meu trabalho de forma profissional e materna.

Aos meus queridos e amados Roberto e Priscila, esposo e filha, que me apoiaram nas diversas madrugadas, feriados e fins de semana em que fiquei trabalhando nesta dissertação.

Um especial agradecimento aos Professores Dr. Edson Aparecido de Araújo Querido Oliveira e Dra. Marcela Barbosa de Moraes por terem me incentivado a pesquisa como forma de criação e melhorias para a vida humana.

A todos os meus professores da UNITAU, que participaram da minha formação científica.

Aos meus amigos da UNITAU.

RESUMO

O presente estudo busca contribuir para a elucidação dos fatores que motivam a evasão dos estudantes matriculados nos cursos de bacharelado em Administração, oferecidos pelas fundações municipais de ensino superior instaladas e em operação no estado de Goiás. Entende-se essa como uma questão relevante para os gestores das IES e, as consequências, para a profissionalização dos estudantes envolvidos. Esta investigação, deu-se a partir de procedimentos metodológicos de uma pesquisa quali-quantitativa, bibliográfica, exploratória, tendo como base teórica estudos já publicados e consultas a documentos e legislações. Realizada sob olhares dos estudantes frequentes, dos docentes e dos gestores, associados à observância de documentos e publicações em bancos de dados oficiais estatais e das IES envolvidas, bem como em estudos realizados em anteriormente. Os resultados apontam que do ponto de vista dos alunos os aspectos mais relevantes são: questão financeira, falta de incentivos de bolsas e falta de professores qualificados. Os professores destacaram os seguintes aspectos: relativos a ordem financeira, as condições de trabalho e a vida financeira dos alunos. Os gestores apontaram como motivos os aspectos: o aspecto financeiros, falta de incentivos através de bolsas sociais e falta de identificação. Uma vez identificadas e analisadas tais causas, o estudo contribui para implementação de metodologias que auxiliem a tomada de decisões de gestores das IES envolvidas, fortalecendo estratégias que visem à manutenção e permanência dos estudantes nos cursos de bacharelado em Administração oferecidos pelas fundações municipais de ensino superior, estabelecidas e em operação no estado de Goiás.

Palavras Chave: Ensino Superior. Gestão. Graduação. Administração. Evasão Escolar.

ABSTRACT

PERCEPTION OF THE TEACHERS, TEACHERS AND COORDINATORS ON EVASION IN ADMINISTRATION COURSES IN MUNICIPAL HIGHER EDUCATION IN GOIÁS

The present study seeks to contribute to the elucidation of the factors that motivate the evasion of the students enrolled in the baccalaureate courses in Administration, offered by the municipal foundations of higher education installed and in operation in the state of Goiás. This is understood as a relevant issue for the managers of HEI and, the consequences, for the professionalization of the students involved. This research was based on methodological procedures of a qualitative, quantitative, bibliographic and exploratory research, having as theoretical basis already published studies and consultations with documents and legislation. It is carried out under the eyes of frequent students, teachers and managers, associated to the observance of documents and publications in official state databases and the HEIs involved, as well as in previous studies. The results point out that from the students' point of view the most relevant aspects are: financial question, lack of scholarship incentives and lack of qualified teachers. The teachers emphasized the following aspects: regarding the financial order, the working conditions and the financial life of the students. The managers pointed to the aspects: the financial aspect, lack of incentives through social grants and lack of identification with the course. Once these causes have been identified and analyzed, the study contributes to the implementation of methodologies that help the decision-making of the managers of the HEIs involved, strengthening strategies that aim at the maintenance and permanence of the students in the baccalaureate courses in Administration offered by the municipal foundations of higher education, established and in operation in the state of Goiás.

Keywords: Higher Education. Management. Undergraduate. Business Administration Course. Dropout.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivos	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	10
1.2	Delimitação do estudo	11
1.3	Relevância do estudo	11
1.4	Organização do estudo	12
2	REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1	Síntese historiográfica do ensino superior no Brasil.....	14
2.2	O Modelo Fundacional e o Ensino Superior: institucionalização das fundações municipais de ensino superior	24
2.3	O Ensino Superior no Brasil e o conceito de evasão	34
2.4	Elementos da evasão no ensino superior	38
2.4.1	A importância do gerenciamento da evasão.....	43
2.4.2	Identificação das razões da evasão no ensino superior	46
3	MÉTODO.....	48
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	51
3.2	População e amostra.....	53
3.3	Instrumentos.....	55
3.4	Procedimentos de coleta de dados	57
3.5	Procedimentos de análise de dados	59
3.6	Caracterização da amostra	60
4	ESTUDO DE CASO	62
4.1	Historiografia dos cursos de graduação em administração oferecidos pelas IES Municipais em operação em Goiás.....	62
4.1.1	Fundação de ensino superior de Goiatuba (FESG), em Goiatuba	63
4.1.2	Fundação municipal de educação superior de Rio Verde	65
4.1.3	Fundação integrada municipal de ensino superior em Mineiros	66
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
5.1	Percepção dos coordenadores das IES sobre a evasão no curso de Administração	69

5.2	Percepção dos docentes das IES sobre a evasão no curso de Administração.....	70
5.3	Percepção dos alunos dos Cursos de Administração nas IES, sobre a evasão	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS.....	83
	ANEXO A - Termo de Aceite Institucional	88
	ANEXO B - TABELAS.....	89
	APÊNDICE A - DEFINIÇÃO DOS TERMOS.....	128
	APÊNDICE B - Instrumento para coleta de dados junto aos Coordenadores de Curso .	131
	APÊNDICE C - Instrumento para coleta de dados junto aos Docentes do Curso de Administração	133
	APÊNDICE D - Instrumento de Coleta de Dados para Estudantes	135

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem experimentado, nas últimas seis décadas, uma acelerada expansão do ensino superior e, conseqüentemente, uma concorrência pela crescente ampliação do número de escolas que pleiteiam arrematar estudantes interessados na elevação do nível de escolaridade como instrumento teórico para ascensão profissional no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, criando novas oportunidades de vida.

Dentre as variáveis que implicam na entrada, permanência e conclusão dos cursos de graduação, as instituições de ensino superior (IES) têm se deparado com o fenômeno da evasão, como sendo um dos graves - senão o mais grave - problema na formação superior brasileira.

Dentre as conseqüências, as mais palpáveis são os prejuízos financeiros, tanto para os estudantes quanto para as IES: estas, se privadas, pelos dividendos não arrecadados; se estatais ou similares, pela vaga ociosa no decorrer dos cursos.

Nesse sentido, a presente dissertação busca contribuir para a elucidação de aspectos que levem à evasão, desta feita, ocorridas no curso de Bacharelado em Administração, oferecido pelas IES, mantidas pelas fundações municipais de ensino superior de Goiás, no período de 2012 a 2015, a partir da visão de coordenadores de cursos, dos alunos matriculados/frequentes e professores em exercício nos cursos de Administração das três instituições pesquisadas, com base em dados coletados in loco.

Assim, este estudo vem por reconhecer que a redução de escolaridade entre a população jovem constitui fator negativo preponderante ao processo de desenvolvimento, quer seja político, social e/ou econômico, justificando, portanto, as investigações propostas no sentido de elucidar as principais causas e variáveis.

O escopo do estudo é a identificação e análise dos aspectos que impactam a evasão dos estudantes dos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás, a fim de contribuir com os debates que indiquem novos procedimentos gestacionais que equalizem tal problemática.

Empiricamente, tem-se observado que, superadas as expectativas do ingresso no curso superior (no caso, em Administração), fatores implícitos têm corroborado para que o processo de evasão se torne realidade.

Nesse sentido, justifica-se a presente dissertação, a fim de colaborar para a tomada de decisões sustentadas por investigações academicamente estruturadas, sob o entendimento de que no âmbito acadêmico o estudo oportunizará melhor compreensão dos aspectos que provocam a evasão, possibilitando novas investigações a respeito.

Os resultados obtidos contribuirão, tanto para gestores quanto para os professores, na reordenação de metodologias e/ou proposições que possibilitem garantir a permanência e, conseqüentemente, a conclusão dos cursos de graduação em Administração.

Assim o objeto da presente investigação é responder a seguinte questão: quais são as principais causas de evasão dos estudantes nos cursos de Bacharelado em Administração oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os aspectos que influenciam a evasão dos estudantes nos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás, na percepção dos coordenadores, professores e alunos.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os aspectos históricos dos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás;
- Identificar os fatores que influenciam a ocorrência da evasão;

- Identificar as condições que favorecem a permanência de alunos nas IES municipais do estado de Goiás.

1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O universo pesquisado constituiu-se de três instituições de ensino superior municipais, dentre as quatro existentes em Goiás, instaladas nas cidades de Goiatuba, Rio Verde e Mineiros, sob a manutenção de suas respectivas fundações municipais de ensino superior, criadas como fundações municipais nas décadas de 1970 e 1980, período de considerável expansão e interiorização do ensino superior em Goiás, a exemplo de outros estados da federação e, por consequência, da preocupação das IES citadas, que se constituiu e constitui em captar e manter estudantes nos respectivos cursos de sua jurisdição até a sua conclusão.

A evasão nos cursos de ensino superior é um ponto de preocupação das instituições de maneira geral, porém este estudo delimita a uma análise das ocorrências de evasão escolar nos cursos de graduação em Administração oferecidos por três IES municipais do estado de Goiás selecionadas para essa pesquisa. Informação que, em decorrência da sua importância, tem caráter estratégico para as IES. Ressalta-se que mesmo que esse tema seja relevante, o acesso aos dados foi dificultado, ora por ausência da informação em si, ora por estratégia de mercado ou mesmo por questões relacionadas a pesquisa.

A proposta inicial era pesquisar as causas da evasão escolar nos cursos de Administração dessas três instituições, a partir de entrevistas e aplicação de questionários aos alunos que por algum motivo desistiram antes de concluí-los. Outros dados para análise seriam os índices de evasão do curso no período de 2012 a 2015.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Em primeiro plano, acredita-se que compreendendo os aspectos motivadores do processo de evasão é possível fornecer dados para as instituições repensarem e

estabelecerem e/ou reordenarem metodologias e ações que interfiram pró-permanência dos estudantes no curso.

Dessa forma, é possível colaborar para a ampliação de debates que possam conduzir a adoção de novas metodologias e/ou procedimentos de gestão dos cursos de Administração na perspectiva de garantir acesso, permanência e conclusão, com êxito, compreendendo que os resultados das análises aqui efetuadas poderão contribuir para novas proposições, dinâmicas e metodologias para os cursos de graduação das diferentes áreas, oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás e, conseqüentemente, corroborar para o atendimento das necessidades apresentadas pela sociedade no início do século XXI.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo está estruturado em seis seções que se complementam a fim de articular as reflexões propostas, assim organizadas:

A primeira seção constitui-se da Introdução, anunciando o tema, seus objetivos, sua delimitação, a organização metodológica e os resultados obtidos, assim como a importância destes para aplicabilidades futuras.

Na segunda seção, são descritas as bases teóricas destacando-se conceitos e aspectos históricos sobre a expansão do ensino superior no Brasil e a institucionalização das instituições municipais de ensino superior em Goiás, a partir da análise dos dados coletados sobre a oferta e a permanência/evasão dos estudantes do curso de Administração oferecidos por tais instituições, universo deste estudo.

Admitindo que a amplitude do período a ser estudado exigiu uma ação dialógica centrada na história da educação brasileira, sua expansão e interiorização, como ponto de partida para compreender a criação, consolidação e expansão, especificamente no estado de Goiás, através das IES municipais, a partir de um recorte cronológico abrangendo o período de 2012 a 2015, sustentado pelo Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás, MEC/INEP e IBGE.

A terceira seção descreve a apresentação dos “Resultados e Discussão”, a partir das informações coletadas pelas entrevistas concedidas pelos coordenadores dos

três cursos em exercício, pelos alunos, professores de todos os períodos do curso de Administração oferecido pelas três IES municipais do estado de Goiás, no período de 2012 a 2015.

A quarta seção apresenta as considerações finais. Importa reconhecer que, nesta etapa, foram apresentados os resultados da análise deste estudo, que cooperam para os debates que postulam apresentar uma contribuição para implementação de novas metodologias para a permanência e conclusão dos cursos.

Nas Referências, ou quinta seção, estão listadas, nomeadamente, as bases da sustentação teórica deste estudo.

A sexta e última constitui-se dos anexos e apêndices, documentos que compõem-se do modelo de questionário aplicado na coleta de dados, e ainda os quadros, tabelas e gráficos, construídos, aplicados e tabulados os dados para análise. As tabelas e gráficos contêm uma quantidade expressiva de informações gerando tabelas e gráficos com um número não recomendado para fazer parte do texto.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A historiografia da oferta do ensino superior no Brasil, em análise neste estudo, sustenta que a sua configuração inicial se deu enquanto institucionalização ainda em tempos de colônia, obedecida a contextualização político-ideológica do Reino de Portugal.

Registra-se, segundo estudos apresentados por Martins (2002), que a fundação das primeiras escolas de ensino superior em território brasileiro data de

[...] 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS, 2002, p.4).

É certo que sua expansão efetivamente só apresenta avanços significativos a partir da proclamação da Primeira República, fato considerado, academicamente, como o marco expansionista, compreendido entre 1889 a 1930, período em que se registram, segundo Martins (2002), predominantemente a formação dos profissionais liberais em unidades de ensino superior (faculdades, institutos e academias) isoladas, cujo foco era garantir uma certificação laboral que assegurasse o direito a ocupar, segundo Mattos (1983), “[...] postos privilegiados sem um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social.” (MATTOS, 1983, p.47).

Sampaio (1999) considera que, nesse primeiro momento, o ensino superior brasileiro teve duas influências básicas: uma foi o processo de modernização de Portugal, que exigiu significativas mudanças no modelo educacional daquele país, em especial a Universidade de Coimbra. A ideia central dessa proposta era a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. A

segunda influência foi o modelo de Universidade Napoleônico que mantinha o divórcio entre o ensino e a pesquisa.

A abolição da escravatura, a queda do Brasil Império e a Proclamação da República impulsionaram mudanças significativas no ensino superior brasileiro. Para dar sustentabilidade a essas mudanças, o ensino deixa de ser centralizado e se amplia com a criação de 56 novas escolas superiores no período de 1880/1890, sendo sua maioria de iniciativa privada. Sampaio (1999) acredita que a grande causa da ruptura do modelo de educação superior centralizado se justificou pela criação do Sistema Educacional Paulista, que teve como meta central dar suporte à modernização de São Paulo. “Esse novo modelo visava dar sustentação aos novos arranjos econômicos e sociais agora diversificados.” (SAMPAIO, 1999, p.7).

A questão da pesquisa foi um dos motivos que impulsionou o novo debate em defesa da criação da Universidade, que tivesse espaço para a pesquisa além da profissionalização. Na opinião de Sampaio (1999), a pesquisa acontecia nas instituições profissionais – espaços considerados, à época, inadequados ao desenvolvimento da pesquisa.

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922). Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades. Comentava se, à época, que uma das razões da criação dessa Universidade, localizada na capital do país, devia-se à visita que o Rei da Bélgica empreenderia ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa. (OLIVEN, 2002, p.27).

Na verdade, esse texto vem confirmar as ideias descritas anteriormente por Sampaio (1999), referindo-se à busca por um ensino superior que respaldasse o novo modelo econômico e as mudanças socioculturais surgidas a partir da década de 1920 e implementadas com a criação do novo modelo de Universidade a partir de dessa data.

Comprovando o processo de modernização do país, a organização do ensino se deu com a implantação do Ministério de Educação e Saúde em 1931, criando nesse mesmo ano o primeiro Estatuto das Universidades brasileiras, regulamentando a criação e o funcionamento de universidades no país.

O presidente Getúlio Vargas (1930-45), criou o Ministério de Educação e Saúde. Em 1931, com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o **Estatuto das Universidades Brasileiras**, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (OLIVEN,2002, p.27).

Um dado importante a ser considerado nesse período foi que mesmo com a criação da Universidade o Estatuto fez questão de manter a autonomia das escolas superiores já existentes, dificultando, de certa forma, a implantação do novo modelo de educação superior com ênfase na pesquisa.

Há de considerar que, nesse período, as variações quanto ao processo de instalação e/ou ampliação de instituições de ensino superior no país praticamente se mantiveram inalteradas e restritas ao letramento de uma minoria - que além de ocupar postos privilegiados, normalmente na administração pública, goza de prestígio social – importa observar que “[...] o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração.” (MATTOS, 1983, p. 37).

Os estudos de Martins (2002) apontam que tal situação permaneceu inalterada mesmo com a alteração da estrutura do comando político do país (1822), ou seja, a oferta de ensino superior permaneceu nos mesmos moldes e condições anteriores, incluso quanto à oferta e à diversificação, ou seja, a criação de universidades e/ou instituições dessa natureza não interessava à elite, por não vislumbrar, nelas, vantagens.

Essa condicionante permaneceu até a última década do século XIX. Nesse período, o número de instituições que ofereciam formação superior no Brasil somava aproximadamente 24 estabelecimentos, abrigando, segundo estudos de Martins (2002), uma população de aproximadamente 10.000 estudantes.

Como contraponto a esse viés e sob amparo legal dado pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1891, são criadas instituições, desta feita, mantidas pela iniciativa privada local e confessional – estas últimas, em sua maioria católicas, a fim de atender às suas e às intencionalidades da sociedade da

época e que assumem tacitamente os processos de expansão do ensino superior no país.

Para Martins (2002),

A ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior. Alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553, graças à concepção imperial da Espanha diversa da de Portugal. (MARTINS, 2002, p.5).

A partir da segunda década do século XX, os discursos propositores de criação de escolas de ensino superior no país não só extrapolaram os limites da configuração didático-administrativa de escolas isoladas, controladas restritivamente pelo poder estatal, como avançaram para a concepção de universidade, cujo conceito assemelhava-se ao do velho continente, em que figurassem em suas diretrizes, além da abertura, as definições de funções como as de abrigar e promover a ciência, por meio das investigações academicamente estruturadas, abrigando os seus promotores, somadas às funções ideológicas e políticas inerentes à propagação da nova sociedade pensada e desejada.

Nesse sentido, segundo afirmações de Martins (2002),

[...] as universidades não seriam apenas meras instituições de ensino mas centros de saber desinteressado. Na época, o país contava com cerca de 150 escolas isoladas e as 2 universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, não passavam de aglutinações de escolas isoladas. Foi com base nestes debates que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu (em 1931) ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito. A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Embora a reforma representasse um avanço, ela não atendia a principal bandeira do movimento da década de 1920 por não dar exclusividade pública ao ensino superior além de permitir o funcionamento de instituições isoladas. (MARTINS, 2002, p. 5)

O dual controle da educação no país (lideranças laicas e autoridades católicas), no período entre 1931 a 1945, segundo Martins (2002), acabou por provocar acirrados embates preconizados pela pretensão do domínio inerente ao controle do sistema educativo brasileiro, inclusa a escolarização superior, o que

instigou o governo, a fim de acalmar os ânimos, a aprovar, em facultativo para o estudante e obrigatório para o Estado, como componente nos currículos do Ciclo Básico, a disciplina de Introdução ao Ensino Religioso, já a partir de 1931.

Esse procedimento, não satisfazendo as intencionalidades da cúpula da Igreja Católica, implicitamente a impulsionou à criação de suas próprias instituições inclusas às universidades, já na década subsequente.

Durante esse período, o sistema de ensino superior continuou crescendo lentamente até 1960, época da formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. Entre 1946 e 1960, foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana (Sampaio, 2000: p. 70-71). Na segunda metade da década de 1950, o movimento estudantil entrou em cena, pela “reforma profunda de todo o sistema educacional” (Idem, p. 208). Para o movimento estudantil, o mais importante era alterar toda a estrutura existente e romper com o modelo resultante dos compromissos com o Estado Novo. (SANTOS, CEQUEIRA, 2009, p.4-5).

Por outro lado, segundo estudos de Cunha (1975), tais atitudes e a consequente expansão das instituições universitárias tuteladas por iniciativas não estatais provocaram uma onda de descontentamento, especialmente da parte da comunidade acadêmica, no que diz respeito a estudantes e parte dos docentes, que passaram a reivindicar, entre outras condicionantes, a universalização e irrestrita oferta de ensino mantido pelo Estado, ampla reorganização do sistema educativo do país, com ênfase na educação superior.

A extensa pauta de reivindicações que compunha os discursos daquele período certamente fomentou e configurou as diretrizes que nortearam a formulação, os debates e, após mais de uma década de tramitação, a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que passa a ser conhecida como a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada e promulgada em 1961, a Lei nº 4.024/61.

Para Martins (2002),

[...] de maneira diversa da reforma de 1931 não insistia que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades. Para os “reformadores” a LDB de 1961 representou uma derrota e foi

considerada uma vitória dos defensores da iniciativa privada, acenando a bandeira da liberdade do ensino. (MARTINS, 2002, p.5).

A partir de 1964, sob a gestão militar, o governo central passou a conduzir suas ações e políticas públicas a partir da dualidade ideológica de expansão e privatização, inclusas as da educação nacional independente.

No intuito de assegurar o fiel cumprimento de tais pretensões, o governo militar, em atitudes pontuais, desmantelou as organizações estudantis e manteve sob a severa vigilância as universidades mantidas pelos cofres públicos, então vistos como células germinadoras de contradições, custando inclusive a expatriação de líderes e pesquisadores com reconhecimento acadêmico. A reforma do ensino superior proposta pelos militares continha basicamente as seguintes mudanças:

[...] extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização). (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p.7).

Entretanto, é pertinente registrar que, já no início da terceira década do século XX, oportunidade em que se iniciou a publicação de dados estatísticos a respeito da educação nacional, segundo Mattos (1983),

[...] o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior, proporções que não se modificaram de maneira substantiva até a década de 1960 porque a expansão do ensino privado foi contrabalançado pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas. (MATTOS, 1983, p.39).

Em se tratando do movimento expansionista do ensino superior no Brasil, estudos de Cunha (1975) reconhecem que o crescimento populacional do país (da ordem de 70%) observado no período de 1940 a 1960 é desproporcional ao aumento do número de matrículas para a escolarização superior, que saltou para pouco mais de 220 mil matrículas (aproximadamente), das quais o maior contingente (cerca de mais de 50%) estava abrigado nas instituições mantidas pela iniciativa privada ou similar.

Nessa direção, acerca da população escolarizável, em se tratando de ensino superior no Brasil, sem atendimento pela rede instalada: segundos estudos feitos por Sampaio (1999), ainda no ano de “[...] 1969 os excedentes somavam 161.527”

(SAMPAIO, 1999, p.45), fator que, segundo a sua concepção, é influência da ampliação considerável do número de instituições para o ensino superior, o que permitiu o aumento de matrículas de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão – e claro, sendo a maior parte sob a responsabilidade da iniciativa privada.

Segundo Martins (2002), tal expansão, a princípio, foi consequência da

[...] opção do setor público por universidades que aliassem o ensino à pesquisa elevou os custos do ensino público, restringindo sua capacidade de expansão, e abriu o espaço para o setor privado atender a demanda não absorvida pelo Estado. (MARTINS, 2002, p.6).

Mesmo que houvesse sido estabelecido que o ensino superior no país fosse ministrado estruturalmente sob a associação entre ensino e pesquisa, conforme estabeleceu a reforma de 1968, em se tratando de instituições com status de universidade, a expansão dessa modalidade de ensino acabaria por proliferar em instituições de caráter isolado cujo foco era apenas ensino.

Por outro lado, o processo de ascendência observado até o final dos anos de 1970 passou a experimentar, na década subsequente, um processo de ociosidade de vagas no ensino superior, segundo Martins (2002), “[...] em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial.” (MARTINS, 2002, p.6). Essa situação teve um aumento significativo na última década do século XX.

Acerca da expansão e número de instituições de ensino superior, os dados a seguir apresentam o número de instituições e alunos matriculados bem como o crescimento de faculdades isoladas para oferta de cursos de graduação focados apenas no ensino.

No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos, duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos. As novas faculdades isoladas não eram *locus* de atividades de pesquisa, dedicando-se exclusivamente ao ensino. (OLIVEN, 2002, p.34).

Observando a proposta dos intelectuais e pesquisadores da década de 1930 de se criar universidades cujo foco seria a pesquisa, os dados apresentados por Oliven (2002) comprovam que a proposta da pesquisa acabou não se tornando tão

evidente, diante do número crescente de instituições isoladas em relação ao baixo número de universidades dedicadas à pesquisa.

Saindo da década de 1980 para a década de 1990, Martins (2002) faz uma comparação e apresenta uma evolução do número de alunos do ensino médio e o número de vagas ofertadas:

Na década de 1990 a relação de egressos do segundo grau e vagas oferecidas no ensino superior é de 1/1 no Sul e Sudeste, 1/1,3 no Centro-Oeste, e de 1/ 2,5 no Norte e Nordeste.⁴ Enquanto em 1980 cerca de 11% das vagas oferecidas nos cursos superiores não foram preenchidas, em 1990 a proporção passou para 19%. Entre 1985 e 1993 o número de vagas oferecidas no ensino superior manteve-se relativamente estável, em torno de 1.500.000, com declínio relativo da participação do setor privado. A interiorização do ensino superior, iniciada na década de 1950, acentuou-se tendo como um dos motivos básicos a criação de facilidades ou a busca de clientela. Outra resposta à estabilidade da demanda foi a ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas ao mercado e com isso atrair clientela. A fragmentação de carreiras (em várias áreas do conhecimento) torna os cursos menos dispendiosos e converge para o que acontece em algumas áreas em outros países. (MARTINS, 2002, p.6).

Nesse sentido, a massificação de vagas e, conseqüentemente, de atendimento aos indivíduos menos favorecidos economicamente constituiu, segundo Martins (2002), uma das – senão a principal – transformações em se tratando de ensino superior no Brasil, embora se faça necessário reconhecer que significativa parcela dos indivíduos de menor poder aquisitivo não frequentava os níveis de graduação escolar.

Autores como Cardoso e Sampaio (1994) afirmam que o contingente de estudantes que frequentam as escolas de ensino superior mantidas pela iniciativa privada é oriundo das classes de baixa renda.

Em relação a esse contraponto, Martins (2002) argumenta que a ampliação ao acesso das camadas economicamente intermediárias provoca uma espécie de corrida também para estudantes advindos das camadas menos favorecidas financeiramente, por entenderem que gozam das mesmas oportunidades, embora reconheça que, apesar do acesso, a sua permanência ultrapassa o número de vagas oferecidas, abrangendo problemas que chegam à má formação obtida na educação básica.

Numa espécie de contra via, o sistema brasileiro de escolarização básica tem demonstrado, ao longo de sua história, uma incapacidade, se não crônica, ao menos resistente quanto à disparidade entre a deficiência do ensino público fundamental e a eficiência parcial do ensino também fundamental, oferecidos nas instituições não estatais. Por outro lado, tal condicionante fortalece a discriminação imposta à grande massa que não dispõe de condições econômicas para bancar a escolarização não estatal.

A Constituição Federal de 1988 deu uma nova configuração para o ensino superior brasileiro: “Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades”. (OLIVEN, 2002, p.37).

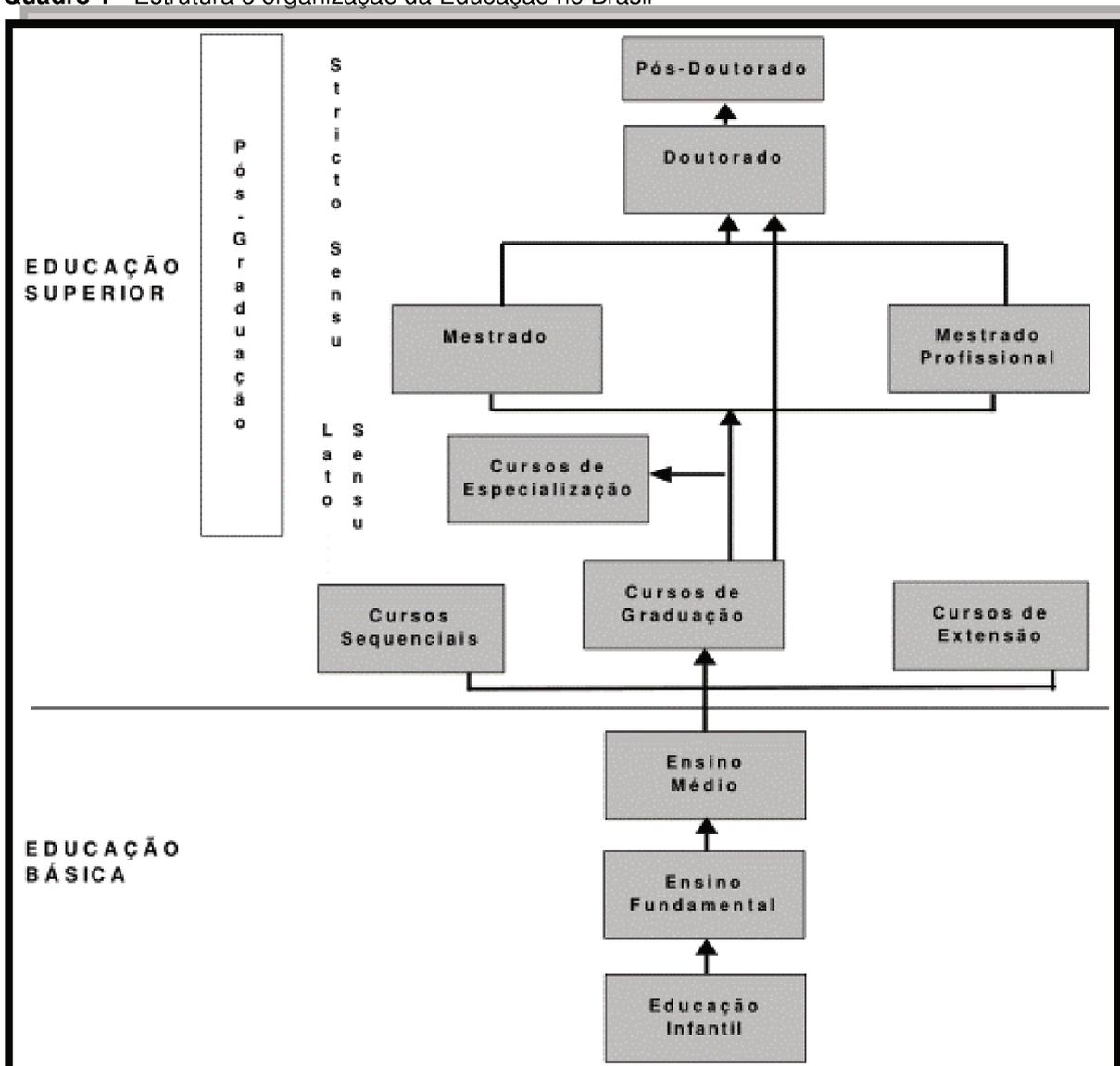
Promulgada a Constituição Federal de 1988, iniciaram-se os debates para a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para regulamentar a organização e oferta da Educação Nacional. Nesse sentido, a nova estrutura do ensino brasileiro passou a ser organizada em apenas dois níveis: o nível básico e o superior.

O nível básico é constituído pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, primeira e segunda fase e Ensino Médio, bem como as modalidades de Ensino: Educação de Jovens e Adultos EJA, Educação Profissional, Educação do Campo, Quilombola, Indígena, A distância e Educação Especial. Algumas dessas modalidades permeiam a Educação Básica e o ensino Superior, como é o caso do ensino a distância e profissional. A educação superior compõe-se de cursos de graduação, sequenciais e de extensão, bem como é responsável pela oferta de cursos de pós-graduação *Lato sensu*, que compreende os cursos de especialização, e os de *Stricto-sensu* compostos pelos cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) e cursos de doutorado e pós doutorado.

Neves (2002, p. 48) reconhece a educação superior no Brasil a partir da nova LDB como “[...] um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação lato e stricto sensu.” (NEVES, 2002, p.48).

O segundo nível de educação brasileira é o superior. O quadro de nº 1 apresenta a estrutura e organização da educação nacional a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, 9394/96.

Quadro 1 - Estrutura e organização da Educação no Brasil



Fonte: SOARES, 2002

No contexto dessa estrutura foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior:

O Ministério da Educação deu início ao processo de avaliação a partir dos cursos de graduação detentores do maior número de matrículas. Os formandos dos vários cursos avaliados são submetidos a um teste de conhecimentos relacionado ao seu curso. O Provão, como ficou conhecida essa avaliação, não faz parte do currículo dos alunos; apenas representa um instrumento para avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo curso. Da mesma forma, a instituição é avaliada quanto à situação das bibliotecas, laboratórios e qualificação dos professores. A comparação das médias de desempenho dos alunos tem apontado que os cursos das instituições públicas tem demonstrado melhores resultados (OLIVEN, 2002,p. 38).

Como bem disse o autor (NEVES, 2002, p.38), o Exame Nacional de Cursos (ENC), também denominado Provão, foi criado em 1995, pela Lei nº 9.131/95, como parte integrante das avaliações periódicas das instituições de educação superior. O seu objetivo específico consiste em avaliar os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos alunos que concluem a graduação. Com esse instrumento, é possível realizar avaliação comparativa entre o desempenho de um mesmo curso oferecido em diferentes IES, além de permitir o acompanhamento da evolução de desempenho dos cursos dentro de uma série temporal.

Além dessas avaliações, cada instituição tem o seu sistema de avaliação interno determinado pela legislação, sob o comando da sua comissão própria de avaliação (CPA). O papel dessas comissões internas consiste em diagnosticar as reais condições e necessidades da instituição. Além das comissões internas, elas também têm o pesquisador institucional, o profissional responsável por coletar os dados internos da instituição anualmente e encaminhar ao INEP. Tais dados fazem parte de uma das categorias de avaliação que compõem o resultado final da avaliação institucional.

Nos últimos anos houve uma grande expansão do ensino superior brasileiro, o que em parte justifica a necessidade de um órgão regulador com critérios de mensuração sobre a qualidade da educação superior ofertada no país. O sistema de avaliação nacional tem suas regras próprias e em caso de constatação de problemas existem as penalidades que, dependendo da gravidade, podem resultar no seu fechamento ou suspensão temporária de oferta de cursos.

2.2 O MODELO FUNDACIONAL E O ENSINO SUPERIOR: INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR

A historicidade das fundações está ligada à narrativa da solidariedade humana, na permanente busca pela garantia e universalização de processos e procedimentos de colaboração em que se auxilia outrem. Segundo Paes (2006), “fundação é, na verdade, um instrumento por meio do qual pode o ser humano – como pessoa física ou jurídica – transmitir à sociedade atual e sucessivas gerações

seus ideais e convicções e seguir atuando “como vivo depois de morto” (PAES, 1998, p.41).

Os primeiros registros de instituições fundacionais datam da história clássica do Egito, época em que já se institucionalizavam atitudes filantrópicas e posteriormente se têm notícias de práticas também na Grécia. Segundo Ferreira (2004), são oriundas do humanismo impregnado na mútua ajuda, cujas células embrionárias estão abrigadas na história clássica da humanidade.

Segundo afirmação de Assis (2008), foi em Roma que a instituição fundacional recebeu limites com maior nitidez, embora ainda sob sombras de associação, uma vez que a figura jurídica desta antecede a caracterização das fundações, a que o Direito Romano atribuía personalidade jurídica.

A respeito disso, Ferreira (2004) afirma que essas instituições clássicas apresentam forte semelhança, especialmente na manutenção dos fins assistenciais ou culturais, embora esses tenham sido incorporados a partir da outorga de personalidade jurídica, consequência da evolução do pensamento cristão, que basicamente norteou a instalação das fundações no Brasil, cuja inspiração se assentava nas ações de caridade e solidariedade das ordens religiosas instaladas no país.

Nesse sentido, a história fundacional no Brasil teve o seu esboço em 1738, por iniciativa de, segundo Assis (2008), Romão de Matos Duarte, que dividiu parte de seu patrimônio e criou a Fundação Romão de Matos Duarte, ainda em operação. Porém, Paes (2006) afirma que sob os aspectos jurídicos as fundações no Brasil apareceram apenas no início do século XX, a partir da Lei nº 173 de 10 de setembro de 1903, que passou a conferir personalidade jurídica a entidades com fins literários, científicos e religiosos.

Tais posturas permanecem prescritas pela Consolidação do Direito Civil, de Carlos de Carvalho, promulgada em 1912, ao acenar para a possibilidade de institucionalização das fundações, como pessoas jurídicas de Direito Privado, propositura consolidada em 1916, com a promulgação do primeiro Código Civil Brasileiro, segundo análise de Paes (1998).

Na sociedade brasileira recente, o novo Código Civil, promulgado em 2002, além de trazer uma nova normalização, transcrita em oito artigos, configura o corpo e caráter jurídico às fundações, determinando, a saber, que

[...]

CAPÍTULO III DAS FUNDAÇÕES

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. (BRASIL, 2002, p. 73-4).

Sob análise de Ferreira (2004),

[...] nessa perspectiva, o conceito e a natureza jurídica das fundações tratam da atribuição de personalidade jurídica a um patrimônio, que a vontade humana destina a uma finalidade social. É um pecúlio, ou um acervo de bens, que recebe da ordem legal a faculdade de agir no mundo jurídico, realizar as finalidades a que visou o seu instituidor (FERREIRA, 2004, p. 4).

O que significa compreender que o fundamento correspondente à fundação sucede sua configuração como um patrimônio cuja finalidade é pré-determinada pela intencionalidade dos indivíduos propositores, gestada por seus órgãos de deliberação e, como consequências, mesmo para as fundações criadas pelo poder público, há sempre uma considerável margem para sua caracterização como uma possibilidade de entendimento privatista.

Por outro aspecto, ao se referir à metodologia e diretrizes para a criação das fundações, o Art. 62 do Código Civil determina que seu criador deva fazê-la “[...] por escritura pública ou testamento [...]” (BRASIL, 2014, p. 23).

Nessa discussão, vale de fato saber como se institucionalizaram as fundações educacionais, mais especificamente as que oferecem o ensino superior, e foi nesse debate que valeu a ideia de que estas estão comprometidas diretamente com a promoção do ensino, da pesquisa e da difusão do conhecimento, segundo Morato e Bittar (2003).

Entendidas as fundações como instituições educacionais sem fins lucrativos, em sua maioria são beneficiárias de incentivos fiscais previstos do Art. 77 da Lei de Diretrizes e Bases Nacional, inclusive recebendo subvenção suplementar do tesouro público, além de gozarem, segundo a Alínea c, do Inciso VI, do Art. 150, da Constituição Federal e Art. 14 do Código Tributário Nacional, e quando prescreve, “[...], Art. 14 [...] a receita excedente, fora salários, é parcela do reinvestimento e deve ser aplicada na própria atividade.”(CTN, 2002, p.3).

Estudos como os de Pantaleão (2003), Paes (2006) e Aragão et al (2007) classificam as fundações educacionais existentes no país em quatro tipos:

- Fundações Públicas de Direito Público: criadas, instituídas e mantidas integralmente pelo Poder Público;
- Fundações Privadas de Direito Privado: criadas, instituídas e mantidas pela iniciativa privada, em vida ou por testamento do instituidor;
- Fundações Públicas de Direito Privado: criadas e instituídas por lei pelo Poder Público e mantidas por meio de mensalidades, taxa dos alunos, doações, subsídios públicos diretos ou indiretos, que compõem parte da sua receita e ainda por prestações de serviço;
- Fundações de Apoio: criadas no interior de universidades públicas, mantidas com recursos provenientes de pagamentos resultantes de prestações de serviços, ligados à universidade que as criou.

Portanto, sob as influências dos debates e discursos em defesa de políticas públicas que assegurassem a universalização da educação a todos os brasileiros em seus diferentes níveis, que ocupou e ainda ocupa lugar de destaque nas proposições, tanto pelo poder central quanto pela sociedade civil, é que tem lugar e institucionalização das fundações educacionais do país e, nesse modelo, surgem as fundações municipais.

Dourado (2000) sustenta que assentados na luta pela democratização das políticas públicas educacionais no Brasil, além de constituir o epicentro de considerável número (senão a maioria absoluta) das pautas de discussões em diferentes setores da sociedade brasileira, os modelos fundacionais têm permitido uma gama de modelos de controle administrativo das instituições escolares, embora em partes distanciando-se do que a sociedade civil tem reclamado, ou seja, da escola pública, leiga e gratuita.

Nas cinco últimas décadas, essa luta tem sido em consequência da

[...] precariedade/ou ausência dos mecanismos de participação e controle, novas modalidades de privatização configuraram-se de um lado, os setores educacionais não lucrativos, e, de/outro, os setores educacionais lucrativos, representados pelos empresários da educação. A partir de então, reaparece no cenário educacional a discussão sobre a esfera pública, alargando as suas fronteiras, de modo a incorporar como públicas as instituições não estatais ou comunitárias, tendo em vista que estas não deveriam visar lucros (DOURADO, 2001, p. 288-9).

Segundo Assis (2008), a Constituição Federal de 1988, “[...] reafirme o caráter público da educação ao definir a gratuidade do ensino público em todos os níveis. [...]” (ASSIS, 2008, p.28), as Fundações de Ensino superior, em especial caso, as Municipais, a partir da garantia de verbas subsidiárias passam a garantir uma espécie de destinação de verbas públicas às escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Numa concepção neoliberal de Estado por que tem passado o país, desde a segunda metade do século passado, as políticas públicas para a educação não se distanciam das denominadas Reformas Estruturais de Estado, implicando uma predisposição a um processo de privatização sustentado pelo ideário de que qualidade de ensino está vinculada ao aumento de produtividade. Diante de tais intencionalidades, observa Gentili (1998) que essa dinâmica é uma espécie de associação de modalidades institucionais:

[...] 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); e 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total). (GENTILI, 1998, p. 75).

Numa alusão ao que Assis (2008) chamou de “[...] contexto de privatização do público [...]” (ASSIS, 2008, p. 39), os municípios, na perspectiva desenvolvimentista experimentada no país, na segunda metade do século XX, num processo de subvenção, passam a implantar instituições de ensino superior, sob a justificativa de que a interiorização dessa modalidade de ensino fosse a garantia de atendimento à população distante dos grandes centros urbanos da época.

Nesse sentido, a implantação das fundações municipais de ensino superior, além de ser vista pelos próprios municípios como uma ação prestigiosa, passa a figurar, segundo Dourado (2000), como

[...] o incremento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo emergir organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e as organizações sociais constitutivas das reformas em curso no Estado.” (DOURADO, 2000, p. 292).

Assim, a criação das fundações municipais de ensino superior passa a constituir um modelo de interiorização do ensino superior cuja natureza jurídica e organizacional variava conforme as intencionalidades dos poderes locais. Dourado

(2001), ao analisar as dez fundações criadas no estado de Goiás, reconhecendo a complexa realidade jurídica dessas instituições, estabeleceu como critério metodológico três grupos segundo a sua constituição jurídica:

[...]1) Modalidade Fundacional I: instituições de ensino superior públicas não gratuitas, mantidas e administradas por fundações educacionais municipais. (...) Embora criado como de natureza pública, esse modelo assume caráter privado, já que os alunos pagam mensalidades escolares.

2) Modalidade Fundacional II: instituições de ensino superior, criadas pelo poder público municipal através de fundações educacionais municipais, administradas por associações de ensino privadas.

3) Modalidade Fundacional III: instituições de ensino superior públicas gratuitas, mantidas pelo poder público municipal em convênio com a Universidade Federal de Goiás (DOURADO, 2001, p. 93).

Sob esse prisma, compreende-se que as fundações municipais, em sua maioria, foram um instrumento viabilizador, além da interiorização e da conseqüente expansão do ensino superior no Brasil, também de artifício jurídico de privatização do ensino superior, afirmando que

[...] a ambigüidade jurídica destas instituições configura-se em evidência acentuada de que a adoção do regime fundacional foi o meio encontrado para garantir a expansão privada do ensino superior, sob os auspícios legais e o financiamento do poder público municipal. (DOURADO, 2001, p. 183-184).

Reconhece-se que a regulamentação a respeito do ensino superior no Brasil define e classifica as instituições de ensino; porém, em nada se refere às fundações criadas no âmbito dos municípios, embora as autoridades reconheçam a existência dessa modalidade institucional.

A exemplo das demais regiões do país, em Goiás, a oferta de educação superior associa-se, respeitadas as devidas proporções, aos procedimentos e movimentos de implementação dessa modalidade de ensino no Brasil, ou seja, só a partir do final da terceira década do século XX, com a transferência da capital do Estado para a cidade de Goiânia, veem-se implementadas iniciativas que dizem respeito à expansão e reorganização de cursos de graduação, segundo a SECTEC/GO (2013), ao anunciar o Plano Diretor – A Educação Superior em Goiás.

Nesse processo e a partir das intensas lutas em defesa da escola pública e gratuita para os todos os níveis de escolarização, são criadas, em 1959, a Universidade Católica de Goiás e, em 1960, a Universidade Federal de Goiás,

ambas com sede na cidade de Goiânia e, numa espécie de contraponto ao movimento expansionista do setor vivenciado no país, o estado experimenta uma condição de retração na ampliação da rede.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento/Goiás (2015), em pleno período de acelerada expansão do ensino superior pós-reforma universitária do governo, nos anos de 1970, o estado registra a criação de apenas três instituições de ensino superior, sendo uma pela iniciativa “[...] privada (Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão), em Anápolis, e duas públicas (Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis – FACEA e Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás – ESEFEGO) (GOIÁS, 2015, p.eI).

Nessa condicionante, é criada, em 1973, na cidade de Rio Verde, no Sudoeste do Estado, a primeira fundação municipal de ensino superior, na perspectiva de contrapor a escassez de vagas para a modalidade de escolarização, especialmente no interior.

Na década subsequente, segundo a SECTEC/GO (2013), nos anos de 1980, Goiás vivenciou um acelerado expansionismo na instalação de instituições e conseqüente oferta de vagas para o ensino superior, sustentados por diferentes iniciativas, desde a criação de autarquias estaduais, fundações municipais, faculdades isoladas de natureza privada, implementando de vez o processo de interiorização desse nível de escolarização no Estado.

Numa perspectiva de programar a interiorização do ensino superior em Goiás – que segundo a SECTEC/GO, passa a figurar como instrumento para a integração político territorial e conseqüentemente agilizar o processo de desenvolvimento dos municípios mais distantes da capital – associadas a intencionalidades diversas, as autoridades estaduais lançam mão da criação, via o regime jurídico autárquico, de faculdades isoladas, passando a estimular outros municípios do estado, atitudes semelhantes à de Rio Verde, que criaram uma estrutura de escolarização superior a partir das estruturas fundacionais.

Tais atitudes, além de garantir uma espécie de prestígio político dos mandatários locais, passaram a representar uma importante via de implementação do desenvolvimento tecnológico das microrregiões, além da alternativa da criação das próprias fundações de ensino superior, cuja finalidade, segundo a SECTEC/GO (2015), era a de “[...] estabelecer mecanismos de facilitação à implantação do

referido nível de ensino por intermédio da parceria com segmentos educacionais privados do Estado” (GOIÁS, 2015, p.eI).

Com tais proposições foram criadas, além daquelas em operação na natureza de origem, as seguintes fundações municipais, transferidas para outros modelos de gestão:

- Fundação de Ensino Superior de Itumbiara (FESIT), em Itumbiara;
- Fundação Educacional de Catalão, em Catalão;
- Fundação Educacional de Jataí (FEJ) em Jataí;
- Fundação Educacional de Luziânia (FEL), em Luziânia.

Parte dessas fundações foi incorporada pela iniciativa privada e outra pela rede estadual, por ocasião da promulgação da Lei Complementar nº 26 de 1998, que passou considerar as fundações municipais ligadas ao ensino superior como entes públicos.

É certo que o processo de expansão foi justificado pela necessidade de ampliação de oportunidades para escolarização de terceiro grau e pela igual necessidade de interiorizar tal modalidade de ensino pelo Estado, de maneira indireta mediatizada por acordos políticos, e para a SECTEC/GO (2015)

[...] o discurso legitimador desse processo buscou na defesa da dinamização da economia regional e na conseqüente integração desta à lógica do mercado, os elementos político-ideológicos para a adesão e legitimação da adoção de tais políticas. O discurso que prevaleceu foi o do ensino superior como fator de progresso, desenvolvimento e integração e como fator de status e prestígio. (GOIÁS, 2015, p.eI).

Convém registrar ainda que, majoritariamente, essas instituições foram estruturadas, a exemplo do movimento expansionista em curso no país, como faculdades isoladas, embora defendam setores do governo estadual que o processo de interiorização do ensino superior no estado de Goiás configure uma agregação de valor aos modelos adotados para a consolidação e desenvolvimento regional das microrregiões do interior do estado.

Entretanto, segundo a SECTEC/GO (2013), o expansionismo observado no estado, ancorado basicamente nos modelos e figuras jurídicas fundacionais (privadas e estatais - estaduais/municipais), e sob a justificativa de romper com as estruturas e burocracias próprias do sistema quanto a instalação de novas IES,

especialmente no interior do país, tornou-se fator facilitador da privatização da modalidade de ensino no estado.

Destaca-se ainda que as fundações municipais que atuam no ensino superior goiano obedeceram, inicialmente, a idênticas configurações jurídicas. Foram, em sua maioria, criadas nos moldes de faculdades isoladas mantidas pelo poder público municipal.

É preciso reconhecer ainda que a expansão das IES e dos cursos observada no interior de Goiás, tanto na esfera pública quanto na privada, tem sido orientada fundamentalmente por uma dinâmica centrada no atendimento aos sinais e interesses do mercado, ainda que haja um esforço para entender a educação superior como bem público a serviço do desenvolvimento humano e de bem estar coletivo.

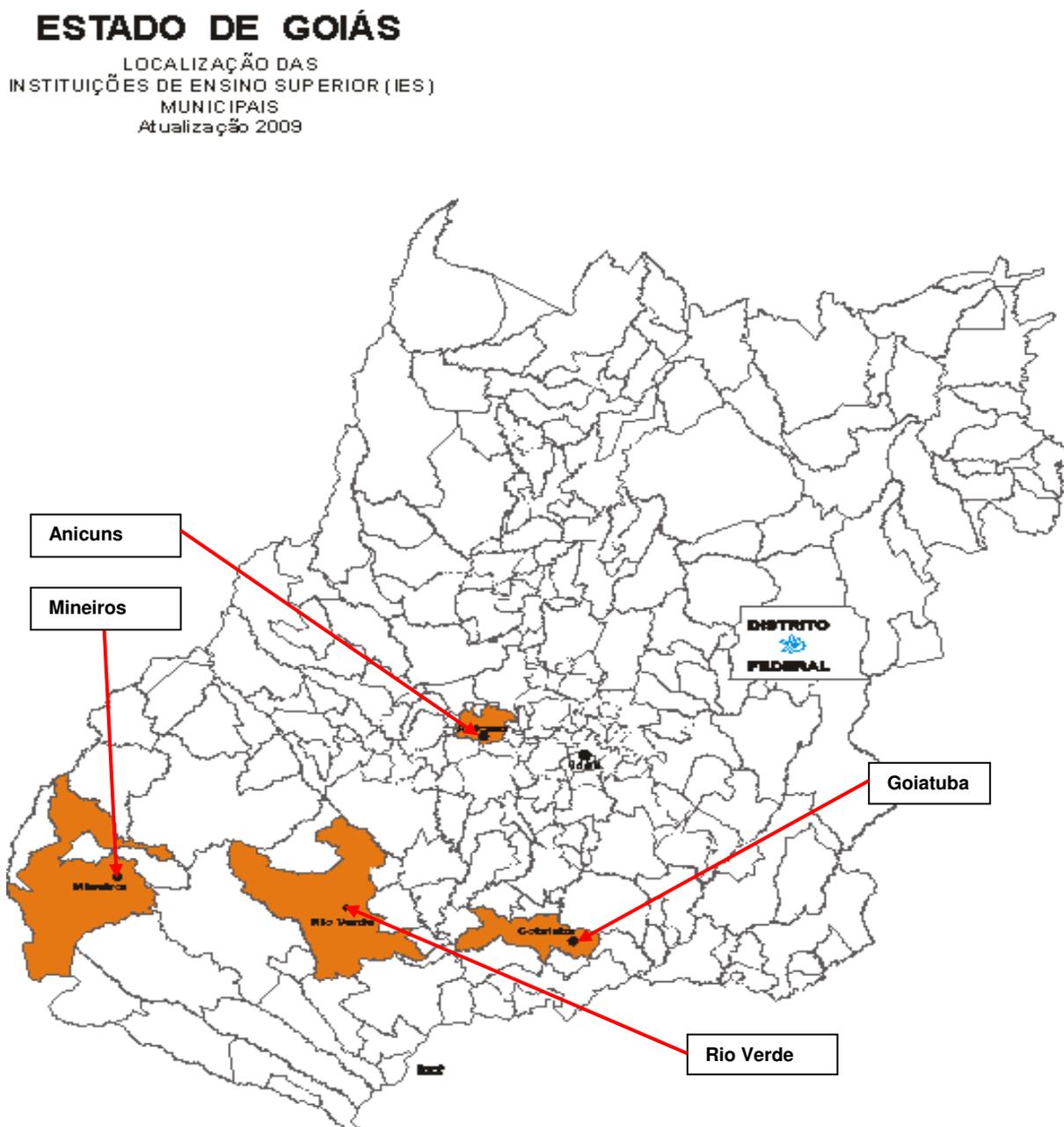
Para a SECTEC/GO (2015),

[...] as IES a serem criadas e os cursos a serem oferecidos, nas diferentes modalidades de educação superior, devem estar em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado, assim como com as demandas dos municípios e da região de abrangência de cada uma das instituições. Mesmo o segmento privado deve nortear-se por critérios mais amplos que inclui o interesse público (GOIÁS, 2015, p. e1).

Assim, Fundações Municipais de Ensino Superior em operação em Goiás, contemporâneas em sua criação (Anicuns, Goiatuba e Mineiros), exceto a Fundação Municipal de Educação Superior (FESURV) em Rio Verde, corroboram com a propositiva de interiorização do ensino superior e atendimento à população menos favorecida e residente no interior do estado.

Há que atentar para a distribuição territorial das IES mantidas pelas fundações municipais em operação no território do Estado de Goiás, cuja concentração observa-se ao Sudoeste do estado de Goiás, conforme Figura 1, região onde o foco desenvolvimentista se assentou em primeiro.

Figura 1 - Localização das IES Municipais em Goiás



Fonte: SECTE/GO, 2015

No Quadro 2 está relacionada, cronologicamente, a constituição legal das fundações municipais em operação em Goiás. São quatro fundações, sendo, nesta pesquisa, consideradas apenas três, em razão das dificuldades para coletar os dados em uma delas por questões de mudanças no processo de gestão.

Quadro 2 – Configuração das Fundações Municipais de Ensino Superior em funcionamento em Goiás em 2015

INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS				
MANTENEDORA		MANTIDA		SUSTENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DENOMINAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	DENOMINAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	
FESURV - Fundação do Ensino Superior de Rio Verde.	Criada pelas Leis Municipais n ^{os} 1221/73 e 1313/74	FAFI -Faculdade de Filosofia. FURV -Fundação Universitária de Rio Verde. UNIRV -Universidade de Rio Verde	Lei n 4.541/2003	Mensalidades pagas pelos estudantes e suplementação orçamentárias do poder público municipal.
FIMES - Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior	Criada pela Lei Municipal n ^o 278, 11 de março de 1985	Faculdades Isoladas de Mineiros 1986 Faculdades Integradas de Mineiros Centro Universitário de Mineiros	Lei Municipal n ^o 278 Decreto Governamental N ^o 6.144 de 17/05/2005 Lei Municipal n ^o 1495/2010	Mensalidades pagas pelos estudantes e suplementação orçamentárias do poder público municipal.
FEA -Fundação Educacional de Anicuns	Resolução n ^o 124/CEE de 06 de maio de 1985	Faculdade de Anicuns	Resolução n ^o 124/CEE de 06 de maio de 1985	Mensalidades pagas pelos estudantes e suplementação orçamentárias do poder público municipal.
FESG - Fundação de Ensino Superior de Goiatuba	Criada pela Lei Municipal n 788, de 07 de agosto de 1985,	FAFICH-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba	Decreto Federal N. 96.776, de 27 de setembro de 1988	Mensalidades pagas pelos estudantes e suplementação orçamentárias do poder público municipal.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

2.3 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O CONCEITO DE EVASÃO

Objeto de investigações acadêmicas desde os primeiros anos da segunda metade do século XX, a desistência no ensino superior tem preocupado gestores e financiadores dessa modalidade de escolarização, a ponto de compor uma das importantes variáveis a serem consideradas pelo sistema nacional de avaliação da educação superior, embora, segundo afirmação de Polydoro (2000), já compusesse o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) desde os anos de 1990.

O tema tem sido umas das constantes preocupações dos gestores das instituições de ensino superior. Mello et al (2012) ressalta o empenho que as

universidades públicas vêm desprendendo a essa questão no sentido de ajudar os alunos a permanecerem no curso até sua conclusão. Apesar da ajuda com alimentação, moradia, transporte, verificou-se que existem outros fatores determinantes que contribuem para o abandono do estudo, como o próprio autor enumera: observa-se que a situação não se limita às condições socioeconômicas dos estudantes.

Aparecem com frequência nas justificativas de abandono do curso, a falta de informação sobre esses, a dificuldade de acompanhar as aulas por ter realizado um ensino médio precário, muitas vezes em etapas, assim como a desistência e o abandono do curso diante da didática docente e das tensões na relação aluno-professor. Então, questões de ordem acadêmica, expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria interação dos estudantes com a instituição, parecem desestimular o estudante a priorizar o tempo e dinheiro para concluir o curso.(MELLO, et, al, 2012, p.4).

Esses fatores são de competência da instituição: na maioria das vezes o aluno chega no ensino superior com grandes expectativas, e que são frustradas por esses aspectos – aliados aos problemas financeiros mais às dificuldades encontradas no decorrer do curso – o motivam a desistir. Percebe-se que esse problema não é recente e afeta a educação superior desde a sua criação e evolução, e em alguns cursos o abandono é maior que em outros. Essas diferenças merecem uma atenção especial e um estudo nessa direção.

Portanto, a linha histórica dessa modalidade de investigação dá conta de que a evolução dos estudos dessa natureza já indicava que essa era uma temática a que as IES deveriam, desde então, dispensar atenção especial, uma vez que, segundo proposição de Carneiro (1995), seria um equívoco desassociar a variável evasão dos debates sobre o amplo processo de avaliação institucional, objeto da preocupação dos Pró-Reitores de Graduação da época.

Segundo o Ministério da Educação/MEC Apud, Mello, (2012) :

[...] evasão é a “saída definitiva do curso de origem sem conclusão ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL / MEC, 1997, p. 19) Ainda de acordo com o MEC, para estabelecer parâmetros metodológicos de forma a garantir a exatidão e comparabilidade dos resultados, evasão fica caracterizada da seguinte forma: evasão de curso é quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional; evasão da instituição, quando o estudante

desliga-se da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL / MEC, 1997) apud MELLO, 2012, p.5).

Na concepção do MEC, evasão significa a desistência do aluno de fazer determinado curso independentemente do motivo. Mesmo quando transferido para outro curso ele é considerado evadido no anterior. Nessa perspectiva, cada instituição deve e tem liberdade para definir o que no seu interior ela considera como aluno evadido. Existe um fator que para as instituições o MEC, como órgão responsável pela gestão e organização da Educação brasileira, é fundamental: trata-se dos prejuízos educacionais, sociais e financeiros que esse fenômeno provoca e causa na educação, comprometendo de certa forma a eficiência das IES, sem pensar nos prejuízos sociais causados à sociedade brasileira em todos os aspectos: econômico, social, político, cultural.

Polydoro (2000) afirma que “[...] a evasão foi sendo estudada como um fenômeno que interfere na eficiência das IES, gerando perda de investimentos e recursos humanos para o futuro” (POLYDORO, 2000, p. 46). Porém, a autora recomenda cuidadosa observância quanto ao estabelecimento de uma definição para o termo, tendo em vista que diferentes critérios têm sido usados nos diferentes estudos sobre o fenômeno.

Para calcular a evasão nos cursos superiores, Lobo et al (2007) determinaram duas maneiras de se fazer o cálculo dos seus índices: o primeiro se refere ao número de matriculados e não matriculados ao final de cada semestre e/ou ano letivo. Esse modelo foi denominado por eles de média de evasão anual/semestral, e na sua opinião serve para que a instituição acompanhe o que acontece nos cursos.

Ao segundo modelo eles chamam de evasão total. Esse mede o número de alunos que ingressa num determinado curso versus o número de alunos que são titulados ao final do seu percurso.

A evasão anual média mede qual a porcentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de

um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%. (LOBO, et al, 2007, p. 642).

Nesse sentido, Polydoro (2000) alerta que, na verdade, o conceito de evasão é bastante complexo e pode variar de instituição para instituição, bem como de autores para autores, e o que importa na verdade é encontrar formas alternativas para o seu combate.

Definições ambíguas e metodologias imprecisas de coleta de dados impossibilitam a comparação entre IES, a avaliação de uma mesma instituição ao longo do tempo e a generalização dos resultados de pesquisa e, por consequência, a obtenção de indicadores gerais de abandono de curso. (POLYDORO, 2000, p. 46).

Considerando tais recomendações e estudos dessa natureza, Polydoro (2000) preconiza uma proposição conceitual do termo “evasão de curso” como a saída em definitivo do curso de origem, “evasão de IES” como o desligamento do estudante da instituição, assim como “evasão do sistema” como o abandono do ensino superior.

Para Kipnis (1999), há que considerar ainda os múltiplos atores envolvidos no processo, seus interesses e perspectivas, como por exemplo:

- Fracasso pessoal por parte do próprio estudante;
- Redução dos índices de desempenho por parte das IES;
- Da parte do Sistema (independente da natureza administrativa), perda para outro Sistema (Nação, Estado ou Município).

Assim como Mello et al. (2012) se preocupam com essa questão e afirmam que sua origem não é somente ligada aos aspectos de condição econômica dos cursistas Polydoro (2000), acreditam e defendem a ideia de que é preciso considerar também as dificuldades de caráter metodológico, o que dificulta sobremaneira a adoção de uma estratégia única e coletivamente aceita para a apreensão de tal fenômeno que, associado aos múltiplos bancos de dados utilizados, certamente responde pela maior dificuldade em estabelecer um parâmetro que permita fazer comparações. Nesse contexto, propõem que, com base nos diferentes recortes apresentados pelos estudos já realizados, a evasão seja analisada observados nos

[...] seguintes objetivos: obter o índice de evasão da IES, curso ou disciplina; caracterizar o perfil do evadido; identificar as prováveis causas ou fatores envolvidos na evasão; levantar as condições atuais e projetos acadêmicos futuros do evadido. (POLYDORO, 2000, p. 49).

Portanto, observadas a pluralidade de análise acadêmica e a necessidade de que se estabeleça sistematicamente conceitos e metodologias para investigação sobre o tema, a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão foi levada a propor procedimentos unificados para as investigações futuras, privilegiando como base a condicionante de evasão de curso.

Dentre essas condicionantes, Polydoro (2000) recomenda atenção para a necessidade de agregar às investigações sobre a evasão de cursos alguns aspectos como as condições e “[...] característica do ingresso e pessoais [...], fatores de interferências externas à instituição, como as condições econômicas, sociais e culturais” (POLYDORO, 2000, p.52) e, com os mesmos critérios, os procedimentos pedagógicos da IES, elementos que compõe o cabedal de informações que julga basilares para as análises.

Fato é que dentre as inúmeras hipóteses que devem permear as investigações cujo centro seja a causa da evasão, é preciso reconhecer aspectos como a qualidade do curso e a qualificação dos docentes, estruturação dos currículos, articulação currículo-atividade, currículo-mercado de trabalho, estrutura de apoio e programas institucionais voltados ao atendimento dos estudantes.

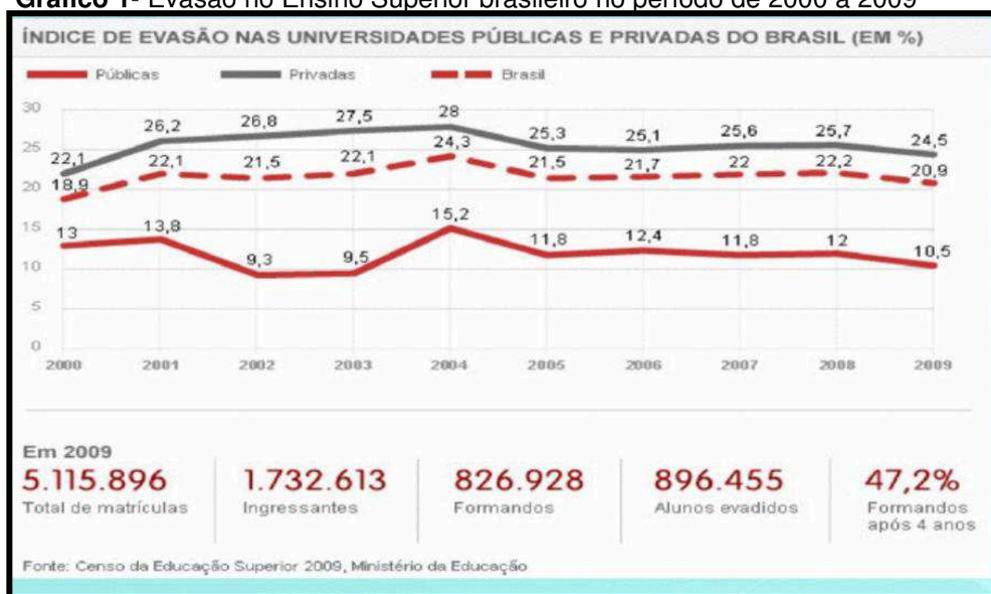
2.4 ELEMENTOS DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Na tentativa de entender melhor o fenômeno da evasão no ensino superior brasileiro, buscaram-se alguns estudos realizados e dados publicados e discutidos em eventos científicos de instituições de ensino superior brasileiras, preocupadas com a temática que afeta não só o ensino superior brasileiro como também é problema em outros países como os Estados Unidos, que têm altos índices de evasão nas instituições públicas e privadas.

Analisando os gráficos 1 (um) e 2 (dois) – cada um apresentado por instituições diferentes, porém ambos com base em dados coletados no Censo do INEP em dois momentos e com dados diferentes – o primeiro traz o histórico de

evolução da evasão no ensino superior no período de 2000 a 2009, apresentando uma evolução nesse período nas instituições privadas: em 2000, o índice estava em torno de 22,1% e subiu para 24,5%, o que corresponde a um aumento de 2,4% em nove anos. Em contrapartida, nas instituições públicas, no ano de 2000, o índice era de 13% e, no ano de 2009, caiu para 10,5%, ou seja, obteve uma queda de 2,5% em nove anos.

Gráfico 1- Evasão no Ensino Superior brasileiro no período de 2000 a 2009



Fonte: SILVA e SILVA, 2017

Os índices gerais de evasão no Brasil em 2000 eram de 18,9% e, em nove anos, subiram para 20,9% - um acréscimo de 2%.

Observando o número de matriculados no ensino superior no ano de 2009, verifica-se que o número evadidos foi superior ao número de formandos naquele ano, ou seja, do total de matriculados há 5 (cinco) anos, apenas 47,2% concluíram seu curso – menos de 50%, um número muito expressivo.

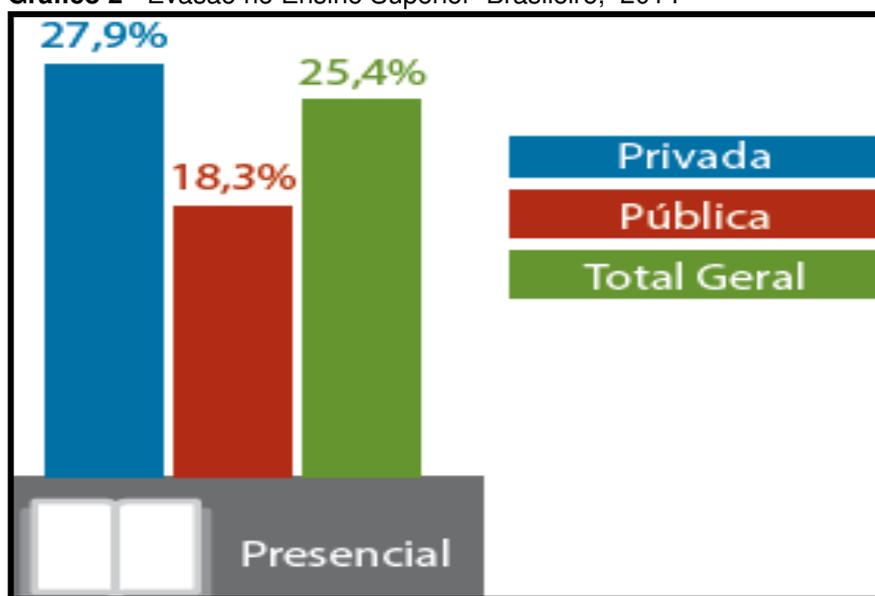
Os dados apresentados pelo SEMESP 2016 sobre os índices de evasão coletados no INEP no ano de 2014 trazem os seguintes resultados nas instituições privadas: a evasão atingiu a casa de 27,9% contra 25,4% nas instituições públicas e o Brasil acumulou uma taxa de 18,39% no total geral no ensino presencial.

Fazendo um estudo comparativo entre os resultados de evasão em 2009 com os de 2014, os índices ficaram dessa forma: a evasão no ensino superior privado teve um aumento na ordem de 3% no período de 5 (cinco) anos - 2009 a 2014. O ensino superior privado teve um aumento de 14,9% no mesmo período. Em

contrapartida, o Brasil apresentou uma queda na ordem de 2,5% nesse mesmo período.

A queda dos índices gerais de evasão no ensino superior nesse período foi bastante curiosa, uma vez que os números apresentados tanto nas instituições públicas quanto privadas apresentaram um aumento na ordem de 17,9% (juntas), mas explicar esse fenômeno é algo que demanda um estudo mais detalhado.

Gráfico 2 - Evasão no Ensino Superior Brasileiro, 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

Segundo Silva e Silva (2017, p. 18), os índices de evasão no ensino superior brasileiro, por região, divulgados pelo MEC/Censo/2010, a região Nordeste apresenta maior índice, com 44,37%; a Região Centro Oeste, o segundo maior índice, com 39,80%; a Região Norte com 36,37%, ocupa a terceira posição; a Região Sul com 34,11%, ocupa a quarta posição, e a Região Sudeste, com 16,30%, ocupa a quinta posição.

Em relação às cinco regiões brasileiras, a região Centro Oeste apresentou o segundo maior índice de evasão do ensino superior brasileiro, e as três instituições pesquisadas fazem parte dessas.

As autoras consideram que não há uma homogeneidade na evasão no conjunto dos cursos: as características são individuais. Em suas opiniões, tem-se uma necessidade de elementos comuns que induzem as IES a adotarem ações integradas e de sustentabilidade.

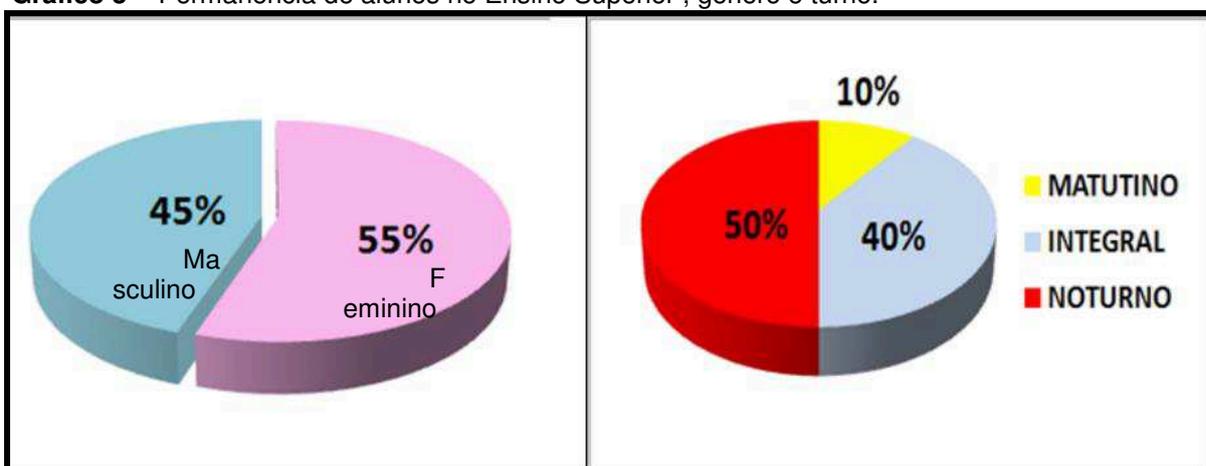
Segundo elas, é preciso que o MEC se alie às organizações representativas dessas instituições no sentido de discutir e encontrar saídas para essa questão tão relevante em nosso ensino superior brasileiro. Silva, Silva (2017), com base na análise dos resultados dos dados do Censo INEP do ensino superior, nos anos de 2008-2009, faz uma alerta:

[...] os prejuízos com a evasão do país nesses dois anos chegou a 9 (nove) bilhões de reais, o que significa que um total de 896,455 (oitocentos noventa e seis mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) alunos abandonaram o ensino superior entre 2008-2009, um percentual de 20,9%, ou seja, em cada 5 (cinco) alunos matriculados um deixa o sistema de ensino no país (SILVA, SILVA, 2017, p.9).

Os dados internacionais de evasão apresentados e analisados por Hipólito (2017, p. 11) também são preocupantes. Os índices foram calculados com base no tempo em que os alunos do ensino superior permanecem estudando nas instituições públicas e privadas nos cursos de graduação: em média, são 2 (anos) nas instituições públicas – 51,5% - nas instituições privadas, sobe para 61,7%. A média dos alunos que frequentam 4 (anos) nas instituições privadas é de 70.9% e nas públicas de 66,4%. Essa média de retenção demonstra que a evasão também apresenta índices significativos tanto no ensino superior público quanto privado.

O gráfico 3 traz informações importantes do Censo MEC 2010 sobre os índices de permanência no ensino superior por gênero. O sexo feminino se destacou com um percentual de 55% contra 45% do sexo masculino.

Gráfico 3 - Permanência de alunos no Ensino Superior , gênero e turno.



Fonte: Censo MEC, 2010 Apud, SILVA, SILVA, 2017

Outro dado significativo foi perceber que 50% dos alunos que permanecem no ensino superior são do período noturno, o que significa que a maioria é composta por trabalhadores.

Em se tratando da evasão no curso de Administração, o Instituto Lobo (2007) traz os índices de evasão em uma tabela por curso referente ao período de 2001-2005, com base no Censo do INEP 2006. A pesquisa teve como base os dados de 5 (cinco) anos. Nessa pesquisa, o curso de Administração ficou entre os cursos com maiores índices de evasão, ocupando o 4º lugar entre os de maiores índices de evasão no país.

Dentre tais cursos, o primeiro foi o de Processamento da Informação com 36%, seguido do curso de Marketing com 35%, Ciência da Computação com 32% e Administração, com 30%, ficou em 4º lugar. Ressalta-se que esses foram os quatro cursos com maiores índices de evasão entre os ofertados no ensino superior do Brasil entre 2001 -2005 (LOBO, 2007, p.654).

A evasão é resultado de uma série de fatores incluindo a satisfação do cliente pelo serviço recebido nas instituições. Para Kotler (1998), ela é definida como o sentimento de prazer ou desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto (ou resultado) em relação às expectativas da pessoa.

De acordo com Kotler (1998), a satisfação é fruto do desempenho percebido e das expectativas. Se o desempenho atende às expectativas, o consumidor estará satisfeito ou encantado.

É necessário estabelecer um sistema de acompanhamento dos alunos no intuito de idealizá-los. Ainda segundo o autor, as ações de fidelização não devem se limitar à retenção de alunos ou a convencê-los a agirem como multiplicadores e referenciais da instituição: é necessário transformá-los em alunos por toda a vida.

A importância em compreender os motivos da evasão no ensino superior é relevante por ser também parte do Projeto Pedagógico a retenção de alunos no curso superior de Administração.

A evasão pode ser considerada uma ameaça, mas também pode ser uma oportunidade para que a IES (Instituição de Ensino Superior) se preocupe com a qualidade para que haja a retenção de alunos.

Associando as ideias de Mello (2012) com as de Polydoro (2012) e Lobo (2007), percebe-se que a questão econômica influencia a evasão do aluno, porém

ressalta-se que essas não são as únicas causas. Outras, de ordem pedagógica internas, também são fortes aliadas da motivação da desistência de alunos nos cursos superiores, em especial no curso de Administração.

Outro fato considerado importante é a necessidade de se definir melhor o conceito de evasão, no intuito de que as instituições possam estabelecer formas conjuntas de combatê-la.

2.4.1 A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DA EVASÃO

Silva e Sauaia (2014), os pioneiros nos estudos sobre a evasão nos Estados Unidos, depois de Tinto (1975; 1987) apud Silva e Sauaia, (2014), ao analisar os dados coletados, chegaram a alguns dos fatores que, segundo eles, são determinantes causadores desse fenômeno que afeta o ensino superior nas instituições do mundo inteiro.

Na opinião desses pesquisadores, o fator determinante para a conclusão de cursos em nível superior naquele país consistia na “integração acadêmica na universidade, tendo como variáveis moderadoras as bases familiares, a educação prévia e o desempenho acadêmico anterior. Ademais, praticamente metade da evasão se dava no primeiro ano, fato confirmado pelas estatísticas no Reino Unido (SMITH; NAYLOR apud SILVA; SAUAIA, 2014, p. 809-810).

Na tentativa de entender como o fenômeno da evasão acontece no Estados Unidos e quais são suas principais causas na visão da comunidade acadêmica e dos gestores, Hipólito (2016, p. 13, 14 e 15) apresenta uma relação de 10 pontos considerados como motivadores da evasão. Já os gestores enumeraram uma lista de 27 quesitos, com uma convergência dos abaixo listados, apontados pela comunidade.

Dentre eles, foram identificados 9 (nove) quesitos de maiores índices de incidências, considerados motivadores para a evasão, a saber: a motivação com 18,73%; motivos de saúde com 16,10%; finanças com 15,73%; família/cultura com 12,55%; tempo para pensar com 9,93%; incongruências com 9,36%; desagrado com a IES com 5,06%; soberba com 4,87, e baixo desempenho com 3,18%. (SILVA FILHO et al., 2007, p 12).

No Brasil Silva e Silva (2017) traz a relação das principais causas da evasão no ensino superior no país, e na sua opinião as questões básicas a serem consideradas na evasão são: a localização geográfica da IES, insatisfação com a opção do curso, o despreparo para fazer a escolha, ingresso precoce, distância da família, o baixo desempenho na educação básica, a gestão da infraestrutura, a qualidade acadêmica da docência, o aspecto financeiro, o trabalhador estudante, o alto preço dos cursos, a falta de flexibilidade nas negociações, a não identidade com a instituição e a falta de professor. Na verdade, foram apontados pela comunidade acadêmica 13 (treze) pontos considerados básicos na decisão de evasão no ensino superior brasileiro.

A maioria desses pontos converge com os pontuados nos dados do ensino superior nos Estados Unidos.

O fator econômico, um dos fortes determinantes para a evasão no Brasil, apareceu nas pesquisas realizadas nos Estados Unidos em terceiro lugar.

Os pesquisadores Thureau, Langer e Hansen (2001, apud SILVA; SAUAIA, 2014) observaram que o fator determinante para a permanência e conclusão do aluno nas instituições, nos Estados Unidos, não estava centrado na qualidade do ensino ofertado por elas, o fator econômico também não foi o determinante – a lealdade deles à instituição foi vinculada à qualidade dos trabalhos prestados por ela a eles durante o curso.

Pesquisas semelhantes realizadas no ensino superior brasileiro segundo Silva Filho *et al.* (2007) e Silva e Sauaia (2014)

[...] analisaram os dados do censo da educação superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No período de 2000 a 2005 a evasão anual média foi de 22%. Este percentual variou de acordo com o tipo de instituição, sendo de 19% a taxa média nas universidades, 20% em centros universitários e 22% em faculdades. Quanto à ociosidade dos recursos (vagas ociosas), nas universidades públicas girava em torno de 9,2%, enquanto nas privadas era de 52,6% (INEP, 2007). Considerando-se o vínculo contratual entre IES e estudante, a evasão pode ser enquadrada como a quebra contratual por uma das partes, o que torna oportuno estudar tal relação no arcabouço da IES etc. (SILVA; SAUAIA, 2014, p. 810).

Na opinião dos autores, nas pesquisas brasileiras o fator econômico teve uma significativa relevância, ocupando o primeiro lugar como causa de desistência. As instituições privadas alegam que o principal motivo para a evasão é a falta de

recursos financeiros para o aluno prosseguir seus estudos. Ainda conforme Silva Filho et al (2007, apud SILVA; SAUAIA, 2014), essa é também a resposta dada pelo aluno quando perguntado sobre a principal razão da evasão. No entanto, outros fatores se apresentam tão influentes quanto a questão financeira.

As outras questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso. Ou seja, ele acha que o custo/benefício do sacrifício para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena (SILVA FILHO et al., 2007, p.643).

Analisando essa vertente percebe-se que, as instituições investissem mais nos aspectos pedagógicos de integração e relação professor/aluno talvez o aluno se sacrificaria para permanecer e concluir o curso. Mas como muitas vezes ele já é um trabalhador que faz economias básicas para estudar e percebe as suas dificuldades e, na falta de investimentos pedagógicos que o estimulem a continuar estudando.

Os cursos de Administração nas instituições na sua quase totalidade funcionam no período noturno e são frequentados por trabalhadores que são responsáveis pelos seus estudos e sua manutenção. Além do cansaço que enfrentam no ensino noturno depois de um dia cansativo de trabalho, deparam-se com professores que, na maioria das vezes, estão na terceira jornada de trabalho.

É difícil manter o aluno motivado diante dessas questões, o que também soma no processo de evasão do aluno, que não encontra apoio pedagógico na instituição, professores e funcionários.

Segundo Kotler e Fox (1994), a manutenção de alunos é crucial para as instituições de ensino, pois os alunos são a razão de ser das instituições. Sem alunos, as escolas fechariam as portas. Garantir que os alunos rematriculem-se é tão importante quanto matricular novos alunos.

Diante dessa realidade, faz-se necessário conhecer as causas da evasão dos alunos tanto do ponto de vista da instituição como das causas específicas dos próprios alunos.

2.4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS RAZÕES DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Na opinião de Silva Filho (2007),

[...] numa IES, a evasão pode ser medida pela simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. É possível até medir a evasão em uma turma pela comparação entre o número de ingressantes no ano de formação dessa turma e o número de concluintes do mesmo grupo de alunos.” (p. 644).

O que mais importa numa instituição são as suas políticas internas de ingresso e permanência desse aluno envolvendo a comunidade acadêmica como um todo.

Se, para Kotler (1994), a decisão de abandonar ou manter-se estudando faz parte do processo de decisão do aluno e é ponto crítico de controle da evasão pela instituição de ensino superior, justifica-se, enquanto problemática, a necessidade de investigar os fatores que manteriam o aluno estudando.

Por isso, faz-se necessário que a instituição direcione esses alunos (principalmente nos primeiros períodos, que é quando ocorre o maior índice de evasão) para uma reflexão sobre as reais expectativas dos cursos oferecidos pela instituição.

Para Gaioso (2005), as causas da evasão, na visão dos dirigentes educacionais, são: falta de orientação vocacional e desconhecimento da metodologia; estudantes muito jovens para escolher a carreira e sem orientação vocacional e que cedem às sugestões dos pais e parentes, optando pela carreira sem conhecer suas próprias habilidades e competências; outras vezes, inscrevem-se em curso menos concorridos. Tais fatores levam os alunos ao desinteresse, desmotivação e, sucessivamente, à evasão.

Os trabalhos de Platt Neto et al. (2008 apud MELLO et al, 2012) consideram que os motivos de desistência do curso estão fora do controle da instituição e advêm de

[...] situações como a falta de vocação do estudante para a área profissional; a necessidade de o estudante auxiliar sua família, com trabalho e renda; a dependência, por parte do aluno, de atividade econômica ou emprego que exija viagens; a falta de perfil do aluno para se “formar” numa área de atuação profissional; a incapacidade

intelectual do aluno; o abandono do curso numa instituição para imediato ingresso em outra, ou no mesmo curso de formação ou não e; doença grave, são motivos relacionados de desistência do curso. (MELLO et al., 2012, p.5).

Essa é uma outra forma de perceber as causas de evasão, porém uma política de combate deve levar em consideração todos esses aspectos. Portanto, às vezes a instituição precisa ter suas políticas internas considerando o seu contexto de localização, clientela atendida e outros.

Segundo Veloso e Almeida (2002), em alguns casos, o baixo desempenho no ensino médio reflete no desempenho das primeiras disciplinas do curso superior, resultando em abandono do curso pelas reprovações nos primeiros semestres. Outro fator seria o fato de o aluno buscar o curso de baixa demanda com o objetivo de, após ter ingressado, procurar o curso de sua preferência e, com isso, fazer uma transferência interna.

Nesse sentido e sem a pretensão de esgotar variáveis e possibilidades de investigação, este estudo buscou compreender teoricamente a historicidade da problemática proposta.

Independentemente dos fatores que determinam a evasão escolar no curso superior, é preciso de políticas públicas internas da instituição para o seu combate. Se a razão da existência das instituições e do ensino é o aluno, por que não criar mecanismos de mantê-los nos cursos até a sua conclusão?

É necessário que a comunidade acadêmica compreenda os prejuízos que a saída de um aluno causa na instituição, bem como perceba os prejuízos do aluno e da sociedade como um todo. Nenhum país consegue desenvolver-se plenamente sem uma boa educação.

3 MÉTODO

Para a coleta de dados, focou-se em verificar as causas da evasão escolar nos cursos de Administração no período entre 2012 a 2015, a partir da percepção que os alunos, os professores e os coordenadores dos cursos nas instituições alvo sobre as causas da evasão, na perspectiva de entender, sob suas percepções, quais foram os fatores que motivaram os alunos a desistirem do curso de Administração antes da sua conclusão.

Como amostra foram selecionada os alunos do curso de Administração das instituições públicas municipais, coletando as informações sobre as causas da evasão a partir do olhar dos professores, dos alunos frequentes e coordenadores dos três cursos. Nesse sentido, foram elaborados e aplicados três questionários contendo questões abertas e fechadas sobre o curso e as causas possíveis de evasão.

Tomando por base os estudos sobre os tipos de pesquisa no que tange a abordagem, ficou evidente que este estudo se identifica com a abordagem qualitativa, uma vez que por mais que os entrevistados opinem sobre as causas da evasão dos colegas, acredita-se que as suas opiniões poderiam divergir, embora reconheça que a metodologia de usada na formulação do questionário, tenha corroborado como um complicador para tabulação, fundamentalmente pela quantidade de questões cujas respostas apresentaram alternativas sem delimitação das opções de respostas.

O número excessivo de alternativas marcadas pelos entrevistados, sem expressividade, gerou um grande número de informações, quase uniforme, apontando falha na elaboração das questões, mas também demonstrando as diferentes opiniões geradas a respeito da evasão. Esse episódio evidenciou que os motivos de evasão são diversos e difíceis de serem mensurados, ainda mais difícil ainda seria mensurá-los a partir de olhares de terceiros.

Mesmo com todas essas variáveis surgidas no decorrer da pesquisa, foi possível coletar os dados e processar as informações, encontradas no questionário, consideradas por eles mais relevantes.

Ao compará-las com o referencial teórico construído a partir de olhares já publicados, foi possível perceber que as causas da evasão tem vários aspectos em comum, e outros que são mais locais, e que devem ser considerados tanto pelas políticas públicas externas quanto pelas políticas locais internas de cada instituição.

A partir de recomendações teóricas sobre a natureza de pesquisa deste estudo, associada à orientação da pesquisadora orientadora, frente aos desvios observados e a fim de consolidar as informações coletadas foram concentrados nas alternativas mais relevantes, que obtiveram maior número de respostas. As tabelas (com muita informação) saíram do corpo do texto e passaram a fazer parte dos anexos, para maior esclarecimento dos leitores.

Os dados de maior relevância, em comparação a resultados publicados anteriormente, embora em alguns casos contraditórios, em sua maioria, se confirmaram. Percebeu-se que mesmo que a evasão tenha sido analisada sob o olhar de terceiros (não evadidos), ela não deixou de confirmar os dados encontrados nos estudos introdutórios a seu respeito em outros contextos geográficos e históricos.

Partindo da ideia generalista de que método “[...] é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim, [...]” e entendendo “[...] método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para atingirmos o conhecimento, [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p 24), defende-se que a utilização do método científico nas pesquisas possui um papel essencial para se chegar a conclusões que não sejam baseadas apenas em conhecimentos empíricos.

Ferreira (1986, p, 1128) define método como o caminho pelo qual se atinge um objetivo; concebe-o também como processo ou técnica de ensino.

Minayo (1994, p. 16) concebe a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Para ela, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre se referindo a elas. Dizia Lenin (1965, apud MINAYO, 1994) que o “método é a alma da teoria”, e no contexto desta pesquisa a intenção foi a de incluir na metodologia as concepções teóricas de abordagem da pesquisa, como o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade – o que na verdade se tentou fazer neste estudo foi unir teoria e metodologia na busca do alcance dos objetivos propostos.

A escolha do método da pesquisa é feita a partir das características do problema a ser estudado, tem como função nortear as diretrizes para as investigações. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2009) afirmam que

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (p. 83).

Assim sendo, reconhece-se que a escolha do método é fator decisório na consolidação dos dados e posteriormente na tomada de decisões consistentes. Nesse sentido, esta dissertação está idealizada como quali-quantitativa, uma vez que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que compreende um espaço mais profundo das relações sociais, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Nesta pesquisa é possível quantificar o percentual de alunos evadidos, porém não se pode medir as causas, os fatores individuais dos motivos da evasão em cursos superiores. Esta pesquisa se enquadra numa pesquisa de cunho social. Os problemas de ordens sociais não podem ser mensurados apenas, pois sua análise é subjetiva.

Numa pesquisa qualitativa e quantitativa para Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe; ao contrário, esses dados se complementam, e interagem dinamicamente excluindo qualquer dicotomia.

Para a organização estrutural deste estudo, a fim de identificar as causas da evasão no curso de graduação, bacharelado em Administração, oferecido pelas fundações municipais de ensino superior instaladas e em funcionamento no Estado de Goiás, no período de 2012 a 2015, utilizou-se, na etapa preliminar, de uma revisão bibliográfica sobre o tema, estudo este feito com base em artigos científicos, livros, revistas de legislação educacional, nacional, estadual e municipal, documentos e relatórios estatísticos publicados por institutos e instituições.

Como instrumentos de coleta de dados foram elaborados e aplicados a alunos, coordenadores e professores dos cursos de Administração das três

instituições pesquisadas, questionário com questões abertas e fechadas com diferentes alternativas.

Para Severino (2007, p. 117), a ciência se constitui na aplicação de técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Nesse sentido, existem elementos que são comuns a todos os processos de conhecimento que se pretende realizar, marcando toda atividade de pesquisa. Técnicas de pesquisa são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização da pesquisa. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias. Porém essas técnicas como: documentação, entrevista, entrevistas estruturadas, ou não diretivas, história de vida, observação, questionário, devem ser compatíveis com os paradigmas epistemológicos adotados.

No caso desta pesquisa, ela segue uma abordagem qualitativa, com a aplicação da técnica de questionários com questões abertas e fechadas e com possibilidades de entrevistas não diretivas aplicadas na falta de clareza de alguns dados e documentos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Tomando por base os estudos de Gerhard e Silveira (2009), as pesquisas podem ser classificadas em quatro tipos: o primeiro é quanto à abordagem, o segundo quanto à natureza, o terceiro quanto aos objetivos e o quarto quanto aos procedimentos.

Sendo assim, esta pesquisa, quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, por se preocupar com o aprofundamento e compreensão de um grupo social, que está inserido nos cursos de Administração das IES ou, no caso, tiveram que desistir por algum motivo antes de concluir o curso nas três instituições de ensino superior localizadas em três regiões diferentes no interior de Goiás.

No caso, a preocupação central do pesquisador girou em torno da compreensão e explicação da dinâmica de funcionamento e das relações sociais estabelecidas no âmbito da instituição e dos cursos.

Quanto à natureza, ela é se enquadra numa pesquisa aplicada com a finalidade de gerar conhecimentos novos e úteis ao avanço da ciência sem aplicação prática prevista. E ainda envolve verdades e interesses que são universais.

Quanto aos objetivos, ela é exploratória: visando proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito. E o mais curioso é perceber que a maioria dessas pesquisas envolvem procedimentos ou técnicas como entrevistas com pessoas conhecedoras do assunto e ainda podem ser classificadas como estudos de casos – como foi o caso desta pesquisa, que utilizou de questionário com questões abertas e fechadas e, nos casos de falta de clareza, entrevistas foram feitas com pessoas mais experientes e conhecedoras do assunto, como coordenadores e professores neste caso.

Quanto ao procedimento: no desenvolvimento de uma pesquisa é indispensável selecionar o método a ser utilizado e, de acordo com as suas características, poderão ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o quantitativo ao qualitativo sem contradizer um ao outro.

Considerando esses aspectos, esta pesquisa, no que tange aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica construída a partir de estudos já existentes e publicados bem como consultas em documentos e legislações” (FONSECA, 2002. p. 32).

Os instrumentos de coleta de dados, para Gerhardt e Silveira (2009, p.69), são fundamentais para o alcance dos objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa. “O pesquisador, ao selecionar o instrumento técnico de coleta de dados para o registro e medição deverá se atentar para que o mesmo atenda aos requisitos: validade, confiabilidade e precisão”.

Sendo assim, as autoras apresentam e discutem os tipos de técnicas de coleta de dados ou instrumentos de coleta de dados destacando aqui os que foram usados nesta pesquisa. O primeiro se referiu a (1) - Pesquisa documental. É aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); no caso desta pesquisa foram consultados os documentos como: PDI e PPC das intuições e cursos pesquisados bem como regimentos estatutos, dados demográficos, educacionais (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 70).

A segunda técnica utilizada para a coleta de dados foi o (2) – Questionário. É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetivou levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário foi simples e direta, no sentido de orientar e esclarecer o que estava sendo perguntado (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 70).

A terceira técnica - (3) entrevista não diretiva - de coleta de dados usada em casos de não compreensão de alguns documentos analisados foram as entrevistas não diretivas feitas a pessoas ligadas diretamente ao assunto com experiência e conhecimento sobre o tema (SEVERINO, 2007 p. 125). Nesse quesito, o questionário foi feito com professores e coordenadores das três instituições apenas para maiores esclarecimentos sem nenhum registro.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A orientação para a coleta de dados é fundamental e precisa ser bem definida no planejamento da mesma. Nesse quesito, buscaram-se orientações em Doxsey e De Riz (2002-2003 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 68): na opinião deles, um detalhe muitas vezes omitido sobre metodologia de pesquisa é a lembrança sobre a delimitação do foco do estudo. Foco é uma questão de escolha e especificação de limites. Assim como a amostra, faz parte da pesquisa,

É essencial determinar qual será a principal fonte das informações a serem coletadas. A unidade de análise pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, uma sala de aula, um município. Pode ser configurada em outro âmbito, num âmbito mais macro: um setor econômico, uma divisão de uma instituição ou uma escola. Independentemente do âmbito da análise, precisamos saber quais os **sujeitos da pesquisa**. A escolha de quem vai ser estudado mantém uma relação estreita com dois aspectos principais: 1) até que ponto queremos **generalizar** ou concluir algo para um pequeno grupo ou para uma população maior; e 2) quantos casos, indivíduos, unidades de observação precisam ser estudados para que os resultados sejam considerados 'científicos'. As técnicas de amostragem permitem reduzir o número de sujeitos numa pesquisa, sem risco de invalidar resultados ou de impossibilitar a generalização para a população como um todo. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 68).

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir representatividade. É fundamental definir com critério e clareza quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado. Na sua opinião, a boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

No caso das pesquisas quali-quantitativa, o pesquisador seleciona os sujeitos de acordo com o problema da pesquisa. Quem sabe mais sobre o problema? Quem pode validar tal informação com outro ponto de vista ou uma visão mais crítica dessa situação problemática? O iniciante em pesquisa científica muitas vezes pensa que a pesquisa qualitativa é o caminho mais indicado para se exercitar na pesquisa porque exige um número menor de entrevistas, questionários ou observações etc. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 68).

No caso desta pesquisa de cunho qualitativo, a amostra foi selecionada da seguinte forma: foram selecionadas três instituições públicas municipais de ensino superior, instaladas a partir da década de 1980 no estado de Goiás. Depois, os três cursos de Administração ofertados por essas instituições, em seguida os alunos matriculados e frequentes no curso do 1º ao 8º período no decorrer de 2012 a 2015.

Dos alunos matriculados nas instituições nos cursos de Administração, 266 responderam os questionários. Professores que ministraram ou ministram aulas nas turmas e períodos dos cursos das três instituições 2012-2015 também foram elencados e foram 24 professores de Administração que responderam os questionários aplicados. Também foram selecionados coordenadores dos três cursos em exercício ou que coordenaram o curso no período em evidência. Responderam o questionário os três coordenadores em exercício no ano de 2016.

A amostra foi definida por:

Acessibilidade – sem prefixação, com alunos que se faziam presentes;

Não probabilística – sem controle prévio de frequência;

Não estratificada – sem divisão (série, IES, gênero);

Relação entre o número de matrículas efetuadas entre 2012 a 2015;

Número de egressos entre 2012 a 2015;

Percentual de permanência dos alunos no curso de Administração pelas fundações municipais de ensino superior no estado de Goiás no mesmo período.

3.3 INSTRUMENTOS

Nesta pesquisa foram aplicados três questionários com questões segundo as categorias: coordenadores de curso, professores e alunos dos três cursos.

Os coordenadores de cursos responderam a um questionário composto por 7 (sete) questões de respostas abertas e fechadas: as questões solicitaram a sua percepção nos aspectos que motivaram as desistências dos alunos, no que tange as expectativas, dificuldades, pontos positivos e negativos e melhorias no curso.

Também o nível de importância que eles dão ao curso: importante, sem importância, pouca importância. Entre 20 (vinte) alternativas, foi solicitado que escolhessem e pontuassem as que mais perceberam ter interferido na decisão pela desistência dos alunos (a escolha recaiu numa pontuação de 1 a 5 - Quadro 4¹). Outras questões foram de ordem pessoal e profissional.

Quadro 2 - Instrumento para coleta de dados junto aos Coordenadores de Curso

1 – Período em que exerceu a Coordenação do Curso?			
2012	2013	2014	2015
2 – Qualificação do Quadro de Docentes?			
3 – Como avalia o curso de Administração em sua IES?			
Expectativas			
Dificuldades			
Pontos Positivos			
Pontos Negativos			
Pontos a Melhorar			
4 – Caso tenha experiência com evasão, sob sua avaliação quais são os motivos que leva o estudante a evadir-se do curso:			

Aos professores foi aplicado o mesmo questionário, sendo diferentes apenas as duas primeiras questões, que foram direcionadas a eles mesmos no sentido de verificar o tempo de docência no curso ano e períodos em que ministraram ou ministram aulas.

¹ Quadro síntese

Quadro 3 - Instrumento para coleta de dados junto aos Docentes

1 – Período em que exerceu a Docência no Curso?			
2012	2013	2014	2015
2 – Número de Disciplinas em que atua/atuou			
3 – Como avalia o curso de Administração em sua IES?			
Expectativas			
Dificuldades			
Pontos Positivos			
Pontos Negativos			
Pontos a melhorar			
4 – Sob sua avaliação quais são os motivos que leva o estudante a evadir-se do curso:			

O outro questionário foi aplicado aos alunos. Este teve um número de questões abertas e fechadas e constou de duas partes: a primeira solicitando dos alunos informações pessoais (idade, sexo, estado civil); situação do estudante no ato da pesquisa (se matriculado, frequente, ou com matrícula trancada); a distância entre a instituição e a moradia do aluno (alternativas oscilavam entre uma distância de 100m a 1 (um) km); uso de algum tipo de bolsa de estudos.

Quadro 4 - Instrumento para coleta de dados junto aos Estudantes

DADOS PESSOAIS DO QUESTIONÁRIO	
Sexo	Grau de Escolaridade
Estado Civil	Idade
STATUS ACADÊMICO DO ESTUDANTE NO ATO DO QUESTIONÁRIO	
Situação do Estudante no ato da entrevista	
Distância aproximada de sua residência e a unida em que estuda	
Possuí algum tipo de bolsa (auxílio financeiro)	
Os valores recebidos cobrem as despesas com mensalidades do Curso	
Motivos que influenciaria a abandonar o Curso	
1. Dentre os critérios abaixo, preencha o número que indica o grau de importância no momento da escolha do curso de Administração para sua graduação	
2. O Valor da mensalidade era adequado para os serviços que você recebeu?	
3. Na sua opinião, quais os 3 ITENS existentes na Instituição que precisam ser corrigidos para se atingir uma melhor qualidade de ensino?	
4. Indique os 3 (três) aspectos que, na sua opinião, mais contribuem para boa qualidade de um curso de graduação:	
5. De modo geral, como você define a qualidade do curso que iniciou?	
6. Dentre os critérios a seguir, INFORME o grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação.	
7. Antes de efetuar o trancamento ou decidir pelo abandono do curso, você conversou com alguém na Instituição? Quem?	
8. Você está cursando outro curso superior?	
10. Reprovou em alguma disciplina do curso antes da evasão?	
11. Durante o seu curso, qual foi a carga horária semanal aproximada de sua atividade remunerada (não contar estágio remunerado)?	
12. Qual é sua renda familiar (aproximada)?	

Uma outra questão aplicada foi a motivação pela escolha do curso. Essa trouxe como sugestão para escolha 15 alternativas; sendo assim, ele teve que escolher as que mais acreditou terem contribuído.

Outra questão solicitou informação sobre o valor cobrado pelas mensalidades e se tal valor foi compatível com serviços prestados ou não.

Foi também solicitada a opinião deles sobre os três itens que precisariam ser corrigidos e os três que contribuem para a qualidade do curso. Nessas duas questões foram sugeridos cinco itens, dentre os quais os alunos podiam escolher apenas três.

Ainda outra questão se dirigiu novamente aos alunos perguntando sua opinião sobre a qualidade do curso. Nesta, eles deviam escolher uma das alternativas sugeridas: ótima, boa, razoável, ruim, péssima, ou nenhuma delas.

A última buscava saber dos alunos se, quando trabalhavam, qual era a carga horária de trabalho remunerado e a renda familiar.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na opinião de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) no que diz respeito aos procedimentos de coletas de dados, as pesquisas qualitativas são caracteristicamente metodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados, como observação, entrevistas e outras técnicas - isso vai depender da opção epistemológica.

Na concepção de Gerhardt e Silveira, (2009), a coleta de dados envolve o conjunto de operações o qual vai dar suporte para as discussões de cunho epistemológico construídas no referencial teórico durante as pesquisas em materiais científicos como livros, artigos e revistas.

O material coletado deve contribuir para provocar discussões e debates sobre outros conhecimentos científicos já existentes em outros momentos históricos e espaços geográficos diferentes.

As autoras alertam para que, antes de fazer a coleta de dados na localidade e amostra selecionadas, sejam coletadas várias informações que vão contribuir para o melhor entendimento e análise dos dados coletados. Elas serão sistematicamente analisadas na etapa posterior. Caso seja aceita pelo pesquisador e concebida por ele essa fase como importante, três questões precisam ser consideradas: o que coletar? Com quem coletar? Como coletar? A primeira se refere aos dados a serem

coletados - são aqueles úteis para testar as hipóteses ou explicar o objeto pesquisado; no caso, a evasão no curso de Administração de três instituições de ensino superior públicas municipais do interior do estado de Goiás. Tais dados são denominados de pertinentes. Além dessa questão, duas outras precisam também ser compreendidas e respondidas na pesquisa,

Com quem coletar? Trata-se a seguir de recortar o campo das análises empíricas em um espaço geográfico e social, bem como num espaço de tempo. De acordo com o caso, o pesquisador poderá estudar a população total ou somente uma amostra representativa (quantitativamente) ou ilustrativa (qualitativamente) dessa população. **Como coletar?** Esta terceira questão refere-se aos instrumentos de coleta de dados, que comporta três operações: Conceber um instrumento capaz de fornecer informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses; por exemplo, um questionário ou um roteiro de entrevistas ou de observações. Testar o instrumento antes de utilizá-lo sistematicamente para se assegurar de seu grau de adequação e de precisão. Colocá-lo sistematicamente em prática e proceder assim à coleta de dados pertinentes. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 56).

Todos os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e assinaram os respectivos TCLE, atendendo aos procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos.

Os questionários para os coordenadores de cursos, docentes e alunos foram aplicados pela pesquisadora *in loco*, por ocasião de visita às IES envolvidas.

Os coordenadores foram abordados pela pesquisadora e responderam em formulários em papel. Na distribuição dos questionários, foram definidos prazos de devolução.

Os docentes, a exemplo dos coordenadores de cursos, que atuam em todos os períodos, foram abordados pela pesquisadora por meio da distribuição de formulários de papel.

Os alunos frequentes nos mesmos períodos, matriculados para o curso de Administração, foram abordados pela pesquisadora por meio da distribuição de formulários em papel, a exemplo dos procedimentos dispensados aos coordenadores de cursos e docentes.

Embora não tenha sido obtido o retorno dos formulários distribuídos em sua totalidade, todos os docentes, coordenadores e alunos frequentes nos cursos de Administração nas IES pesquisadas foram convidados a participar e a coleta de dados se deu entre os meses de abril a junho de 2016.

Dos questionários distribuídos entre os alunos foram preenchidos 266 dos 300 distribuídos, os professores preencheram e devolveram 24 (vinte e quatro) dos 30 entregues e os coordenadores que preencheram os formulários foram os 3 (três) que respondem atualmente pelos cursos.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Numa pesquisa qualitativa, a coleta de dados acontece de diferentes maneiras. É feita desde o seu período preparatório e não se restringe apenas aos dados coletados pelos instrumentos formais.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) dizem que numa pesquisa qualitativa é gerado um volume grande de dados que precisam ser organizados e compreendidos, algo que, nas suas opiniões, “[...] deve acontecer de forma continuada organizando cada informação de acordo com as categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado, [...]” (p.170).

Consideram esse processo complexo, não linear, e que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que, para elas, inicia-se já na fase exploratória e acompanha toda a investigação.

Agregar dados significa agrupá-los em subcategorias ou exprimi-lo por um dado pertinente (QUIVY, 1995, p.226).

No caso desta pesquisa, percebeu-se que a primeira intenção era pesquisar diretamente os ex-alunos que evadiram dos cursos nestes 4 (quatro) anos. Isso não sendo possível, a pesquisa foi redirecionada para coletar os dados com os alunos presentes nesses cursos na tentativa de colher a sua percepção sobre os motivos de evasão.

Percebe-se aqui uma dificuldade que deve ser considerada no momento da análise e construção do texto. A percepção deles é a mesma dos alunos evadidos? Outro aspecto a ser considerado: esses dados são relevantes no sentido de identificar o perfil dos alunos que frequentam os cursos de Administração dessas três instituições no ensino superior. Em um curso ofertado no período noturno, a maioria dos alunos trabalha o dia todo, ao mesmo tempo em que seus professores também trabalham em outras funções durante o dia e ministram aulas no período

noturno. Não pode ser esse também um dos fatores que motivam a evasão dos alunos? Embora não tenha sido uma categoria definida e nem questionada, deve ser considerada e incluída na análise e no texto.

Outro fator que interferiu diretamente na análise dos dados foi a elaboração dos questionários sem obedecer às normas e orientações metodológicas: houve um excesso de questões de múltipla escolha, com um número expressivo de alternativas sem delimitação da quantidade a ser escolhida pelo pesquisado. Os questionários devidamente respondidos pelos gestores, pelos docentes e pelos estudantes foram analisados quanto às questões de múltipla escolha de forma quantitativa, a partir de medidas de tendência central e dispersão.

As informações coletadas, enquanto dados quantitativos, foram lançadas em planilhas eletrônicas (Modelo Excel/2013), como base de dados que permitisse as análises.

As questões abertas foram submetidas a procedimentos de identificação, descrição e organização de categorias que incluem a leitura exaustiva das questões de cada participante, porém separadas por segmento (coordenadores de curso, docentes e acadêmicos).

A aplicação do questionário foi feita em um dia normal de aula em todos os períodos naquele dia. Os alunos responderam em sala de aula e ao final foram recolhidos 266 (duzentos e sessenta e seis) questionários preenchidos.

Concomitantemente, outro foi distribuído aos professores presentes, os quais fizeram a devolução imediata e, ao todo, foram 24 (vinte e quatro) questionários de professores preenchidos e devolvidos nas três instituições.

Dos coordenadores, somente os três em exercício participaram, respondendo e devolvendo à pesquisadora.

3.6 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostragem é uma etapa considerada importante no processo de delineamento de uma pesquisa. Na opinião de Oliveira (2001), uma boa amostra pode contribuir sobremaneira para determinar a validade dos dados obtidos.

A sua finalidade básica está na coleta de dados relativos a alguns elementos da população total em evidência na pesquisa. É a sua análise que proporciona informações relevantes sobre a população total.

A autora defende a ideia de que um bom plano de amostragem deve responder a algumas questões de cunho relevante neste contexto: a primeira se refere a quem pesquisar (unidade de amostra), a segunda a quantos pesquisar (tamanho da amostra) e como selecionar (o procedimento da amostra). Segundo ela, a decisão de quem pesquisar exige que o universo seja definido de modo que uma amostra adequada possa ser selecionada. A aplicação dos instrumentos de forma correta, sejam eles entrevistas ou questionários, é fator básico para a validade do estudo, bem como para a construção do texto final. (OLIVEIRA, 2001).

Sendo assim, a nova proposta foi a de, por meio de um questionário aplicado aos professores, alunos e coordenadores dos 3 (três) cursos, captar a percepção sobre os fatores que influenciaram na decisão dos alunos de desistir do curso.

4 ESTUDO DE CASO

Nesse sentido, a presente dissertação apresenta elucidações de aspectos que levam à evasão, desta feita, ocorridas no curso de Bacharelado em Administração oferecido pelas IES, mantidas pelas fundações municipais de ensino superior de Goiás, no período de 2012 a 2015, a partir da visão dos coordenadores de cursos, dos docentes que atuam nestes e os alunos envolvidos, a partir das opiniões coletadas *in loco*.

4.1 HISTORIOGRAFIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO OFERECIDOS PELAS IES MUNICIPAIS EM OPERAÇÃO EM GOIÁS.

No contexto da implementação de políticas públicas industrialização do Estado, a educação superior em Goiás, passa a figurar como importante instrumento metodológico para as proposições da administração estadual. Nessa perspectiva, nas três últimas décadas, a expansão da escolarização superior em Goiás, implicitamente sustentou-se pela escassez da oferta de vagas nos municípios de grande e médio porte, e nos municípios do interior do estado, pela ausência desses serviços, representado inclusive um dos atrativos para a instalação de indústrias dependente de preparação teórico/técnica.

Entretanto, o *boom* da educação superior, especialmente no que diz respeito à ofertada por instituições mantidas pelos cofres públicos, passa a depender de um planejamento estratégico que considere antes de tudo a vocação local e adjacente submetendo-se, entre intencionalidade e finalidades, a atender fundamentalmente à formação dos recursos humanos julgados necessários, além da promoção e disseminação de conhecimento básico e tecnológico, necessário ao acesso a instrumentos estimuladores da equalização dos problemas e implementação de melhoria da qualidade de vida dos diferentes segmentos populacionais em locais, regionais e de Goiás.

Nessa perspectiva, segundo a SECTEC/GO (2015), foram criadas e implantadas as IES descritas subsequentemente, objeto direto desta dissertação.

4.1.1 FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIATUBA (FESG), EM GOIATUBA

A Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG), mantenedora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH), foi criada por força da Lei Municipal n° 788 de 07 de agosto de 1985, como uma instituição com personalidade jurídica, de direito público, com jurisdição em todo o município de Goiatuba, autorizada a oferecer ensino superior, conforme Decreto Federal n° 96.776, de 27 de setembro de 1988.

A Fundação de Ensino Superior de Goiatuba, enquanto instituição pública municipal destinada a manter uma instituição de educação superior, está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 01.494.665/0001, como sede, domicílio e foro na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás, credenciada nessa condição pelo Decreto N. 5.232, de 15/05/2000, e reconhecida pelo Parecer N. 17/2011 e Decreto N. 7.435/2011.

A FESG, enquanto mantenedora da FAFICH, responde tanto pelo planejamento das micropolíticas institucionais quanto pela sustentação orçamentária da mantida na condição de Instituição de Ensino Superior Municipal, subordinada ao Sistema Estadual de Ensino Superior, sob jurisdição direta do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás.

Nessa condição, mantenedora e mantida veem-se amplamente envolvidas no contexto cultural, sociopolítico e econômico da mesorregião Sul do Estado de Goiás, constituída por dezoito municípios, com influência direta sobre a configuração econômica, social e política da região sul do estado. Em 1989, passou a oferecer o curso de Licenciatura em Pedagogia, em concomitância ao curso de Bacharelado em Administração, ambos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, por meio da Portaria Ministerial n° 1.523/93 e Portaria Ministerial n° 786/97.

Numa expansão sequenciada, em 2001, a FAFICH passou a oferecer também o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, associado ao processo de reestruturação institucional, a partir do ano de 2002, tanto do ponto de vista físico-estrutural quanto ao aspecto acadêmico, didático e pedagógico, envolvendo inclusive os cursos em funcionamento (Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração), observando as necessidades reclamadas pela sociedade local e

regional. Nos anos subsequentes, a ampliação de oferta de novos cursos obedeceu a um ritmo acelerado, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 5 - Oferta de cursos a partir de 2003

CRONOLOGIA DOS CURSOS OFERTADOS PELA FAFICH	
ANO DE CRIAÇÃO	CURSO
1985	Criação e implantação da Fundação de Ensino Superior de Goiatuba
1989	Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Administração
2003	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física Licenciatura em Letras
2004	Programa Especial de Formação Inicial e Continuada de Professores em Arte e Educação, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras e Matemática
2005	Bacharelado em Direito
2007	Bacharelado em Agronomia
2009	Bacharelado em Enfermagem
2010	Bacharelado em Fisioterapia
2012	Tecnólogos em Gestão Ambiental
2013	Tecnólogo em Gestão Pública
2014	Bacharelado em Engenharia Civil

Fonte: Elaborado a partir de consulta na página eletrônica da IES (2016).

A exemplo das demais fundações ligadas à educação superior, a Fundação Municipal de Ensino Superior Goiatuba tem sua sustentação orçamentária subsidiada pelos acadêmicos (mensalidades), por repasses públicos advindos dos cofres municipais, bolsas de auxílios financeiro-acadêmicos como a bolsa universitária mantida pela FESG e Organização das Voluntárias do Estado de Goiás (OVG) e, ainda, a opção do financiamento via FIES.

A FESG, enquanto mantenedora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH), em seus 31 anos de existência, tem acumulado

[...] o reconhecimento social como importante instituição de ensino superior da região sul de Goiás, ao contribuir para a expansão da oferta de cursos de graduação que procuram atender às necessidades de demanda profissional nas áreas de Gestão, Educação, Ciências jurídicas, Biomédicas e Ciências Agrárias. Nesse sentido, a IES cumpre importante papel social e vem contribuindo para a difusão e socialização do conhecimento científico e cultural. (FESG, 2016, p.el.)

Nessa perspectiva, a oferta do curso da Administração tem buscado se caracterizar como o instrumento base para os processos e procedimentos de realizar as coisas pela participação e inter-relação das pessoas, reconhecendo nisso a função basilar do bacharel em Administração: conduzir o direcionamento de

instituições empresariais condicionando suas lideranças à prática da tomada de decisões como mecanismos para alcançar metas a partir recursos disponíveis.

Considera-se que o que se espera do egresso é o incremento de competências e habilidades que lhe permita desenvolver uma visão sistêmica em que seja observada, dentre outras variáveis, a de ter consciência da satisfação do outro como conceito de qualidade, que depende fundamentalmente das habilidades de relacionamento e de comunicação quer individual e/ou organizacionalmente.

Com foco nesse perfil profissional, o curso de Administração oferecido pela FAFICH quer oportunizar aos seus egressos ferramentas teóricas que lhes permitam executar atividades administrativas considerando, entre outras variáveis, o universo próprio e contextualizado nas pequenas, médias e grandes empresas, tanto nos ambientes urbanos quanto rurais.

4.1.2 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE RIO VERDE

A Fundação Municipal de Educação Superior, em Rio Verde, sendo uma conquista histórica do povo rio-verdense, foi fundada sob a denominação de FAFI (Faculdade de Filosofia), FURV (Fundação Universitária de Rio Verde), e em março de 1973 passou a ser denominada FESURV (Fundação do Ensino Superior de Rio Verde). No dia 24 de fevereiro de 2003, por meio da Lei nº 4.541, foi criada a Universidade de Rio Verde (UniRV).

Sob a condicionante de uma instituição de ensino superior, a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde, mantenedora da UniRV, tem como base de sua atuação a possibilidade de proporcionar à comunidade, via os cursos que oferece, a capacitação acadêmica que certamente impactará na qualidade de vida de seus egressos e de seus pares.

Na perspectiva de cumprir a função a que fora intencionada, a Fundação Municipal de Educação Superior de Rio Verde, dentre os inúmeros cursos que oferece, passa a ministrar o Curso de Bacharelado Administração, o qual é lançado no início de década de 1990, sendo reconhecido em 1993 pela Portaria Ministerial nº 1.579/93, publicada pelo Diário Oficial da União em 10 de novembro de 1.579/93, sob a missão de

Atuar com padrões de excelência no processo de ensino superior em Administração, contribuindo para o desenvolvimento regional e global, disponibilizando profissionais preparados para as exigências do mercado de trabalho, fortalecendo o intercâmbio empresa e sociedade, respeitando-se os princípios éticos e morais. (UniVR, 2016, p. eI).

O Curso de Administração oferecido pela UniVR tem como objetivo formar profissionais administradores que, além de gestores, figurem como agentes ativos nos diferentes procedimentos de transformação, norteados por habilidades e competências de ordem científica, humanística e dialógica, condicionantes vistas como essenciais para impulsionar o desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental, buscando incondicionalmente os parâmetros de gestão sustentável.

Assim, os bacharéis em Administração egressos da UniVR têm como campo base para sua atuação funções técnico-administrativas em diferentes instituições/empresas, quer sejam privadas, estatais e/ou de outra natureza, além de se credenciarem como empreendedores para diferentes frentes de atividades ligadas às novas posturas gerenciais requeridas pelos negócios contemporâneos.

Nesse sentido, constituem campo específico de atuação as funções de Administração de empresas, Administração de produção, Administração de recursos humanos, Administração do terceiro setor, Administração esportiva, Administração financeira, Administração hoteleira, Administração hospitalar, Administração pública, Administração rural, Auditoria, Comércio exterior, Controladoria, Empreendedorismo, Gestão ambiental, Gestão de qualidade, Logística, Marketing, Peritagem, Sistemas de informação dentre outras funções.

4.1.3 FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR EM MINEIROS

A Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES) foi idealizada na primeira metade dos anos de 1980, numa associação de ideias de membros da sociedade civil e poder executivo municipal da época, que por força de lei criaram, em 1985, a instituição, e assim se davam os primeiros passos para a implantação e execução da escolarização superior em Mineiros.

Instituída pela Lei Municipal nº 278, a Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior, mantenedora das faculdades isoladas – posteriormente faculdades integradas e contemporaneamente Centro Universitário de Mineiros, instalado em Mineiros – é gerencialmente administrada por um Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo, estabelecido em 14 de março de 1985.

Nesse contexto e fiel às intencionalidades de seus idealizadores e envolvidos, mantenedora e mantida, as Faculdades Integradas de Mineiros se credenciam como Centro Universitário por força da Lei Municipal nº 1495/2010, de 14 de dezembro de 2010, que autorizou a Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros a transformar as Faculdades Integradas de Mineiros em Centro Universitário de Mineiros, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação (em sessão extraordinária de 7 de abril de 2011).

A Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior em Mineiros, mantenedora do Centro Universitário de Mineiros, tem explícita, no ato de sua criação, a intencionalidade de, além das práticas educativas que lhe são inerentes, caracterizar-se como uma instituição agente de “[...] formação humana, científica e tecnológica, centrada em ações de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com as necessidades do desenvolvimento regional e nacional.” (FIMES, 2015, p. el).

E, nessa perspectiva, criou e implantou o curso de Bacharelado em Administração, autorizado pelo MEC por meio do Decreto n. 94.153 em 30 de março de 1987, e reconhecido pela portaria do MEC n. 1.472 de 12 de agosto de 1991, cujo objetivo foi o de formar academicamente os profissionais necessários para atender à escassez de mão de obra tecnicamente qualificada.

O curso tem buscado atender às exigências dos agentes empregadores da realidade em que se vê inserido (cidade de Mineiros e região), observando com rigor os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 / 96, além de proporcionar um ensino de qualidade para formação técnico-profissional com eficiência e eficácia, associando habilidades técnicas e humanistas a fim de munir seus egressos de totais condições para o exercício da profissão, com competência para atividades relacionadas à gestão de organizações no contexto local, regional, nacional e internacional.

Considerando que a preparação do profissional administrador, em que pese o conhecimento técnico-acadêmico, deva primar-se por uma “[...] sólida formação que

facilite a compreensão do mundo contemporâneo no que se referem às questões científicas, políticas e sociais; [...].” (FIMES, 2015, p.eI).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DAS IES SOBRE A EVASÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

No que se refere aos coordenadores, em questionário concedido, identificou-se que são graduados em Administração com especialização e mestrado na área, e além da coordenação atuam como docentes no curso nas disciplinas específicas; os três são do sexo feminino.

As maiores dificuldades enfrentadas na gestão do curso (por ser um dos mais antigos e contar com um quadro de professores em sua maioria especialistas) é a resistência à mudança, e a maioria não tem interesse de qualificar. Quando faltam muitas vezes não comunicam, ausentam-se muito das reuniões, e a maioria dos professores tem outras atividades fora da instituição.

Como ponto positivo, tem-se que alguns professores têm interesse em se qualificar, o que garante a permanência do curso; as empresas instaladas na região estão exigindo profissionais qualificados, porém em contrapartida, os profissionais formados não estão correspondendo às demandas do mercado conforme mencionado no questionário há falta de projetos de pesquisa e extensão no curso, os professores se recusam a participar da gestão do curso no NDE, há a não participação em congressos e eventos científicos. Esses também, na opinião dos coordenadores, são os pontos a serem melhorados.

Como pontos a serem melhorados, 5 (cinco) foram considerados como necessários: em primeiro lugar ficou a melhora na gestão do curso, seguida por outros quatro recebendo a mesma pontuação, sendo eles: ênfase no planejamento educacional, equipamentos, estrutura do estágio no curso, e que a instituição se assuma como uma IES de ensino superior.

Os demais aspectos não foram mencionados ou receberam apenas uma pontuação. Desse modo, o que pode ser evidenciado, por meio da homogeneidade

apresentada pelas três IES, no segmento dos pontos negativos, é o fenômeno – que não deveria existir – da má administração dos recursos.

Foi possível mencionar que na IES A, o item relativo a “valor da mensalidade” foi um fator destacado por todos os entrevistados (desde como um aspecto “sem importância” a como “principal causa”), pois acredita-se que o custo mensal do curso de Administração é considerado um pouco acima da média, considerando o perfil dos alunos - o que acarreta na quantidade de evasões.

5.2 PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DAS IES SOBRE A EVASÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O total de professores que participaram da pesquisa foi de 24 (vinte e quatro), sendo 8 (oito) de cada uma delas e de coordenadores no total de 3(três). É possível notar que esse número se refere ao total de professores que lecionavam no curso de Administração, no período de 2012 a 2015, nas IES A, B e C. Assim, foi observado que, na instituição A, em 2012, quatro professores exerceram atividades relacionadas à docência. No entanto, três anos depois, em 2015, a quantidade aumentou para oito. Nessa mesma perspectiva de crescimento, as IES B e C também obtiveram um aumento considerável no quadro de docentes que desempenham atividades no curso de Administração, considerando os dados relativos ao período entre 2012 e 2015.

Esse aumento, provavelmente, ocorreu em razão de o curso ter absorvido em sua matriz algumas disciplinas que fazem parte do núcleo comum, como exemplo: Filosofia, Sociologia, Matemática básica, entre outras. Essa diferença na quantidade de professores ocorreu, também, porque em 2012 as disciplinas oferecidas eram aquelas que faziam parte dos componentes específicos do curso, a título de ilustração: Teoria geral da administração, Administração financeira e orçamentária, Gestão de pessoas e Gestão de custos.

As trocas constantes de professores no curso compromete a qualidade das aulas. Percebe-se que esses professores captados temporariamente não têm compromisso e sabem que vão permanecer no curso temporariamente, e na maioria das vezes são administradores e não professores.

Esse é um ponto que influencia na permanência do aluno na instituição e no curso. Aqui detecta-se uma contradição: o professor antigo e efetivo é acomodado e não está disposto a se qualificar, e o temporário não é qualificado para a sala de aula e na maioria das vezes, exatamente por ser temporário, não tem compromisso com os alunos e o curso. Nos dois casos, esse problema precisa ser enfrentado pelas instituições, porque compromete a qualidade do curso e, conseqüentemente, não motiva o aluno a permanecer estudando. A instituição existe para oferecer um ensino de qualidade, afinal essa é a finalidade. Mais informações ver tabela 1 (um) anexa.

No que se refere à percepção dos professores sobre as expectativas dos alunos no que tange as dificuldades, pontos positivos, negativos, e sobretudo os pontos a melhorar, nos cursos de Administração em que atuam, um dos destaques foi a observação no sentido de que o profissional formado não tem conseguido atender às demandas exigidas pelo mercado de trabalho.

A não participação e a união dos professores foi um ponto comum apontado como dificuldade na gestão e qualidade do curso. No quesito sobre os pontos negativos do curso, o de maior destaque recaiu sobre a falta de envolvimento para a atualização do curso. Os aspectos considerados positivos no curso foram três: dentre eles, o de maior relevância foi o bom quadro de professores seguido da infraestrutura, capacidade daqueles e acessibilidade.

Nesse mesmo sentido, o ponto relativo aos “professores não interessados” também apareceu como um elemento a ser considerado, sobretudo porque as três IES destacaram que se trata de uma questão negativa. Esse fator pode, inclusive, afetar e prejudicar o andamento das atividades acadêmicas. Mais informações ver tabela 2 (dois) anexa.

É possível notar, ainda, conforme revelam os professores da instituição B, que a incompatibilidade entre o trabalho e o curso é um elemento que também interfere no aspecto da evasão, conforme os dados dispostos na tabela 3 em anexo. Além disso, de acordo com a opinião dos docentes, a qualificação do quadro de professores (que não é o desejável) é outro fator que reflete na evasão ora pesquisada.

A respeito da IES C, pode-se inferir que a retenção em uma ou mais disciplinas também é um agravante que interfere na evasão, além das metodologias

adotadas, que são dois elementos que, para os entrevistados, são as principais causas.

O tema da evasão é uma questão amplamente discutida por Gaioso (2005) que, por meio de suas pesquisas, observou os índices de maior evasão, os quais acontecem nas turmas dos primeiros períodos. Isso ocorre porque o aluno, após vivenciar os primeiros meses de aula, percebe se o curso que ele faz é ou não o que realmente gostaria de fazer, se atingiu as expectativas, ou até mesmo, se está construindo uma carreira promissora ou não.

Podem ser abordados outros elementos, apresentados na Tabela 3 (três) em anexo, que provavelmente motivam os alunos a evadirem, sendo: situação financeira, mudança de endereço ou de emprego, problema de identificação com o curso. Porém, os principais motivos que provocam a evasão nas instituições estudadas dizem respeito às questões financeiras e mudança de emprego, conforme ilustra a tabela 3 (três) em anexo.

5.3 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NAS IES, SOBRE A EVASÃO

O primeiro item solicitado pelos alunos se referiu aos aspectos de ordem pessoais como sexo, esse quesito foi analisado em separado nas três instituições. A instituição A contava, no ato da pesquisa, com 61 (sessenta e um alunos) do sexo masculino, o que corresponde a 45% contra 72 (setenta e dois) alunos do sexo feminino ou 54% dos pesquisados. Ressalta-se que essa foi a instituição que teve o maior número de alunos a responderem os questionários 133 (cento e trinta e três alunos) - no dia da aplicação do questionário, somente uma turma não tinha aula naquela unidade.

Nessa instituição, constata-se um número superior de alunos do sexo feminino no curso, dado que confirma a presença das mulheres em diferentes setores e organizações e também no curso superior.

A IES B participou da pesquisa com um total de 56 alunos, número menor que a instituição A. Tal número é justificado em decorrência da ausência de algumas turmas no dia da aplicação do questionário. Dos pesquisados, 30, ou 53%, eram do

sexo masculino e 26 (vinte e seis), ou 46%, do sexo feminino. Um dado relevante: das três instituições, somente essa teve um número superior de alunos do sexo masculino.

A IES C contou com um total de 54 (cinquenta e quatro) alunos na pesquisa, e dentre eles 23 (vinte e três) são do sexo masculino e 34 (trinta e quatro), ou 59%, são do sexo feminino, confirmando a maioria de mulheres no curso. Dados que estão dispostos e ilustrados na tabela nº 4 em anexo.

No quesito estado civil foi constatado nas três instituições que 189 (cento e oitenta e nove) alunos são solteiros, 53 (cinquenta e três) são casados, 10 (dez) são separados e 13 (treze) viúvos. Os dados indicam que, nas IES, a maioria dos entrevistados são solteiros, totalizando 71,43% em relação aos participantes casados, separados, viúvos e divorciados.

A respeito do nível de escolaridade das pessoas que cursam Administração, é possível inferir, conforme apresenta a Tabela 6,(seis) anexo, que na IES A quase todos os alunos possuem o ensino superior incompleto, tendo em vista que os mesmos ainda estão cursando-o, exceto um aluno que já possui uma graduação em ensino superior e está cursando Administração na atualidade. Na IES B, 100% dos entrevistados não possuem outro curso superior, sendo esse o primeiro realizado por eles. Na IES C, dos 56 alunos entrevistados, apenas um já possui o ensino superior e está começando outro curso. Maiores informações ver tabela 6 (seis).anexa.

Em relação aos dados obtidos relativos à idade dos entrevistados, nota-se que, na IES A, com relação àqueles que cursam o ensino superior de Administração, foi constatado que 40,60% estão entre 17 e 20 anos, 41,33% estão entre 21 e 25 anos, 11,29% estão entre 26 e 30 anos, 3% estão na faixa de idade entre 31 e 35 anos e 3,76% estão na faixa de 36 e 45 anos. Esse dado leva a perceber que os alunos do curso de Administração estão entrando muito jovens no ensino superior, o que pode acarretar o aumento do índice de evasão. Maiores informações ver tabela 7 (sete) anexa.

No quesito situação estudantil, os dados demonstraram que a maioria dos entrevistados, nas três instituições, está cursando o 8º período, tendo em vista que, por este se tratar do último período, o aluno não tem mais o desejo de evadir, já que está finalizando o ciclo do ensino superior. Na tabela 8 (oito) anexa, constata-se uma lacuna no 5º período da IES A, ressaltando que, no momento da entrevista, os

alunos do referido período não se encontravam na instituição. Na IES B, houve a ausência do 6º e 8º período - por motivos de falta dos professores, os alunos foram embora mais cedo da instituição. Na IES C, a ausência de dados nos 2º, 4º e 6º períodos se deve ao fato de esses períodos não possuírem alunos porque em determinados semestres não há formação de turma e, portanto, não há formação dos períodos. Maiores informações ver tabela 8 (oito) anexa.

Em se tratando da distância entre a instituição e a residência dos alunos, pode-se observar que todos os entrevistados foram unânimes ao informar que a distância pode ser um fator determinante para a evasão pelo fato da localização geográfica: distância entre residência – a maioria dos alunos das três instituições residem a uma distancia superior a 1 (um) Km de distância da IES. Maiores informações ver tabela 9 (nove) anexa.

No aspecto que solicita ao aluno informações sobre suas condições financeiras, nota-se que a maioria dos entrevistados não possui auxílio financeiro, exceto o 7º período da IES A, que possui auxílio Estudantil (33,3%). O 3º e 4º períodos da IES B também possuem auxílio estudantil (33,3%). Os programas de incentivo de bolsas voltados aos estudantes, advindos de políticas públicas (que ao menos deveriam existir) não fazem parte, com expressividade, da realidade do público investigado. A timidez com que os auxílios acontecem faz com que apenas uma parcela das pessoas seja beneficiada. Dessa forma, vários fatores, entre eles o de renda e condição financeira, interferem na manutenção e permanência dos estudantes no ensino superior. Maiores informações ver tabela em anexo nº 10 (dez).

Em se tratando do quesito bolsa auxílio, observa-se que a maioria dos entrevistados não a possui, exceto o 4º período da IES A. Essa turma de estudantes, por exemplo, possui o auxílio que varia entre 26% a 50% do valor da mensalidade. Maiores esclarecimentos ver tabela 11 (onze) anexa.

Uma questão solicitou a informação dos pesquisados sobre os motivos que justificaram a escolha pelo curso de Administração. Nesse item foi possível identificar alguns fatores relevantes que justificam tal escolha. Dentre os pontos que mais se destacaram, tem-se a questão da influência familiar, ou seja, a maioria daqueles que cursam essa graduação o fazem em razão das empresas que os familiares possuem e administram. Nesse aspecto, os sujeitos, ainda jovens, entram na faculdade com a intenção de aprender, profissionalmente, os atributos

necessários para que tenham condições de dar continuidade às empresas inauguradas pela família. Trata-se, portanto, conforme os dados da tabela, de uma influência de familiares e/ou amigos.

Uma observação feita durante a aplicação dos questionários, relativa à IES C, refere-se à qualidade reconhecida dos curso, condição de estudar e trabalhar ao mesmo tempo e sempre foi o curso pretendido. Maiores informações ver tabela 12 (doze) anexa.

No quesito que solicitava do aluno a sua opinião sobre a adequação do valor da mensalidade em relação ao ensino recebido, a maioria dos entrevistados da IES A e B tem suas expectativas atingidas quanto ao ensino acadêmico recebidos, exceto o 4º período da IES B (50% Sim e 50% Não). Na IES C, o 3º e 5º períodos que responderam informam que não estão satisfeitos (66,67% não e 62,5% sim, respectivamente) com o ensino, enquanto o 7º período (50%) afirma estar satisfeito. Na IES C, a maioria dos entrevistados (52%) também demonstra descontentamento com os trabalhos pedagógicos recebidos, o que caracteriza insatisfação com os serviços prestados. Maiores informações ver tabela 13 (treze) anexa.

Em relação aos condicionantes que precisam ser corrigidos nas IES para se atingir uma melhor qualidade de ensino, tem-se que na IES B, para se atingir uma melhor qualidade de ensino, os entrevistados focaram nos itens 3,4,5 (Coordenação/departamento 22,62%, Metodologia das aulas, 22,62% Corpo docente, 22,02%), no sentido de destacar que são elementos que precisam ser corrigidos na sua IES. Quantitativamente, observa-se que, na IES A, o dado mais alarmante se refere à metodologia das aulas, que ficou em 30,57%. Na IES A, observa-se que também está incluso o item 2-Secretaria acadêmica, pois o índice de insatisfação foi significativo – 17,79% dizem que não estão contentes. Maiores informações ver tabela nº 14 (quatorze) anexa.

Na tentativa de verificar os 3 (três) itens existentes nas IES que precisam ser corrigidos para atingir uma melhor qualidade de ensino, são obtidas as seguintes informações: conforme se verifica na Tabela 15 (quinze) anexa, os itens 3, 4 e 5 (Possuir bom projeto, Ter grande parcela do corpo docente de mestres e doutores, Contar com docentes com reconhecida capacidade de transmissão de conhecimento) foram os escolhidos pelo entrevistados. Como é possível observar na IES A, 20,80%, que compreende o maior dado, são relativos à questão de “possuir bom projeto”, seguidos do outro fator: 16,79% destacaram a importância de

o curso ter professores com mestrado e doutorado. O último aspecto, que 14,79% consideraram um elemento importante, é aquele que conta com docentes com reconhecida capacidade de transmissão de conhecimento.

Na IES B, o que mais se destaca é o fato de os professores possuírem uma significativa formação em nível de mestrado e doutorado, como 22,02% afirmam. Na IES C, 20% informaram que “ter grande parcela do corpo docente de mestres e doutores” é uma questão relevante. Essa mesma IES informa que 19,55% julgam ser prudente possuir um bom projeto pedagógico, enquanto 15,11% do público investigado ressaltam que é necessário contar com docentes com reconhecida capacidade de transmissão de conhecimento. Maiores informações ver tabela nº 15 (quinze) anexa.

Em se tratando de qualidade dos cursos oferecidos, percebe-se que, na IES A, 38,35% dos entrevistados classificaram-na como boa, 26,31% como ótima e 31,57% como razoável.

Nas IES B e C, os entrevistados classificaram como razoável (41,08% e 40%, respectivamente) e como boa (30,36% e 33,33%, respectivamente). Nota-se que muitos estudantes acreditam que o curso é razoável, o que não representa um elemento positivo em se tratando de qualidade de ensino.

Observando os dados por períodos, nota-se que, na IES A, o 1º período, em cerca de 71,43%, classificou como boa a qualidade do curso. Enquanto os 2º, 3º, 4º e 6º períodos elegeram o curso como razoável e os 7º e 8º períodos como bom.

No caso da IES B, a maioria dos entrevistados respondeu que a qualidade do curso é razoável, exceto o 8º período, que a classificou como boa. Quanto à IES C, no 1º e 8º períodos os entrevistados classificaram como boa a qualidade do curso e nos 3º, 5º, 7º, como razoável. Maiores informações ver tabela 16 (dezesseis) em anexo.

Observa-se que os motivos que mais tiveram relevância na decisão foram: dificuldades financeiras momentâneas, mensalidade elevada, questões de ordem natural, seguidas de ter sido um curso que não foi a primeira escolha no vestibular. Portanto, cabe salientar que o segmento educacional não configura tarefa fácil no que se refere à permanência dos alunos, tendo em vista que as políticas financeiras não são facilitadas pelas instituições de ensino. Maiores informações ver tabela 17 (dezessete) em anexo.

De modo a conhecer e verificar o perfil dos participantes do questionário, no sentido de conhecer a quantidade de cursos que realizam de modo paralelo à graduação de Administração, pôde-se observar que a maioria dos participantes não realiza outro curso ao mesmo tempo, exceto o 1º período da IES A (2,86%) e o 7º período da IES C (28,58%), que fazem outros cursos concomitantemente, como mostra a Tabela 18 (dezoito) anexa.

O aspecto relativo ao perfil do aluno ingressante no curso de Administração é um fator importante a ser conhecido e analisado. Identifica-se, na Tabela 19 (dezenove) anexa, que a maioria dos entrevistados concluiu o segundo grau no ensino público - 70,68% na IES A. Por outro lado, a quantidade de alunos que estudaram no ensino privado foi inferior a 2%, enquanto os demais não responderam.

Na IES B, 58,92% estudaram na rede pública e, na IES C, 69,33%. Nota-se que se trata de uma parcela grande de sujeitos que frequentaram a rede pública, a qual pode refletir no desenvolvimento da formação profissional. É interessante notar que, embora a maioria dos estudantes seja proveniente de famílias com poder aquisitivo entre 3(três) à 5(cinco) salários mínimos, muitos optaram por estudar na rede pública. As razões pelas quais esse fenômeno acontece não foram o foco desse trabalho e serão investigadas em outro momento. Maiores informações ver tabela 21 (vinte e um) anexa.

No que se refere à carga horária semanal aproximada da atividade remunerada durante o curso, observa-se que a maioria dos entrevistados exerce atividade remunerada distribuída entre 40 e 44 horas semanais. Na IES A, 15,79% se enquadram nas 40 horas e 14,29% nas 44 horas.

Na IES B, 53,58% se enquadram nas 44 horas e 26,79% nas 40 horas. Na IES C, 54,66% compreendem as 44 horas e 17,33% as 40 horas. Nota-se que, dos entrevistados que não trabalham, 28,58% são estudantes do 2º período da IES A.

Não responderam a esse quesito: 54% na IES A, 7,14% na IES B e 26,66% na IES C, assim distribuídos:

a) na IES A: 100% nos 1º e 3º períodos, 92,30% no 4º período, 75% no 7º período, 61,11% no 8º período, 45% no 6º período e 17,14% no 2º período;

b) na IES B: 20% no 5º período, 9,09% no 7º período;

c) na IES C: 71,42% no 7º período e 62,5% no 5º período. Maiores informações ver tabela 20 (vinte) anexa.

A última informação solicitou a predominância da renda familiar dos alunos numa escala de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos. A predominância de renda girou em torno de 3,1 até 5,0 salários mínimos, o que justifica a necessidade de maiores investimentos no auxílio com bolsas para a permanência dos entrevistados no curso superior. Maiores informações ver tabela 21 (vinte e um) anexa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica permite conhecer com maior profundidade um fenômeno histórico, social e cultural. Proporciona condições para nos debruçarmos sobre um determinado objeto de estudo e, a partir da imersão a campo, analisar e compreender fatos, relações e realidades que apenas a harmonia dos métodos quantitativos permitem.

O principal foco deste trabalho foi analisar os aspectos que impactam a evasão dos estudantes nos cursos de graduação em Administração oferecidos por três das 4 (quatro) IES investigadas, estudadas e analisadas do estado de Goiás, no decorrer de 2012 a 2015.

Os dados foram obtidos a partir da captação de informações fornecidas por estudos em livros, artigos científicos, relatórios, censos da educação superior, legislação educacional, e documentos das três instituições envolvidas, dando continuidade à coleta de dados. Os sujeitos selecionados como amostra – coordenadores, professores e alunos – por meio dos questionários, informações e entrevistas aleatórias, nos forneceram condições para conhecer e analisar aspectos muito importantes e relevantes.

Propôs-se, como objetivo específico, a identificar e analisar os aspectos históricos dos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES municipais investigadas neste estudo do estado de Goiás. Notamos que as unidades de ensino e as instituições municipais possuem um contexto histórico significativo em suas cidades.

Por outro lado, ao identificar e analisar os fatores que influenciam a ocorrência da evasão, percebeu-se que são muitos os elementos que se fazem presentes nesse aspecto. A questão financeira é um fator que contribui, e muito, para a evasão, pois muitos entrevistados (coordenadores, professores e alunos) alegam que os valores das mensalidades são altos e que faltam incentivos de bolsas. Esse aspecto também foi detectado em estudos realizados nos dois primeiros capítulos. Percebe-se que o problema da evasão acompanha as instituições de ensino superior em toda a sua trajetória, nas instituições nacionais e estrangeiras.

Quando identificou-se e analisou-se as condições que favorecem a permanência de alunos nas IES investigadas do estado de Goiás, deparou-se com os seguintes elementos: a visão de futuro que eles possuem, a projeção de carreira, a expectativa de salário melhor.

Por outro lado, ao analisar as ocorrências de evasão escolar nos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES municipais pesquisadas, verificou-se alguns pontos que nos permitem pensar sobre essa questão, como foi comentado nas tabelas.

A presença maior do alunos do sexo feminino, que foi um fator relevante na pesquisa, representado por 162 mulheres e 104 homens da totalidade dos entrevistados, nos chamou a atenção, sobretudo porque as mulheres têm ganhado espaço, cada vez mais, nesse contexto formativo.

Outros dados merecem ser destacados, como o universo da pesquisa de 266 alunos pesquisados, que reflete uma faixa etária média de 21 a 25 anos e uma renda familiar entre 3,1 a 5,0 salários mínimos mensais, evidenciando a importância das políticas públicas de financiamento para permitir o acesso das camadas sociais menos favorecidas ao ensino superior. Foi significativo também o número expressivo de pessoas casadas que voltaram a estudar, um fenômeno que há alguns anos era pouco frequente. Estudar era comum às pessoas solteiras.

Identificou-se que a maioria dos alunos entrevistados originam-se de ensino médio público. Com relação à carga horária remunerada exercida pelos entrevistados, a maioria perfaz um total de 44 horas semanais, o que contribui para a dificuldade de aprendizado devido ao cansaço provocado pela carga horária semanal extensa. A maioria dos alunos entrevistados não possui auxílio financeiro: as pesquisas apontam para 54,89% na IES A, 50% na IES B e 52,63% na IES C, o que justifica a evasão no referido curso.

Na percepção dos 3 (três) coordenadores e 24 (vinte e quatro) professores, os fatores que mais impactam a permanência/evasão dos estudantes no curso de graduação em Administração oferecido pelas IES municipais do estado de Goiás são aqueles relativos à ordem financeira, seguidos da falta de professores qualificados em nível de mestrado e doutorado. A falta de conhecimentos básicos adquiridos na educação básica foi um dos aspectos considerados nas causas de evasão. O fato de por vezes os alunos não serem acolhidos pela instituição com políticas inclusivas

que facilitem a sua permanência no ensino superior também contribui de forma efetiva para sua desistência.

Outro fator apresentado trata da falta de interesse dos professores efetivos em participar das atividades de pesquisa extensão, gestão do curso, bem como de não ter interesse em qualificação em nível de mestrado e doutorado, em se tratando de professores substitutos.

Outro aspecto a ser considerado e que foi citado pelos participantes são as constantes trocas de professores. Os que participam dos processos seletivos para substituições temporárias, na sua maioria não têm formação pedagógica e permanecem apenas dois anos na instituição, não apresentando interesse em se qualificar e participar da vida acadêmica na instituição, são apenas horistas. Em sua maioria exercem outras funções durante o dia.

Sob o olhar dos professores, além dos mencionados acima, os fatores que mais impactam a permanência/evasão dos estudantes no curso de graduação em Administração oferecido pelas IES municipais do estado de Goiás são aqueles que se articulam com as condições de trabalho e também a vida financeira.

Na visão dos alunos, os fatores que mais impactam a permanência/evasão dos estudantes no curso de graduação em Administração oferecido pelas IES municipais são relativos às condições do curso e valor das mensalidades. Além disso, dentre os fatores que influenciam a ocorrência da evasão podemos destacar: situação financeira, falta de perspectiva profissional, incompatibilidade com o curso. As condições que favorecem a permanência dos alunos nas IES pesquisadas são: influência familiar ou de amigos e incentivos das empresas instaladas na cidade.

Na perspectiva dos professores e coordenadores dos cursos, os pontos positivos evidenciados são aqueles relativos à acessibilidade da faculdade, a capacitação dos professores estar melhorando e vontade de mudanças no curso possibilitando crescimento. Com relação aos pontos negativos, destaca-se a falta de atualização do curso, professores pouco interessados em melhorar o ensino e a metodologia, falta de comunicação interna.

As expectativas dos professores e coordenadores estão pautadas no reconhecimento profissional e salarial do curso, bem como em atender a demanda do mercado, formando profissionais capacitados.

A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa foi se ajustando e conseguiu se adequar, chegando ao final respondendo aos objetivos propostos. Os

dados foram coletados e analisados conforme os pressupostos da abordagem qualitativa, embora tenha-se utilizado dados estatísticos, os quais não puderam ser mensurados, uma vez que a amostra foi redirecionada para outros sujeitos que não viveram ou vivenciam diretamente o problema da evasão. A temática é complexa e traz inúmeras causas, ainda mais quando se trata de perceber a evasão no olhar de outras pessoas.

A evasão é um tema amplo, mas que precisa de olhares investigativos. Por isso é importante que esta pesquisa sirva de base para outras, e que a ciência seja foco de discussão que tome como objeto o ensino superior e os alunos estudantes de Administração.

Em suma, verificou-se que pesquisar esse tema, além de ser instigante e relevante, requer um olhar atento para as questões que aparecem nos bastidores desse processo. Como vive-se em mundo capitalista, em que o capital é um instrumento que move, modifica e afeta as relações entre os sujeitos na sociedade, é preciso refletir sobre os fenômenos relativos à educação e ao campo de estudo que a Administração proporciona e se caracteriza como potencial de transformação.

Ressalta-se que este estudo se restringe aos limites da pesquisa aqui definidos, e que não há pretensão em esgotar o tema proposto, mas contribuir para maior visualização, discussão e busca por novas possibilidades e solução do problema em questão, agregando novos significados e valores relevantes a esse assunto.

Reconhece-se que os resultados produzidos por este estudo, por sua caracterização metodológica e variáveis consideradas, podem configurar elemento primário para novas investigações.

Os resultados apontam também para políticas específicas e internas, uma vez que, além dos pontos convergentes, existem os locais, pois cada uma delas está

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais e naturais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

ARAGÃO, R. C. **São as histórias que nos dizem mais**: emoção, reflexão e ação na sala de aula. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

ASSIS, I.F.S. **O caminho entre o público e o privado [manuscrito]: um estudo de contextualização da FIMES**. Goiânia: UFG, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2008).

BRASIL. ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília: **SESu/MEC**, 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf> Acesso em: 12 FEV 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: SAJ, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**. Brasília: CES/CNE, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração**. Brasília: CES/CNE, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf>>> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Retificação da Resolução CNE/CES nº 1/2004**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Graduação em Administração. Brasília: CES/CNE, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005**. Brasília: CES/CNE, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Brasília: SAJ, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 23 OUT 2015.

CARNEIRO, S. M. C. de S. Evasão: dilemas e perspectivas – universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. In: Forum de Pró-Reitores de Graduação, VI, 1995, Serra Negra-SP. **Anais...VI Fórum de Pró-Reitores de Graduação**. Campinas: UNICAMP, 1995. P.29-32

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, L. A. **A expansão do ensino superior: causas e consequências**. São Paulo: Hucitec, 1975; 5: 27-58.

DOURADO, L. F. **A interiorização da educação superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio do Século XXI**. 3. ed. reservada e ampliada-Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, F. H. S. F. A compensação em perspectiva histórico- -comparativa. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 5, n. 20, p. 103-144, out./dez. 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502968/RIL199.pdf?sequence=1>> Acesso em: 22 MAR 2016.

_____. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Plano Diretor – A Educação Superior em Goiás**, 2013. Disponível em: <<http://site.sectec.go.gov.br/post/ver/153157/plano-diretor--a-educacao-superior-em-goias>> Acesso em: 27 FEV 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC,2002.

GAIOSO, N. **O Fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília: UnB, 2005.

GENTILLI, R. de M. L. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. São Paulo: Veras, 1998. 223 p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, T. **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/dowloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 28 abr. 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. **O Estado de Goiás**. Goiânia: IMB, 2014. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000>. Acesso em: 28 abr. 2014.

- KIPNIS, B. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22, 1999, Caxambu – MG. **Programa e Resumos....** São Paulo, 1999. P.176.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.
- KOTLER, P; FOX, K. F. A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.
- LOBO, M. B. de C. M. et al. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Instituto Lobo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia 2007. Disponível em: <www.institutolobo.org.br> Acesso em: 28 abr. 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.** [online]. 2002, vol.17, suppl.3, pp. 04-06. ISSN 1678-2674. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>> Acesso em: 23 OUT 2015.
- MATTOS P.L.C. L. **As universidades e o governo federal**. Recife: UFPE, 1983.
- MELO, S.P.T. et al. A Evasão no Curso de Administração: Diagnostico e Possibilidades de Uma Universidade Pública no Sul do Brasil. ENAGRAD , XXIII, **Anais...** Bento Gonçalves, 2012.
- MINAYO, M. C. de S. et al (org). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORATO, A. C.; BITTAR, E. C. B. Fundações Educacionais. In: PANTALEÃO, L. (Org.). **Das Fundações Educacionais**. São Paulo: Atlas, 2003, v. , p. 144-169.
- NEVES, C. E. B. **A estrutura do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: <<https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/.../a-es..>> Acesso em 27.12.2016
- OLIVEIRA, A.C.C. O curso de administração à luz das diretrizes curriculares nacionais. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.32, p.29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/32/o_curso_de_administracao_a_luz_das_diretrizes_curriculares_nacionais.pdf> Acesso em: 23 OUT 2015
- OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line**. v. 2, n. 3, FECAP. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 27 set. 2015
- OLIVEN, A.C. História da Educação Superior no Brasil. In SOARES Maria Suzana Arrosa (coord.) **Educação Superior no Brasil**, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC-UNESCO-CARACAS. Porto Alegre. 2002.p, 24-38

NEVES, C.E.B. A Estrutura e o Funcionamento do Ensino Superior no Brasil. In SOARES Maria Suzana Arrosa (coord.) **Educação Superior no Brasil**, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC-UNESCO-CARACAS. Porto Alegre. 2002,p. 39-61.Unidesc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf

PAES, J. E. S. Fundações: origem e evolução histórica. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília v. 35. N. 140 out/dez. 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/415/r140-04.pdf?sequence=4>> Acesso em: 23 ABR 2016.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno à instituição. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 179 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219642>. Acesso em: 14 SET 2015.

PRADONOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=PRADONOV+e+FREITAS,+2013&ots=da238et8GR&sig=3UVYIPddnpxPtQZWsHJEO44ZcL8#v=onepage&q=PRADONOV%20e%20FREITAS%2C%202013&f=true>> Acesso em: 23 FEV 2016.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais, trajectos**, Gradiva; Lisboa, Portugal, 1998.

SANCHES, S. **Instrumentos da Pesquisa Qualitativa**. Disponível em: <http://files.helenapiza-ufsb.webnode.com/200000076-6e83b70728/Elaboracao%20Pesquisa%20Qualitativa%20-%20Sandra%20Sanchez.ppt>. Acesso em: 10.01.2017

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro 1808-1996**. São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, São Paulo: USP, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em: 23 OUT 2015.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9. , 2009, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009b. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1047.pdf>.Acesso em 23 out. 2015.

SANTOS, G. A. L; et al. Evasão no Ensino Superior: Um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior Privada. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 180-194, jan./abr. 2011. Disponível em: <www.unimep.br/mhpg/mostracademica/anais/8mostra/5/324.pdf 2010> acesso em 30.12.2016.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior Brasileiro**, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-stant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Mapa+do+ensino+superior+brasiliro+2016+SEMESP>> Acesso em: 10.01. 2017

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. ver, e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. M.; SAUAIA, A. C. A. Evasão e Qualidade em Instituições de Ensino Superior Privado: Uma Análise da Economia dos Custos de Transação.

Administração: ensino, pesquisa, 2014. Disponível em: <<http://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/5/4>> Acesso em: 10 JAN 2017.

SILVA FILHO, R.L.L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 132, p. 641-659, Dec. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Out. 2015.

SILVA E SILVA, L. H. **Evasão**, Uma Situação Instada e Difícil De Atacar!. Oficina Evasão - Fórum de Pró-Reitores de Graduação. 2012

SOARES, M. S. A. et al. **Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe- IESALC-UNESCO- Caracas. Porto Alegre. 2002.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. **Revista Série-Estudos**, n. 13, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A - TERMO DE ACEITE INSTITUCIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional

Esta pesquisa está sendo realizada por Cleide Souza Shimokomaki aluna do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como parte da dissertação de mestrado, orientada e supervisionada pela professora Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta organização não acarretará em quaisquer danos à mesma, informamos ainda que será respeitado o sigilo, não constando o nome/ou qualquer outro dado que possa identificá-la. OU a instituição aceita a divulgação de sua identidade, porém preservando o sigilo quanto ao nome dos participantes. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA: Evasão no Ensino Superior

OBJETIVO: Analisar os aspectos que impactam a motivação/desmotivação e a consequente permanência/evasão do estudante nos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas IES Municipais do Estado de Goiás, como contributo para conclusão do curso.

PROCEDIMENTO: Aplicação de questionário para estudantes em situação de acadêmicos frequentes, Docentes e Coordenadores dos Cursos de Administração.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa nesta organização permitindo o acesso aos estudantes, docentes e coordenadores de curso de Administração.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para maio de 2016, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo online da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

ANEXO B - TABELAS

Tabela 1 - Docentes participantes no ano em que exerceram à Docência no Curso

IES A												
Ano	2012			2013			2014			2015		
Semestres	1ºS	2ºS	Total									
	2	2	4	3	3	6	3	4	7	4	4	8
IES B												
Ano	2012			2013			2014			2015		
Semestres	1ºS	2ºS	Total									
	2	2	4	3	3	6	3	4	7	4	4	8
IES C												
Ano	2012			2013			2014			2015		
Semestres	1ºS	2ºS	Total									
	4	4	8	4	4	8	04	04	08	04	04	08

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 2 - Docentes participantes segundo a avaliação do curso de Administração nas IES A, B e C

OPINIÃO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS			
	IES A	IES B	IES C	
Expectativas	Aumento da oferta		2	1
	Mais pesquisa	1		2
	Interdisciplinaridade	1	1	1
	Ampliar e atualizar os métodos	1	1	1
	Suprir Mercado	2	2	
	Reconhecimento profissional e salarial			2
TOTAL		6	8	
Dificuldades	Tempo de dedicação interna em planejamento	1	1	
	Gestão itinerante	1	1	
	Público com carga de trabalho extensa	1	1	
	Falta de laboratório, projetos, equipamentos áudio visual	1	1	
	Falta de participação e união dos professores	2	2	
TOTAL		6		
Pontos Positivos	Capacitação Professores		3	
	Vontade de mudanças	1		1
	Infra estrutura	2	2	2
	Bom quadro de profissionais	3	3	3
	Acessibilidade	2	2	2
	Localização	1	1	1
TOTAL		11	9	
Pontos Negativos	Comunicação interna	2	2	2
	Falta de envolvimento para a atualização do curso	3	2	
	Má administração dos recursos	2	2	2
	Professores poucos interessados	2	2	2
	Espaço Físico		2	
	Tratamento diferenciado em troca de favores	2		2
TOTAL		12	8	
Pontos a Melhoras	Ênfase no planejamento educacional	2	2	2
	Melhorar gestão	3	2	3
	Equipamentos		2	
	Estrutura Estágio		3	
	Pensar como uma IES	2		2
TOTAL			7	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 3 - Motivação para a evasão no curso

MOTIVOS	VALORAÇÃO					TOTAL
	1	2	3	4	5	
IES A						
Escolha experimental por falta de opção	2	0	0	1	1	4
Ingresso no curso sem conhecimento prévio da função profissional	0	1	2	1	0	4
Horário de Funcionamento	2	1	1	0	0	4
Incompatibilidade entre o curso e o trabalho	0	1	1	2	0	4
Valor das Mensalidades	1	1	1	1	0	4
Qualificação dos Docentes	2	1	0	0	1	4
Falta de Docentes	2	0	2	0	0	4
Metodologias adotadas	1	0	1	0	2	4
Qualificação obtida pelo Curso em avaliação do MEC/CEE	1	0	1	1	1	4
Perspectiva de empregabilidade e remuneração básica	1	0	0	2	1	4
Reconhecimento e/ou status social	1	1	0	1	1	4
Dificuldade de aprendizagem	1	0	2	1	0	4
Mudanças de domicílio	2	0	0	1	1	4
Doenças	2	1	0	1	0	4
Alteração na condição civil do estudante	2	0	0	2	0	4
Currículo desatualizado	2	2	0	0	0	4
Falta de estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas, laboratórios)	1	0	1	1	1	4
Condições de uso das Instalações (salas de aula, cantina, áreas de circulação e/ou laboratórios)	1	0	2	0	1	4
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão	0	1	2	0	1	4
Laboratórios de ensino mal equipados	0	0	2	0	2	4
Acervo bibliográfico desatualizado	1	0	0	1	2	4
Má qualidade do atendimento aos estudantes	1	0	1	0	2	4
Retenção em uma ou mais disciplinas	1	1	0	0	2	4
IES B						
Escolha experimental por falta de opção	2	0	0	0	1	3
Ingresso no curso sem conhecimento prévio da função profissional	1	2	1	0	0	4
Horário de Funcionamento	2	1	2	0	0	5
Incompatibilidade entre o curso e o trabalho	1	1	1	1	0	4
Valor das Mensalidades	1	1	1	1	0	4
Qualificação dos Docentes	1	1	1	0	1	4
Falta de Docentes	0	0	2	0	3	5
Metodologias adotadas	0	0	1	0	2	3

Tabela 3 - Motivação para a evasão no curso (...continuação...)

MOTIVOS	VALORAÇÃO					TOTAL
	1	2	3	4	5	
Qualificação obtida pelo Curso em avaliação do MEC/CEE	0	0	1	1	1	3
Perspectiva de empregabilidade e remuneração básica	0	0	0	1	1	2
Reconhecimento e/ou status social	0	1	0	1	1	3
Dificuldade de aprendizagem	0	0	3	1	0	4
Mudanças de domicílio	0	0	0	1	1	2
Doenças	0	1	0	2	0	3
Alteração na condição civil do estudante (casamento; separação; falecimento do cônjuge; nascimento de filho; outro)	0	0	0	2	2	4
Currículo desatualizado	0	2	0	0	2	4
Falta de estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas, laboratórios)	0	0	1	2	1	4
Condições de uso das Instalações (salas de aula, cantina, áreas de circulação e/ou laboratórios)	0	0	2	0	1	3
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão	0	1	1	0	1	3
Laboratórios de ensino mal equipados	0	0	1	0	2	3
Acervo bibliográfico desatualizado	0	0	0	1	1	2
Má qualidade do atendimento aos estudantes	0	0	1	0	1	2
Retenção em uma ou mais disciplinas	0	1	0	0	2	3
IES C						
Escolha experimental por falta de opção	2	0	0	1	1	4
Ingresso no curso sem conhecimento prévio da função profissional	0	1	2	1	0	4
Horário de Funcionamento	2	1	1	0	0	4
Incompatibilidade entre o curso e o trabalho	0	1	1	2	0	4
Valor das Mensalidades	1	1	1	1	0	4
Qualificação dos Docentes	2	1	0	0	1	4
Falta de Docentes	2	0	2	0	0	4
Metodologias adotadas	1	0	1	0	2	4
Qualificação obtida pelo Curso em avaliação do MEC/CEE	1	0	1	1	1	4
Perspectiva de empregabilidade e remuneração básica	1	0	0	2	1	4
Reconhecimento e/ou status social	1	1	0	1	1	4
Dificuldade de aprendizagem	1	0	2	1	0	4
Mudanças de domicílio	2	0	0	1	1	4
Doenças	2	1	0	1	0	4

Tabela 3 - Motivação para a evasão no curso (...continuação...)

MOTIVOS	VALORAÇÃO					
	1	2	3	4	5	TOTAL
Alteração na condição civil do estudante (casamento; separação; falecimento do cônjuge; nascimento de filho; outro)	2	0	0	2	0	4
Currículo desatualizado	2	2	0	0	0	4
Falta de estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas, laboratórios)	1	0	1	1	1	4
Condições de uso das Instalações (salas de aula, cantina, áreas de circulação e/ou laboratórios)	1	0	2	0	1	4
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão	0	1	2	0	1	4
Laboratórios de ensino mal equipados	0	0	2	0	2	4
Acervo bibliográfico desatualizado	1	0	0	1	2	4
Má qualidade do atendimento aos estudantes	1	0	1	0	2	4
Retenção em uma ou mais disciplinas	1	1	0	0	2	4
LEGENDA						
Valoração	Sem importância	Pouca importância	Importante	Importância básica	Principal causa	
	1	2	3	4	5	

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 4 - Participantes segundo o sexo em 2016

SEXO	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
Masculino	1	14,29	22	62,85	10	62,5	06	46,15	-	-	07	35	09	37,5	06	33,34	61	45,86
Feminino	6	85,71	13	37,15	06	37,5	07	53,85	-	-	13	65	15	62,5	12	66,66	72	54,14
SUB TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100	-	-	20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Masculino			9	56,25	5	55,56	4	66,67	6	42,86			6	54,55			30	53,57
Feminino			7	43,75	4	44,44	2	33,33	8	57,14			5	45,45			26	46,43
SUB TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
Masculino					5	55,56			8	50,0			4	28,58	6	33,34	23	40,35
Feminino					4	44,44			8	50,0			10	71,42	12	66,66	34	59,65
SUB TOTAL					9	100			16	100			14	100	18	100	57	100
TOTAL	7	100	51	100	34	100	19	100	30	100	20	100	49	100	36	100	246	100

LEGENDA:

NE-Número de participantes A-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) B-UniVR (Cidade de Rio Verde) C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 5 - Entrevistados segundo os estado civil

	NE	%	NE	%														
IES A																		
Solteiro	6	85,71	25	71,43	12	75,0	10	76,92			13	65,0	20	83,33	9	50,0	95	71,43
Casado	1	14,29	4	11,43	1	6,25	1	7,7			2	10,0	1	4,17	7	38,89	17	12,79
Separado			4	11,43													4	3,0
Divorciado			2	5,71	1	6,25								2	11,11		5	3,76
Viúvo					2	12,5	2	15,38			5	25,0	3	12,5			12	9,02
SUB TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Solteiro			9	56,25	4	44,44	4	66,66	12	85,71			11	100			40	71,43
Casado			7	43,75	4	44,44	1	16,67	2	14,29							14	25,0
Separado																		
Divorciado					1	11,12	1	16,67									2	3,57
Viúvo																		
SUB TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
Solteiro	6	33,33			6	66,67			12	75,0			11	78,57	17	94,44	52	69,33
Casado	12	66,67			3	33,33			3	18,75			3	21,43	1	5,56	22	29,33
Separado																		
Divorciado																		
Viúvo									1	6,25							1	1,34
SUB TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
TOTAL	25		51		34		19		30		20		49		36		264	100

LEGENDA:

NE-Número de participantes

A- Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba)

B - UniVR (Cidade de Rio Verde)

C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 6 - Nível de escolaridade dos participantes

GRAU DE ESCOLARIDADE	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
ESI	7	100	35	100	15	93,75	13	100			20	100	23	95,83	18	100	131	98,5
ESC					1	6,25							1	4,17			2	1,5
SUB TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
ESI			16	100	9	100	6	100	14	100	11	100					56	100
ESC																		
SUB TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100	11	100					56	100
IES C																		
ESI	18	100			8	88,89			16	100			14	100	18	100	56	98,24
ESC					1	11,11											1	1,76
SUB TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	110	18	100	57	100
TOTAL																		

LEGENDA:

NE – Número de participantes EME – Ensino Médio ou Equivalente ESI – Ensino Superior Incompleto ESC – Ensino Superior Completo PG – Pós-Graduação
A - Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **B** – UniVR (Cidade de Rio Verde) **C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 7 - Idade dos participantes

IDADE	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
FE 1	6	85,71	23	65,71	7	43,75	6	46,15			3	15,0	9	37,5			54	40,60
FE 2	1	14,29	10	28,57	6	37,5	4	30,77			15	75,0	9	37,5	10	55,56	55	41,35
FE 3			1	2,86	3	18,75	3	23,08			2	10	2	8,33	4	22,22	15	11,29
FE 4			1	2,86									1	4,17	2	11,11	4	3,0
FE 5													3	12,5	2	11,11	5	3,76
SUB TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
FE 1					4	44,45											4	10,
FE 2					3	33,33	5	83,33	9	64,29			7	63,64			24	60,
FE 3							1	16,67	3	21,43			4	36,36			8	20,
FE 4					1	11,11			2	14,28							3	7,5
FE 5					1	11,11											1	2,5
SUB TOTAL					9	100	6	100	14	100			11	100			40	100
IES C																		
FE 1	10	55,56			4	44,45			4	25,0			2	14,29	10	55,56	20	35,09
FE 2	8	44,44			3	33,33			10	62,5			9	64,29	8	44,44	30	52,63
FE 3									1	6,25			3	21,42			4	7,01
FE 4					1	11,11			1	6,25							2	3,50
FE 5					1	11,11											1	1,77
SUB TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	57	100
TOTAL																		

LEGENDA:

NE – Número de participantes **FE 1** Entre 17 e 20 anos **FE 2** Entre 21 e 25 anos **FE 3** Entre 26 e 30 anos **FE 4** Entre 31 e 35 anos **FE 5** Entre 36 e 45 anos

A - Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba)

B – UniVR (Cidade de Rio Verde) **C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 8 - Participantes segundo situação estudantil

SITUAÇÃO ESTUDANTIL	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL				
	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%			
IES A																					
F	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100			
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100			
IES B																					
F			16		9	100	6	100	14	100			11	100			56	100			
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100			
IES C																					
F	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100			
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100			
LEGENDA:																					
NE – Número de participantes			F-Frequente			IESA - Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba)						IES B - UniVR (Cidade de Rio Verde)						IES C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)			

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 9 - Distância entre a residência e a IES

DISTÂNCIA	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%								
IES A																		
1			6	17,14	3	18,75									1	5,56	10	7,51
2					2	12,5					1	5,0					3	2,26
3				5	14,29			1	7,69								6	4,51
4	2	28,57					5	38,46			5	25,0					12	9,02
5					4	25,0							5	20,83			9	6,78
6			1	2,86	1	6,25					2	10,0			2	11,11	6	4,51
7	5	71,43	23	65,71	6	37,5	7	53,85			12	60,0	19	79,17	15	83,33	87	65,41
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6			4	25,0	2	22,22			2	14,28			1	9,1			9	16,07
7			12	75,0	7	77,78	6	100	12	85,72			10	90,9			47	83,93
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
1																		
2									3	18,75			1	7,14			4	5,33
3					2	22,22			1	6,25							3	4,0
4																		
5									1	6,25							1	1,33
6	4				2	22,22							1	7,14	4		11	14,67
7	14				5	55,56			11	68,75			12	85,72	14		56	74,67
TOTAL	18				9	100			16				14	100	18	100	57	100

LEGENDA:

NE-Número de participantes 1-Menos que 100 mts2 Entre 101 e 200 mts3 Entre 201 e 300 mts4 Entre 301 e 400 mts 5 Entre 401 e 500 mts 6 Entre 501 e 1 Km 7-Mais que 1 Km IES A - Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) IESB - UniVR (Cidade de Rio Verde) IESC- UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 10 - Auxílio financeiro e fonte de renda dos participantes

AUXÍLIO FINANCEIRO	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%								
IES A																		
NpA	4	57,14	31	88,57	8	50,0	4				10	50,0	7	29,17	9	50,0	73	54,89
PAF	3	42,86	3	8,57													6	4,51
PAE					1	6,25	6				4	20,0	8	33,33	8	44,44	27	20,30
PAM					4	25,0	1				4	20,0	6	25,0	1	5,56	16	12,03
PAONGs			1	2,86	3	18,75	2				2	10,0	3	12,5			11	8,27
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13				20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
NpA			11	68,75	3	33,33	2	33,33	7	50,0			5	45,46			28	50,0
PAF									2	14,28			3	27,27			5	8,92
PAE			5	31,25	6	66,67	4	66,67	4	28,58			3	27,27			22	39,29
PAM									1	7,14							1	1,79
PAONGs																		
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
NpA	13	72,22			5	55,56			12	75,0			7	50,0	13	72,22	50	64,91
PAF	2	11,11			2	22,22			3	18,75			3	21,43	2	11,11	12	17,54
PAE													3	21,43			3	5,26
PAM	3	16,67			2	22,22			1	6,25			1	7,14	3	16,67	10	12,29
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

LEGENDA

NE-Número de participantes NpA-Não possui auxílio PAF-Possui Auxílio Federal PAE-Possui Auxílio Estadual PAM-Possui Auxílio Municipal PAOAP-Possui Auxílio de Organização de amparo à pesquisa PAIP-Possui Auxílio da Iniciativa Privada PAONGs-Possui Auxílio de Organizações não Governamentais
ISE A-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) ISE B-UniVR (Cidade de Rio Verde) ISE C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 11 - Percentual de auxílio recebido

AR (%)	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
NpB	4	57,14	31	88,58	8	50,0	4	30,77			9	45,0	7	29,17	9	50,0	72	54,13
E1			2	5,71	4	25,	1	7,7			1	5,0	1	4,17			9	6,77
E2			2	5,71	2	12,5	5	38,46			4	20,0	5	20,83			18	13,53
E3							3	23,07			5	25,0	10	41,67	9	50,0	27	20,30
E4	3	42,86			2	12,5					1	5,0	1	4,16			7	5,27
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
NpB																		
E1			7	43,75	5	55,56	2	33,33	7	50,0			5	45,45			26	46,42
E2			5	31,25	2	22,22	1	16,67	4	28,58			3	27,27			15	26,79
E3			4	25,0	2	22,22			2	14,28			2	18,19			10	17,87
E4							3	50,0	1	7,14			1	9,09			5	8,92
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
NpB	13	72,22			5	55,56			12	75,0			7	50,0	13	72,22	50	66,67
E1					2	22,22							1	7,14			3	4,0
E2	5	27,78			2	22,22			1	6,25			4	28,58	5	27,78	17	22,67
E3													1	7,14			1	1,33
E4									3	18,75			1	7,14			4	5,33
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

LEGENDA

AR (%) - Auxílios recebidos em percentual NE - Número de participantes NpB - Não possui Bolsa Auxílio E1 - Entre 0 e 25 por cento do valor da mensalidade E2 - Entre 26 e 50 por cento do valor da mensalidade E3 - Entre 51 e 75 por cento do valor da mensalidade E4 - Entre 76 e 100 por cento do valor da mensalidade
 ISE A - Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) ISE B - UniVR (Cidade de Rio Verde) ISE C - UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso

		IES A																	
S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S 1	1	2	28,57	5	14,29	2	12,5	1	7,69			1	5,	3	12,5	2	11,11	16	12,03
	2			7	20,0	3	18,75	2	15,38			2	10,	3	12,5	3	16,67	20	15,03
	3	2	28,57	9	25,71	5	31,25	4	30,77			5	25,0	5	20,83	6	33,33	36	27,07
	4	1	14,29	11	31,42	3	18,75	3	23,08			6	30,0	6	25,0	3	16,67	33	24,81
	5	2	28,57	3	8,58	3	18,75	3	23,08			6	30,0	7	29,17	4	22,22	28	21,06
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S2	1	3	42,86	3	8,57													7	5,27
	2			8	22,85	4	25,0	2	15,38			3	15,0	4	16,67	3	16,67	24	18,04
	3	2	28,57	12	34,29	3	18,75	3	23,08			5	25,0	4	16,67	5	27,78	33	24,81
	4	2	28,57	7	20,0	7	43,75	5	38,46			5	25,0	7	29,16	7	38,88	40	30,08
	5			5	14,29	2	12,5	3	23,08			7	35,0	9	37,5	3	16,67	29	21,80
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S3	1	2	28,57	2	5,71	2	12,5									2	11,11	8	6,02
	2			5	14,29	1	6,25	2	15,38			1	5,	4	16,67			13	9,78
	3			7	20,0	7	43,75	4	30,77			5	25,0	7	29,16	7	38,89	37	27,81
	4	2	28,57	12	34,29	4	25,0	4	30,77			7	35,0	4	16,67	4	22,22	37	27,81
	5	3	42,86	9	25,71	2	12,5	3	23,08			7	35,0	9	37,5	5	27,78	38	28,58
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S4	1	2	28,58	4	11,43	1	6,25	1	7,69			1	5,	2	8,34	1	5,56	12	9,02
	2	1	14,28	5	14,29	5	31,25	3	23,08			3	15,0	5	20,83	2	11,11	24	18,04
	3	1	14,28	11	31,42	5	31,25	4	30,76			4	20,0	6	25,0	5	27,78	36	27,07
	4	2	28,58	12	34,29	2	12,5	2	15,39			5	25,0	8	33,33	4	22,22	35	26,32
	5	1	14,28	3	8,57	3	18,75	3	23,08			7	35,0	3	12,5	6	33,33	26	19,55
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S5	1	2	28,57	6	17,14	1	6,25	1	7,7			1	5,	1	4,16	1	5,55	13	9,78
	2	1	14,29	7	20,0	3	18,75	3	23,08			3	15,0	3	12,5	2	11,11	22	16,54
	3	1	14,29	9	25,71	7	43,75	2	15,38			6	30,0	7	29,17	5	27,78	37	27,81
	4	3	42,85	8	22,86			2	15,38			5	25,0	7	29,17	5	27,78	30	22,57
	5			5	14,29	5	31,25	5	38,46			5	25,0	6	25,0	5	27,78	31	23,30
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S6	1	1	14,29	1	2,86	1	6,25	1	7,69			1	4,17	1	5,56	6	4,51		
	2	1	14,29	8	22,86	2	12,5	2	15,38			3	15,0	3	12,5	2	11,11	21	15,79
	3	3	42,85	13	37,14	3	18,75	3	23,08			5	25,0	5	20,83	3	16,67	35	26,31
	4	2	28,57	9	25,71	6	37,5	4	30,77			5	25,0	6	25,0	6	33,33	38	28,58
	5			4	11,43	4	25,0	3	23,08			7	35,0	9	37,5	6	33,33	33	24,81
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S7	1	1	14,28	1	2,86	1	6,25	1	7,69						1	5,55	5	3,77	
	2	2	28,58	6	17,14	2	12,5	2	15,38			4	20,0	5	20,83	2	11,11	23	17,3
	3	3	42,86	13	37,14	5	31,25	3	23,08			5	25,0	7	29,17	7	38,89	43	32,33
	4			10	28,57	3	18,75	3	23,08			5	25,0	7	29,17	3	16,67	31	23,30
	5	1	14,28	5	14,29	5	31,25	4	30,77			6	30,0	5	20,83	5	27,78	31	23,30
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S8	1	1	14,29	4	11,43	4	25,0	4	30,78			1	5,	1	4,17	1	5,57	16	12,03
	2	1	14,29	8	22,86	2	12,5	2	15,38			2	10,	2	8,33	2	11,11	19	14,28
	3	1	14,29	8	22,86	6	37,5	2	15,38			5	25,0	6	25,0	5	27,77	33	24,81
	4	3	42,85	7	20,0	1	6,25	2	15,38			5	25,0	8	33,33	4	22,22	30	22,57
	5	1	14,28	8	22,85	3	18,75	3	23,08			7	35,0	7	29,17	6	33,33	35	26,31
	ST	7	100	35	100	16	100	13	1000			20	100	24	100	18	100	133	100
S9	1	2	28,58	12	34,28	7	43,75	4	30,78			3	15,0	5	20,83	3	16,67	36	27,07
	2	1	14,28	10	28,57	1	6,25	2	15,38			3	15,0	6	25,0	4	22,22	27	20,30
	3	2	28,58	4	11,43	4	25,0	2	15,38			4	20,0	7	29,17	4	22,22	27	20,30
	4	1	14,28	4	11,43	2	12,5	2	15,38			5	25,0	3	12,5	3	16,67	20	15,03
	5	1	14,28	5	14,29	2	12,5	3	23,08			5	25,0	3	12,5	4	22,22	23	17,3
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S10	1	1	14,28	7	20,0	7	43,75	3	23,08			2	10,	3	12,5	3	16,67	26	19,55
	2	1	14,28	5	14,29	5	31,25	3	23,08			3	15,0	5	20,84	2	11,11	24	18,04
	3	2	28,58	12	34,28	2	12,5	2	15,38			4	20,0	6	25,0	5	27,78	33	24,81
	4	3	42,86	7	20,0	2	12,5	2	15,38			5	25,0	5	20,83	3	16,67	27	20,3
	5			4	11,43			3	23,08			6	30,0	5	20,83	5	27,77	23	17,3
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S 11	1	1	14,28	2	5,72													3	2,27
	2			6	17,14	3	18,75	3	23,08			3	15,0	3	12,5	2	11,11	20	15,03
	3	3	42,86	9	25,71	5	31,25	4	30,77			5	25,0	5	20,83	5	27,78	36	27,06
	4	2	28,58	12	34,29	5	31,25	4	30,77			5	25,0	7	29,17	5	27,78	40	30,07
	5	1	14,28	6	17,14	3	18,75	2	15,38			7	35,0	9	37,5	6	33,33	34	25,57
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S 12	1	1	14,28	3	8,57													4	3,0
	2	1	14,28	5	14,29	1	6,25	1	7,69			2	10,	2	8,34	1	5,56	13	9,78
	3	2	28,58	9	25,71	6	37,5	3	23,08			4	20,0	6	25,0	6	33,33	36	27,07
	4	2	28,58	12	34,29	5	31,25	5	38,46			6	30,0	8	33,33	5	27,78	43	32,34
	5	1	14,28	6	17,14	4	25,0	4	30,77			8	40,0	8	33,33	6	33,33	37	27,81
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S 13	1	1	14,27	10	28,57	5	31,25	1	7,69			3	15,0	5	20,83	3	16,67	28	21,05
	2	2	28,57	7	20,0	7	43,75	2	15,38			3	15,0	7	29,17	5	27,77	33	24,81
	3	2	28,58	5	14,29	2	12,5	3	23,08			5	25,0	5	20,83	2	11,11	24	18,04
	4	2	28,58	5	14,29	2	12,5	4	30,77			4	20,0	4	16,67	5	27,78	26	19,56
	5			8	22,85			3	23,08			5	25,0	3	12,5	3	16,67	22	16,54
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S 14	1	1	14,28	2	5,71							1	5,	3	12,5			7	5,26
	2	1	14,28	5	14,29	3	18,75	3	23,08			3	15,0	3	12,5	3	16,67	21	15,79
	3	1	14,28	13	37,14	5	31,25	5	38,46			5	25,0	5	20,83	5	27,78	39	29,32
	4	2	28,58	9	25,72	3	18,75	3	23,08			5	25,0	3	12,5	3	16,67	28	21,05
	5	2	28,58	6	17,14	5	31,25	2	15,38			6	30,0	10	41,67	7	38,88	38	28,58
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
S 15	1	1	14,28	1	2,86	1	6,25	1	7,7			1	5,	2	8,33	1	5,56	8	6,01
	2	1	14,28	5	14,29	2	12,5	2	15,38			3	15,0	3	12,5	2	11,11	18	13,53
	3	1	14,28	11	31,42	5	31,25	2	15,38			5	25,0	5	20,83	3	16,67	32	24,07
	4	2	28,58	13	37,14	4	25,0	5	38,46			5	25,0	7	29,17	6	33,33	42	31,58
	5	2	28,58	5	14,29	4	25,0	3	23,08			6	30,0	7	29,17	6	33,33	33	24,81
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%																
S 16	1			2	5,72	2	12,5	2	15,38			2	10,	2	8,33	1	5,55	11	8,28
	2			6	17,14	2	12,5	2	15,38			3	15,0	3	12,5	2	11,11	18	13,53
	3	3	42,85	13	37,14	4	25,0	4	30,77			3	15,0	6	25,0	4	22,22	37	27,81
	4	2	28,58	7	20,0	4	25,0	2	15,38			5	25,0	7	29,16	5	27,77	32	24,07
	5	2	28,57	7	20,0	4	25,0	3	23,08			7	35,0	6	25,0	6	33,33	35	26,31
	ST	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																			
S1	1			1	5,56	2	22,23			1	7,14							3	5,18
	2			2	11,11	3	33,33	1	16,67	2	14,28			2	18,19			9	15,51
	3			3	16,67			1	16,67	4	28,58			3	27,27			11	18,97
	4			6	33,33	3	33,33	2	33,33	3	21,42			3	27,27			17	29,31
	5			6	33,33	1	11,11	2	33,33	4	28,58			3	27,27			18	31,03
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S2	1					1	11,11							1	9,1			2	3,44
	2			3	16,67	2	22,22			1	7,14			2	18,18			8	13,8
	3			5	27,78	2	22,22	2	33,33	3	21,42			2	18,18			14	24,13
	4			7	38,88	3	33,34	2	33,33	4	28,58			3	27,27			19	32,76
	5			3	16,67	1	11,11	2	33,34	6	42,86			3	27,27			15	25,87
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S3	1																		
	2			3	16,67			1	16,67	1	7,14			1	9,1			6	10,35
	3			7	38,89	1	11,11	1	16,67	3	21,42			2	18,18			14	24,14
	4			4	22,22	3	33,33	2	33,33	4	28,58			4	36,36			17	29,31
	5			4	22,22	5	55,56	2	33,33	6	42,86			4	36,36			21	36,20
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 4	1			1	5,56													1	1,72
	2			2	11,11					2	14,29							4	6,9
	3			5	27,78	1	11,12	2	33,33	3	21,42			3	27,28			14	24,13
	4			4	22,22	4	44,44	3	50,0	5	35,71			4	36,36			20	34,49
	5			6	33,33	4	44,44	1	16,67	4	28,58			4	36,36			19	32,76
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S 5	1			1	5,55													1	1,72
	2			3	16,67					2	14,29							5	8,62
	3			4	22,22	2	22,22	2	33,33	3	21,42			3	27,28			14	24,13
	4			5	27,78	2	22,22	3	50,0	5	35,71			4	36,36			19	32,76
	5			5	27,78	5	55,56	1	16,67	4	28,58			4	36,36			19	32,77
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 6	1			1	5,56									1	9,09			2	3,44
	2			2	11,11			1	16,67	1	7,15			2	18,18			6	10,34
	3			3	16,67	2	22,22	1	16,67	2	14,29			4	36,37			12	20,69
	4			5	27,78	3	33,33	2	33,33	3	21,42			2	18,18			15	25,87
	5			7	38,88	4	44,45	2	33,33	8	57,14			2	18,18			23	39,66
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 7	1			1	5,56													1	1,72
	2			2	11,11	2	22,23			1	7,15			2	18,18			7	12,07
	3			7	38,88	3	33,33	1	16,67	3	21,43			4	36,36			18	31,03
	4			3	16,67	3	33,33	2	33,33	5	35,71			3	27,28			16	27,59
	5			5	27,78	1	11,11	3	50,0	5	35,71			2	18,18			16	27,59
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 8	1			1	5,56	1	11,11	1	16,67	1	7,14							4	6,9
	2			2	11,11	1	11,11	1	16,67	3	21,43			1	9,09			8	13,8
	3			4	22,22	2	22,22	2	33,33	3	21,43			2	18,19			13	22,41
	4			5	27,78	3	33,34	2	33,33	4	28,57			3	27,27			17	29,31
	5			6	33,33	2	22,22			3	21,43			5	45,45			16	27,58
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 9	1			1	5,56	2	22,22			1	7,14							4	6,9
	2			4	22,22	1	11,11	1	16,66	2	14,29			1	9,09			9	15,51
	3			6	33,33			1	16,67	3	21,43			1	9,09			11	18,97
	4			3	16,67	5	55,56	1	16,67	3	21,43			2	18,19			14	24,13
	5			4	22,22	1	11,11	3	50,0	5	35,71			7	63,63			20	34,49
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S 10	1			3	16,66									1	9,09			4	6,9
	2			2	11,11	1	11,11			2	14,29			1	9,09			6	10,35
	3			3	16,67	2	22,23	3	50,0	3	21,42			2	18,18			13	22,41
	4			5	27,78	3	33,33	2	33,34	5	35,71			3	27,27			18	31,03
	5			5	27,78	3	33,33	1	16,66	4	28,58			4	36,37			17	29,31
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 11	1					1	11,11											1	1,72
	2			2	11,11	1	11,11	1	16,66	2	14,29			1	9,1			7	12,07
	3			2	11,11	2	22,22	3	50,0	2	14,29			2	18,18			11	18,97
	4			8	44,45	3	33,33	1	16,67	4	28,57			4	36,36			20	34,49
	5			6	33,33	2	22,23	1	16,67	6	42,85			4	36,36			19	32,75
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			100	
S 12	1					1	11,11											1	1,72
	2			1	5,56	1	11,11	1	16,67	1	7,14			1	9,1			5	8,62
	3			3	16,67	4	44,45	2	33,33	3	21,42			2	18,18			14	24,13
	4			5	27,77	2	22,22	2	33,33	4	28,58			2	18,18			15	25,87
	5			9	50,0	1	11,11	1	16,67	6	42,86			6	54,54			23	39,66
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 13	1																		
	2			5	27,78			1	16,67	1	7,14			1	9,09			8	13,79
	3			5	27,78	3	33,34	1	16,67	2	14,29			2	18,19			13	22,41
	4			5	27,78	4	44,44	2	33,33	3	21,42			3	27,27			17	29,31
	5			3	16,66	2	22,22	2	33,33	8	57,15			5	45,45			20	34,49
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
S 14	1													1	9,09			1	1,72
	2			3	16,67	1	11,11	1	16,67	2	14,29			2	18,19			9	15,52
	3			4	22,22	2	22,22	2	33,33	2	14,29			4	36,36			14	24,14
	4			4	22,22	2	22,22	2	33,33	5	35,71			3	27,27			16	27,59
	5			7	38,89	4	44,45	1	16,67	5	35,71			1	9,09			18	31,03
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%								
S 15	1							1	16,66									1	1,73
	2			2	11,11	1	11,11	1	16,67	1	7,15			2	18,18			7	12,07
	3			3	16,67					2	33,33	1	7,15			3	27,28	9	15,51
	4			6	33,33	4	44,44	1	16,67	3	21,42			2	18,18			16	27,59
	5			7	38,89	4	44,44	1	16,67	9	64,28			4	36,36			25	43,10
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
16	1							1	16,67									1	1,72
	2			2	11,11	1	11,11	1	16,67	1	7,14			2	18,19			7	12,07
	3			4	22,23	2	22,22	1	16,67	2	14,28			3	27,27			12	20,69
	4			6	33,33	3	33,33	1	16,66	5	35,71			3	27,27			18	31,03
	5			6	33,33	3	33,33	2	33,33	6	42,85			3	27,27			20	34,49
	ST			18	100	9	100	6	100	14	100			11	100			58	100
IES C																			
S1	1	2	11,11			3	33,33			1	6,25			1	7,14	2	11,11	9	12,0
	2	3	16,67			2	22,23			3	18,75			2	14,28	3	16,67	13	17,33
	3	6	33,33							6	37,5			4	28,58	6	33,33	22	29,33
	4	3	16,67			3	33,33			3	18,75			3	21,42	3	16,67	15	20,0
	5	4	22,22			1	11,11			3	18,75			4	28,58	4	22,22	16	21,34
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
S2	1					2	22,22											2	2,67
	2	3	16,67			1	11,11			2	12,5			1	7,14	3	16,67	10	13,33
	3	5	27,78			2	22,22			3	18,75			3	21,42	5	27,78	18	24,0
	4	7	38,88			3	33,34			7	43,75			4	28,58	7	38,88	28	37,33
	5	3	16,67			1	11,11			4	25,0			6	42,86	3	16,67	17	22,67
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
S3	1	2	11,11													2	11,11	4	5,33
	2									1	6,25			1	7,14			2	2,67
	3	7	38,89			1	11,11			7	43,75			2	14,3	7	38,89	24	32,0
	4	4	22,22			3	33,33			4	25,0			3	21,42	4	22,22	18	24,0
	5	5	27,78			5	55,56			4	25,0			8	57,14	5	27,78	27	36,0
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

S 9	1	3	16,67		2	22,22		3	18,75		1	7,15	3	16,67	12	16,0
	2	4	22,22		1	11,11		2	12,5		1	7,15	4	22,22	12	16,0
	3	4	22,22					4	25,0		4	28,57	4	22,22	16	21,33
	4	3	16,67		5	55,56		3	18,75		3	21,42	3	16,67	17	22,67
	5	4	22,22		1	11,11		4	25,0		5	35,71	4	22,22	18	24,0
	ST	18	100		9	100		16	100		14	100	18	100	75	100
S 10	1	3	16,67		1	11,11		3	18,75				3	16,66	10	13,33
	2	2	11,11		1	11,11		3	18,75		2	14,29	2	11,11	10	13,33
	3	5	27,78		2	22,22		3	18,75		3	21,42	5	27,78	18	24,0
	4	3	16,66		3	33,34		3	18,75		4	28,58	3	16,67	16	21,34
	5	5	27,78		2	22,22		4	25,0		5	35,71	5	27,78	21	28,0
	ST	18	100		9	100		16	100		14	100	18	100	75	100
S 11	1				1	11,11									1	1,33
	2	2	11,11					1	6,25				2	11,11	5	6,67
	3	5	27,78		2	22,22		4	25,0		3	21,42	5	27,78	19	25,34
	4	5	27,78		2	22,22		5	31,25		5	35,71	5	27,78	22	29,33
	5	6	33,33		4	44,45		6	37,5		6	42,87	6	33,33	28	37,33
	ST	18	100		9	100		16	100		14	100	18	100	75	100
S 12	1				1	11,11									1	1,33
	2	1	5,56		1	11,11		1	6,25		1	7,14	1	5,56	5	6,67
	3	6	33,33		6	66,67		3	18,75		3	21,42	6	33,33	24	32,0
	4	5	27,78					5	31,25		4	28,58	5	27,78	19	25,34
	5	6	33,33		1	11,11		7	43,75		6	42,86	6	33,33	26	34,66
	ST	18	100		9	100		16	100		14	100	18	100	75	100
S 13	1	3	16,67		1	11,12		2	12,5		1	7,14	3	16,67	10	13,33
	2	5	27,78					5	31,25		2	14,28	5	27,78	17	22,67
	3	2	11,11		4	44,44		3	18,75		3	21,42	2	11,11	14	18,67
	4	5	27,78		4	44,44		2	12,5		4	28,58	5	27,78	20	26,67
	5	3	16,66					4	25,0		4	28,58	3	16,66	14	18,66
	ST	18	100		9	100		16	100		14	100	18	100	75	100

Tabela 12 - Interesse para a escolha do Curso (...continuação da p. ...)

S	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
		NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
S 14	1					1	11,11											1	1,33
	2	3	16,67			1	11,11			1	6,25			1	7,15	3	16,67	9	12,0
	3	5	27,78			1	11,11			4	25,0			3	21,43	5	27,77	18	24,0
	4	3	16,67			4	44,45			5	31,25			5	35,71	3	16,67	20	26,67
	5	7	38,88			2	22,22			6	37,5			5	35,71	7	38,89	27	36,0
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
S 15	1	1	5,56			1	11,11			1	6,25					1	5,56	4	5,33
	2	2	11,11							2	12,5			1	7,14	2	11,11	7	9,33
	3	3	16,67							3	18,75			3	21,42	3	16,67	12	16,0
	4	6	33,33			4	44,45			4	25,0			4	28,58	6	33,33	24	32,0
	5	6	33,33			4	44,44			6	37,5			6	42,86	6	33,33	28	37,34
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
S 16	1	1	5,56							1	6,25			1	7,14	1	5,56	4	5,33
	2	2	11,11							1	6,25			1	7,14	2	11,11	6	8,0
	3	4	22,22			1	11,11			4	25,0			3	21,43	4	22,22	16	21,33
	4	5	27,78			4	44,45			5	31,25			4	28,58	5	27,78	23	30,67
	5	6	33,33			4	44,44			5	31,25			5	35,71	6	33,33	26	34,67
	ST	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

LEGENDA:

S-Situação **M**-Motivação **NE**-Número de participantes **M1**-Critério um (sem importância) **M2**-Critério dois (pouco importante) **M3**-Critério três (importante) **M4**-Critério quatro (muito importante) **M5**-Critério cinco (extremamente importante) **ST**-Sob Total **S1**-Dificuldade de ingresso nas universidades públicas **S2**-Proximidade de casa (localização) **S3**-Qualidade reconhecida dos cursos **S4**-Condição de estudar e trabalhar ao mesmo tempo **S5**-Sempre foi o curso pretendido **S6**-Aparência da estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas) **S7**-Aparência das instalações (salas de aula, laboratórios) **S8**-Possibilidade de estudar a noite **S9**-Influência de familiares e/ou amigos **S10**-Concorrência para ingressar **S11**-A titulação dos docentes **S12**-Remuneração salarial após conclusão do curso **S13**-Localização da IES **S14**-Orientação insuficiente da coordenação do curso, quando solicitadas informações **S15**-Condições de empregabilidade **S16**-A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão **ISEA -Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba)** **ISE B-UniVR (Cidade de Rio Verde)** **ISE C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)**

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 12 - Valor da mensalidade e adequação aos ensinos recebidos

MENSALIDADES	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
Sim	5	71,43	26	74,29	11	68,75	10	76,92			12	60,0	18	75	13	72,22	95	71,43
Não	2	28,57	9	25,71	5	31,25	3	23,08			8	40,0	6	25	5	27,78	38	28,57
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Sim			9	56,25	6	66,67	3	50,0	9	64,29			6	54,54			33	58,93
Não			7	43,75	3	33,33	3	50,0	5	35,71			5	45,46			23	41,07
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
Sim	10	55,56			3	33,33			6	37,5			7	50,0	10	55,56	36	48
Não	08	44,44			6	66,67			10	62,5			7	50,0	8	44,44	39	52
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

LEGENDA:

NE – Número de participantes **ISE A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **ISE B**-UnivR (Cidade de Rio Verde) **ISE C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 13 - Os condicionantes que precisam ser corrigidos na IES para se atingir uma melhor qualidade de ensino

ITENS	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%	N	%	NE	%												
IES A																		
1	4	19,05	21	20,0	11		2	5,12			10	16,67	13	18,06	5	9,25	66	16,54
2	1	4,76	18	17,14	12		4	10,26			11	18,33	12	16,67	13	24,07	71	17,79
3	1	4,76	2	1,9	5		9	23,08			9	15,	15	20,83	9	16,67	50	12,53
4	4	19,05	47	44,76	17		17	43,59			10	16,67	13	18,05	14	25,93	122	30,57
5	3	14,29					7	17,95			13	21,67	16	22,22	10	18,52	49	12,29
6	3	14,28			3						7	11,66	3	4,17	3	5,56	19	4,77
7	5	23,81	17	16,2													22	5,51
TOTAL	21	100	105	100	48		39	100			60	100	72	100	54	100	399	100
IES B																		
1			3	6,25													3	1,78
2			10	20,83	5	18,51	1	5,56	3	7,14			1	3,03			20	11,9
3			9	18,75	7	25,94	4	22,22	10	23,81			7	21,21			37	22,02
4			12	25	5	18,51	5	27,77	9	21,43			7	21,21			38	22,62
5			11	22,92	7	25,94	3	16,67	9	21,43			7	21,21			37	22,02
6			3	6,25	2	7,40	3	16,67	7	16,67			9	27,28			24	14,29
7					1	3,70	2	11,11	4	9,52			2	6,06			9	5,37
TOTAL			48	100	27	100	18	100	42	100			33	100			168	100
IES C																		
1	5	9,26							7	14,58			3	7,14	5	9,26	20	8,88
2	10	18,52			4	14,81			11	22,92			10	23,81	10	18,52	45	20,
3	9	16,66							7	14,58			9	21,43	9	16,67	34	15,11
4	14	25,93			5	18,52			7	14,58			9	21,43	14	25,92	49	21,78
5	13	24,07			9	33,34			7	14,58			7	16,67	13	24,07	49	21,78
6	3	5,56			4	14,81			3	6,26			4	9,52	3	5,56	17	7,57
7					5	18,52			6	12,5							11	4,88
TOTAL	54	100			27	100			48	100			42	100	54	100	225	100

LEGENDA:

NE – Número de participantes **ISE A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **ISE B**-UniVR (Cidade de Rio Verde) **ISE C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros) 1-
 Tesouraria 2-Secretaria Acadêmica 3-Coordenação/Departamento 4- Metodologia das aulas 5-Corpo Docente 6-Biblioteca7-Comunicação Interna

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 14 - Participantes segundo os 3 itens existentes na IES que precisam ser corrigidos para se atingir uma melhor qualidade de ensino

VALORES PAGOS	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
1			5	4,76			1	2,56					5	6,94	1	1,86	12	3,0
2	4	19,05	14	13,33	6	12,5	7	17,95			10	16,66	9	12,5	7	12,96	57	14,29
3	8	38,1	19	18,09	13	27,08	11	28,20			11	18,33	10	13,89	11	20,37	83	20,80
4	4	19,05	15	14,29	7	14,58	7	17,96			9	15,0	13	18,05	12	22,22	67	16,79
5	3	14,28	14	13,33	5	10,42	5	12,82			10	16,66	15	20,84	7	12,96	59	14,79
6	2	9,52	13	12,39	4	8,33	4	10,26			13	21,68	9	12,5	7	12,96	52	13,03
7			10	9,52	5	10,42	3	7,69			7	11,67	3	4,17	6	11,11	34	8,52
8			15	14,29	8	16,67	1	2,56					8	11,11	3	5,56	35	8,78
TOTAL	21	100	105	100	48	100	39	100			60	100	72	100	54	100	399	100
IES B																		
1			1	2,09	2	7,41							1	3,03			4	2,39
2			7	14,59	6	22,23	2	11,11	5	11,9			3	9,09			23	13,69
3			11	22,91	5	18,51	4	22,22	5	11,9			4	12,12			29	17,26
4			12	25,	5	18,51	4	22,22	9	21,43			7	21,22			37	22,02
5			7	14,59	6	22,23	3	16,67	7	16,67			5	15,15			28	16,67
6			5	10,41	3	11,11	2	11,11	7	16,67			5	15,15			22	13,09
7			3	6,25			2	11,11	5	11,9			5	15,15			15	8,93
8			2	4,16			1	5,56	4	9,53			3	9,09			10	5,95
TOTAL			48	100	27	100	18	100	42	100			33	100			168	100
IES C																		
1	1	1,85			2	7,41									1	1,85	4	1,78
2	7	12,96			6	22,22			5	10,41			7	16,67	7	12,96	32	14,22
3	11	20,38			5	18,52			10	20,83			7	16,67	11	20,38	44	19,55
4	12	22,22			5	18,52			8	16,68			8	19,05	12	22,22	45	20,00
5	7	12,96			6	22,22			7	14,58			7	16,67	7	12,96	34	15,11
6	7	12,96			3	11,11			5	10,41			5	11,90	7	12,96	27	12,00
7	6	11,11							5	10,41			5	11,90	6	11,11	22	9,78
8	3	5,56							8	16,68			3	7,14	3	5,56	17	7,56
TOTAL	54	100			27	100			48	100			42	100	54	100	225	100

LEGENDA: NE – Número de participantes ISE A-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) ISE B-UniVR (Cidade de Rio Verde) ISE C-UNIFIMES (Cidade de Mineiros) 1- Ter bom conceito no provão 2-Possuir ótima infraestrutura de laboratórios/equipamentos 3-Possuir bom projeto pedagógico 4-Ter grande parcela do corpo docente de mestres e doutores 5-Contar com docentes com reconhecida capacidade de transmissão de conhecimento 6-Grau de empregabilidade dos estudantes que concluíram o curso 7-Oferecer metodologias de ensino extraclasse (eventos, visitas técnicas, outros) 8-Ser reconhecido no meio acadêmico como um curso de boa qualidade

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 15 - Participantes segundo a qualidade do curso

QUALIDADE DO CURSO	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
Ótima			7	20,0	4	25,0	1	7,7			6	30,0	8	33,33	5	27,78	31	23,31
Boa	5	71,43	11	31,43	5	31,25	5	38,45			7	35,0	10	41,67	8	44,44	51	38,35
Razoável	2	28,57	12	34,28	6	37,5	6	46,15			7	35,0	6	25,0	3	16,67	42	31,57
Ruim			5	14,29	1	6,25	1	7,7							2	11,11	9	6,77
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Ótima	2	12,5			1	11,11			2	33,33			3	21,42	4	36,36	12	21,42
Boa	6	37,5			4	44,44			2	33,33			2	14,29	3	27,27	17	30,36
Razoável	7	43,75			4	44,45			2	33,34			7	50,0	3	27,27	23	41,08
Ruim	1	6,25											2	14,29	1	9,1	4	7,14
TOTAL	16	100			9	100			6	100			14	100	11	100	56	100
IES C																		
Ótima	3				1	11,1			2	12,5			2	14,28	3	16,66	11	14,67
Boa	8				3	33,33			4	25,0			2	14,28	8	44,45	25	33,33
Razoável	5				4	44,45			8	50,0			8	57,16	5	27,78	30	40,0
Ruim	2				1	11,11			2	12,5			2	14,28	2	11,11	9	12,0
TOTAL	18				9	100			16	100			14	100	18	100	75	1000

LEGENDA:

NE – Número de participantes

ISE A-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba
(Cidade de Mineiros))

ISE B-UniVR (Cidade de Rio Verde)

ISE C-UNIFIMES

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 16 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
IES A																			
M.1	1	1	14,28	7	20,0			1	7,7			3	15,0	3	12,5			15	11,29
	2	1	14,29	7	20,0	5	31,25	2	15,4			3	15,0	5	20,83	2	11,11	25	18,8
	3	3	42,85	3	8,58	3	18,75	3	23,07			3	15,0	7	29,17	5	27,78	27	20,30
	4	1	14,29	8	22,85	8	50,0	3	23,07			5	25,0	5	20,83	5	27,78	35	26,31
	5	1	14,29	10	28,57			4	30,76			6	30,0	4	16,67	6	33,33	31	23,30
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.2	1	3	42,86	3	8,58	3	18,75	3	23,08			2	10,0	3	12,5	2	11,11	19	14,29
	2	3	42,86	5	14,28	5	31,25	2	15,39			3	15,0	4	16,67	3	16,67	25	18,79
	3			13	37,14	7	43,75	2	15,39			5	25,0	5	20,83	5	27,78	37	27,82
	4	1	14,28	7	20,0	1	6,25	3	23,07			5	25,0	7	29,17	4	22,22	28	21,06
	5			7	20,0			3	23,07			5	25,0	5	20,83	4	22,22	24	18,04
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.3	1	2	28,57	2	5,71	2	12,5	2	15,39			1	5,0	2	8,33	1	5,56	12	9,02
	2	2	28,57	12	34,29	2	12,5	2	15,39			3	15,0	3	12,5	2	11,11	26	19,56
	3	1	14,29	5	14,28	5	31,25	2	15,39			5	25,0	5	20,83	5	27,78	28	21,05
	4			10	28,58	4	25,0	4	30,76			5	25,0	9	37,6	4	22,22	36	27,07
	5	2	28,57	6	17,14	3	18,75	3	23,07			6	30,0	5	20,83	6	33,33	31	23,30
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.4	1	2	28,57	12	34,29	2	12,5	2	15,39			2	10,0	1	4,17			21	15,79
	2	5	71,43	5	14,28	2	12,5	1	7,7			4	20,0	4	16,67	2	11,11	23	17,29
	3			13	37,14	3	18,75	3	23,07			4	20,0	5	20,83	3	16,67	31	23,31
	4			3	8,58	3	18,75	3	23,07			4	20,0	7	29,16	6	33,33	26	19,54
	5			2	5,71	6	37,5	4	30,77			6	30,0	7	29,17	7	38,89	32	24,07
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.5	1	4	57,14	1	2,86	1	6,25	1	7,7							1	5,56	8	6,01
	2			5	14,28	3	18,75	3	23,08			2	10,0	3	12,5	2	11,11	18	13,54
	3	1	14,28	9	25,71	4	25,0	3	23,08			5	25,0	7	29,16	4	22,22	33	24,81
	4	2	28,58	12	34,29	4	25,0	3	23,07			6	30,0	7	29,17	5	27,78	39	29,33
	5			8	22,86	4	25,0	3	23,07			7	35,0	7	29,17	6	33,33	35	26,31
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100

Tabela 17 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.6	1	2	28,57	2	5,71	2	12,5					1	5,0	2	8,33			9	6,78
	2	3	42,85	3	8,58	3	18,75	3	23,08			2	10,0	2	8,33	3	16,67	19	14,28
	3	1	14,29	6	17,14	5	31,25	4	30,76			3	15,0	8	33,34	5	27,77	32	24,06
	4	1	14,29	11	31,43	3	18,75	3	23,08			6	30,0	6	25,0	5	27,78	35	26,31
	5			13	37,14	3	18,75	3	23,08			8	40,0	6	25,0	5	27,78	38	28,57
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.7	1	1	14,28	1	2,86	1	6,25									1	5,56	4	3,0
	2	2	28,58	3	8,57	3	18,75	2	15,39			3	15,0	3	12,5	3	16,67	19	14,29
	3	2	28,58	9	25,71	3	18,75	2	15,39			5	25,0	5	20,83	3	16,67	29	21,80
	4	1	14,28	11	31,43	5	31,25	4	30,76			5	25,0	7	29,17	5	27,77	38	28,58
	5	1	14,28	11	31,43	4	25,0	5	38,46			7	35,0	9	37,5	6	33,33	43	32,33
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.8	1	2	28,57	2	5,71	1	6,25									1	5,56	6	4,51
	2	1	14,29	1	2,86	3	18,75	3	23,07			2	10,0	3	12,5	2	11,11	15	11,28
	3	2	28,57	7	20,0	5	31,25	3	23,07			5	25,0	5	20,83	5	27,78	32	24,06
	4	2	28,57	12	34,29	3	18,75	3	23,07			6	30,0	7	29,17	3	16,67	36	27,07
	5			13	37,14	4	25,0	4	30,76			7	35,0	9	37,5	7	38,88	44	33,08
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.9	1	1	14,29	1	2,86	1	6,25											3	2,26
	2	2	28,57	2	5,71	2	12,5	2	15,39			2	10,0	2	8,33	2	11,11	14	10,53
	3			8	22,86	4	25,0	2	15,39			4	20,0	4	16,67	4	22,22	26	19,55
	4	3	42,85	13	37,14	5	31,25	4	30,76			6	30,0	7	29,17	5	27,78	43	32,33
	5	1	14,29	11	31,43	4	25,0	5	38,46			8	40,0	11	45,83	7	38,89	47	35,33
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.10	1	2	28,58	2	5,72													4	3,0
	2	2	28,58	6	17,15	3	18,75	1	7,7			3	15,0	3	12,5	2	11,11	20	15,03
	3	1	14,28	9	25,71	5	31,25	2	15,38			5	25,0	5	20,83	5	27,78	32	24,07
	4	1	14,28	9	25,71	4	25,0	5	38,46			5	25,0	6	25,0	4	22,22	34	25,57
	5	1	14,28	9	25,71	4	25,0	5	38,46			7	35,0	10	41,67	7	38,89	43	32,33
	T	7	100	35	100	16	50,0	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100

Tabela 18 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.11	1	1	14,29	1	2,86													2	1,50
	2	1	14,29	1	2,86	2	12,5	1	7,7			2	10,0			2	11,11	9	6,77
	3	3	42,85	13	37,14	5	31,25	3	23,07			5	25,0	5	20,83	5	27,78	39	29,32
	4	2	28,57	12	34,29	5	31,25	3	23,07			6	30,0	7	29,17	5	27,78	40	30,08
	5			8	22,85	4	25,0	6	46,16			7	35,0	12	50,0	6	33,33	43	32,33
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.12	1	1	14,29	1	2,86	2	12,5	1	7,7							2	11,11	7	5,26
	2	2	28,57	5	14,29	3	18,75	3	23,07			2	10,0	3	12,5	3	16,68	21	15,79
	3	3	42,85	13	37,14	3	18,75	3	23,07			5	25,0	5	20,83	3	16,67	35	26,31
	4			9	25,71	5	31,25	4	30,77			6	30,0	9	37,5	5	27,77	38	28,57
	5	1	14,29	7	20,0	3	18,75	2	15,39			7	35,0	7	29,17	5	27,77	32	24,07
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
M.13	1	1	14,28	3	8,56													4	3,0
	2			9	25,71	3	18,75	2	15,39			3	15,0	5	20,83	2	11,11	24	18,04
	3	2	28,58	12	34,29	2	12,5	2	15,39			4	20,0	6	25,0	2	11,11	30	22,56
	4	4	57,14	4	11,43	4	25,0	4	30,76			6	30,0	6	25,0	5	27,78	33	24,81
	5			7	20,0	7	43,75	5	38,46			7	35,0	7	29,17	9	50,0	42	31,59
	T	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																			
M.1	1																		
	2			1	6,25	1	11,11	1	16,67	1	7,14			1	9,1			5	8,93
	3			3	18,75	3	33,33	2	33,33	2	14,29			3	27,27			13	23,21
	4			3	18,75	3	33,33	2	33,33	6	42,86			4	36,36			18	32,15
	5			9	56,25	2	22,23	1	16,67	5	35,71			3	27,27			20	35,71
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.2	1					2	22,22	1	16,67					1	9,09			4	7,14
	2			2	12,5	2	22,22	1	16,67					1	9,09			6	10,71
	3			3	18,75	2	22,22	1	16,67	4	28,57			3	27,28			13	23,21
	4			4	25,0	3	33,34	1	16,66	4	28,57			5	45,45			17	30,36
	5			7	43,75			2	33,33	6	42,86			1	9,09			16	28,56
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100

Tabela 19 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.3	1		1	6,25	2	22,22												3	5,36
	2		1	6,25	2	22,22			1	7,15			3	27,27				7	12,5
	3		4	25,0			2	33,33	3	21,43			4	36,37				13	23,21
	4		4	25,0	3	33,34	1	16,67	5	35,71			2	18,18				15	26,79
	5		6	37,5	2	22,22	3	50,0	5	35,71			2	18,18				18	32,14
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.4	1				1	11,11							1	9,1				2	3,57
	2		1	6,25	4	44,45				1	7,14		2	18,18				8	14,3
	3		4	25,0	2	22,22	1	16,67	3	21,43			3	27,27				13	23,21
	4		4	25,0	1	11,11	2	33,33	4	28,58			2	18,18				13	23,21
	5		7	43,75	1	11,11	3	50,0	6	42,85			3	27,27				20	35,71
	T		16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100	
M.5	1		1	6,25			1	16,67	1	7,14								3	5,36
	2		1	6,25					1	7,14			1	9,1				3	5,36
	3		3	18,75	3	33,33	2	33,33	3	21,43			2	18,18				13	23,21
	4		5	31,25	4	44,45	1	16,67	4	28,58			4	36,36				18	32,14
	5		6	37,5	2	22,22	2	33,33	5	35,71			4	36,36				19	33,93
	T		16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100	
M.6	1				1	11,11												1	1,78
	2		2	12,5	1	11,11	1	16,67	1	7,14								5	8,93
	3		3	18,75	3	33,34	2	33,33	2	14,29			3	27,28				13	23,21
	4		5	31,25	2	22,22	2	33,33	5	35,71			4	36,36				18	32,15
	5		6	37,5	2	22,22	1	16,67	6	42,86			4	36,36				19	33,93
	T		16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100	
M.7	1				1	11,11	1	16,67					1	9,1				3	5,35
	2		2	12,5	1	11,11	1	16,67	1	7,14								5	8,92
	3		3	18,75	2	22,22	1	16,67	2	14,29			2	18,18				10	17,86
	4		5	31,25	1	11,11	1	16,66	5	35,71			4	36,36				16	28,58
	5		6	37,5	4	44,45	2	33,33	6	42,86			4	36,36				22	39,29
	T		16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100	

Tabela 20 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.8	1			1	6,25													1	1,79
	2			1	6,25	1	11,11			2	14,29			1	9,1			5	8,92
	3			3	18,75	2	22,22	1	16,67	3	21,43			3	27,27			12	21,43
	4			4	25,0	4	44,45	2	33,33	4	28,57			4	36,36			18	32,15
	5			7	43,75	2	22,22	3	50,0	5	35,71			3	27,27			20	35,71
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.9	1			1	6,25			1	16,67									2	3,57
	2			1	6,25	2	22,22	1	16,67	1	7,14							5	8,92
	3			3	18,75	2	22,22	2	33,33	2	14,29			2	18,18			11	19,65
	4			5	31,25	3	33,34	2	33,33	5	35,71			4	36,37			19	33,93
	5			6	37,5	2	22,22			6	42,86			5	45,45			19	33,93
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.10	1					2	22,22											2	3,57
	2			1	6,25			1	16,67	1	7,14			1	9,1			4	7,14
	3			4	25,0	2	22,22	1	16,67	3	21,44			2	18,18			12	21,43
	4			5	31,25	1	11,11	2	33,33	5	35,71			3	27,27			16	28,58
	5			6	37,5	4	44,45	2	33,33	5	35,71			5	45,45			22	39,28
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.11	1			1	6,25	1	11,11											2	3,56
	2			1	6,25	1	11,11							2	18,18			4	7,14
	3			3	18,75	3	33,33	2	33,33	1	7,14			3	27,27			12	21,43
	4			4	25,0	3	33,34	2	33,33	4	28,57			4	36,37			17	30,35
	5			7	43,75	1	11,11	2	33,34	9	64,29			2	18,18			21	37,5
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
M.12	1			1	6,25	1	11,11	1	16,67					1	9,1			4	7,14
	2			2	12,5			1	16,67	1	7,14			1	9,09			5	8,93
	3			3	18,75	3	33,33	1	16,67	3	21,44			3	27,27			13	23,21
	4			5	31,25	2	22,23	1	16,66	5	35,71			4	36,36			17	30,36
	5			5	31,25	3	33,33	2	33,33	5	35,71			2	18,18			17	30,36
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100

Tabela 21 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.13	1							2	33,33					1	9,1			3	5,35
	2			1	6,25					1	7,14			2	18,18			4	7,14
	3			2	12,5	4	44,44	2	33,33	4	28,57			3	27,27			15	26,79
	4			5	31,25	4	44,45	1	16,67	4	28,58			2	18,18			16	28,58
	5			8	50,0	1	11,11	1	16,67	5	35,71			3	27,27			18	32,14
	T			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																			
M.1	1					1	11,11											1	1,33
	2	2	11,11			1	11,11			2	12,5			1	7,14	2	11,11	8	10,67
	3	5	27,77			3	33,33			3	18,75			2	14,29	5	27,78	18	24,0
	4	5	27,77			3	33,34			5	31,25			5	35,71	5	27,78	23	30,67
	5	6	33,33			1	11,11			6	37,5			6	42,86	6	33,33	25	33,33
	T	18					9	100			16	100			14	100	18	100	75
M.2	1	2	11,11			3	33,33			2	12,5					2	11,11	9	12,0
	2	3	16,67			3	33,33			2	12,5			2	14,29	3	16,67	13	17,33
	3	5	27,78							4	25,0			3	21,42	5	27,78	17	22,67
	4	4	22,22			3	33,34			4	25,0			4	28,58	4	22,22	19	25,33
	5	4	22,22							4	25,0			5	35,71	4	22,22	17	22,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.3	1	1	5,57			2	22,22									1	5,56	4	5,33
	2	2	11,11			2	22,22			2	12,5			1	7,14	2	11,11	9	12,0
	3	5	27,77							4	25,0			4	28,57	5	27,78	18	24,0
	4	4	22,22			3	33,34			4	25,0			4	28,58	4	22,22	19	25,34
	5	6	33,33			2	22,22			6	37,5			5	35,71	6	33,33	25	33,33
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.4	1					2	22,22											2	2,67
	2	2	11,11			5	55,56			2	12,5			2	14,29	2	11,11	13	17,33
	3	3	16,67			1	11,11			3	18,75			2	14,29	3	16,67	12	16,0
	4	6	33,33			1	11,11			5	31,25			4	28,57	6	33,33	22	29,33
	5	7	38,89							6	37,5			6	42,85	7	38,89	26	34,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

Tabela 22 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.5	1	1	5,57			4	44,45			1	6,25			1	7,14	1	5,56	8	10,67
	2	2	11,11							2	12,5			2	14,29	2	11,11	8	10,67
	3	4	22,22			1	11,11			2	12,5			2	14,29	4	22,22	13	17,33
	4	5	27,77			4	44,44			4	25,0			4	28,57	5	27,78	22	29,33
	5	6	33,33							7	43,75			5	35,71	6	33,33	24	32
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.6	1					2	22,23			2	12,5			1	7,14			5	6,67
	2	3	16,67			3	33,33			3	18,75			1	7,14	3	16,66	13	17,33
	3	5	27,77			3	33,33			5	31,25			4	28,57	5	27,78	22	29,33
	4	5	27,78			1	11,11			3	18,75			4	28,57	5	27,78	18	24,0
	5	5	27,78							3	18,75			4	28,58	5	27,78	17	22,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.7	1	1	5,56			3	33,34			1	6,25					1	5,56	6	8,0
	2	3	16,67			1	11,11			3	18,75			2	14,29	3	16,67	12	16,0
	3	3	16,67			2	22,22			3	18,75			2	14,29	3	16,67	13	17,34
	4	5	27,77			1	11,11			4	25,0			4	28,57	5	27,77	19	25,33
	5	6	33,33			2	22,22			5	31,25			6	42,85	6	33,33	25	33,33
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.8	1	1	5,57			2	22,22									1	5,56	4	5,33
	2	2	11,11			3	33,34			2	12,5			2	14,29	2	11,11	11	14,67
	3	5	27,77			2	22,22			4	25,0			3	21,43	5	27,78	19	25,33
	4	3	16,67			2	22,22			4	25,0			3	21,43	3	16,66	15	20,0
	5	7	38,88							6	37,5			6	42,85	7	38,89	26	34,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.9	1					3	33,33			1	6,25							4	5,33
	2	2	11,11			2	22,22			2	12,5			1	7,14	2	11,11	9	12,0
	3	4	22,22							3	18,75			3	21,42	4	22,22	14	18,67
	4	6	33,33			4	44,45			5	31,25			4	28,58	5	27,78	24	32,0
	5	6	33,34							5	31,25			6	42,86	7	38,89	24	32,0
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

Tabela 23 - O grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação (...continuação...)

MEC	M	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAIS	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
M.10	1					4	44,44											4	5,33
	2	2	11,11							1	6,25			2	14,29	2	11,11	7	9,33
	3	5	27,78			1	11,11			3	18,75			3	21,42	5	27,78	17	22,67
	4	4	22,22			1	11,11			4	25,0			4	28,58	4	22,22	17	22,67
	5	7	38,89			3	33,34			8	50,0			5	35,71	7	38,89	30	40,
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.11	1					2	22,22											2	2,67
	2	2	11,11			1	11,11			1	6,25					2	11,11	6	8,0
	3	5	27,78			3	33,34			3	18,75			2	14,28	5	27,78	18	24,0
	4	5	27,78			2	22,22			5	31,25			5	35,71	5	27,78	22	29,33
	5	6	33,33			1	11,11			7	43,75			7	50,0	6	33,33	27	36,0
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.12	1	2	11,11			1	11,11			1	6,25					2	11,11	6	8,0
	2	3	16,67							3	18,75			2	14,29	3	16,66	11	14,67
	3	3	16,67			3	33,33			3	18,75			3	21,42	3	16,67	15	20,0
	4	5	27,77			2	22,23			4	25,0			4	28,58	5	27,78	20	26,66
	5	5	27,78			3	33,33			5	31,25			5	35,71	5	27,78	23	30,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
M.13	1					1	11,12											1	1,33
	2	2	11,11							2	12,5			2	14,29	2	11,11	8	10,66
	3	2	11,11			4	44,44			3	18,75			3	21,42	2	11,11	14	18,67
	4	5	27,78			4	44,44			5	31,25			4	28,58	5	27,78	23	30,67
	5	9	50,0							6	37,5			5	35,71	9	50,0	29	38,67
	T	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	57	100

LEGENDA:

NE – Número de participantes **ISE A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **ISE B**-UniVR (Cidade de Rio Verde) **ISE C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)
MEC-Motivo da Escolha do Curso **M.1**-Escolha equivocada da carreira **M.2**-Ter sido admitido para um curso que não foi a minha primeira opção no vestibular **M.3**-Falta de base para acompanhar o curso **M.4**-Currículo desatualizado **M.5**-Métodos de avaliação discentes ultrapassados ou injustos **M.6**-Deficiência didática pedagógica dos professores **M.7**-Laboratórios de ensino mal equipados **M.8**-Acervo bibliográfico desatualizado **M.9**-Má qualidade do atendimento aos estudantes **M.10**-Conceito ruim do curso no provão **M.11**-Mensalidade elevada **M.12**-Dificuldades financeiras momentâneas **M.13**-Outras questões de ordem natural **M**-Motivo **T**-Totais **N**-Número de Entrevistados %-Percentual. Dentre os critérios abaixo, preencha com o número que indica o grau de importância no momento da escolha do curso de Administração para sua graduação, sendo: **C1**-nenhuma influência **C2**-pouco influência **C3**-moderado influência **C4**-muita influência **C5**-extremamente influente

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 17 - Participantes segundo vida acadêmica concomitante

VIDA ACADÊMICA	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
Sim			1	2,86													1	0,75
Não	7	100	34	97,14	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	132	99,25
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Sim																		
Não			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
TOTAL			100	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
Sim													4	28,58			4	5,33
Não	18	100			9	100			16	100	20	100	10	71,42	18	100	71	94,67
TOTAL	18	100			9	100			16	0	20	100	14	100	18	100	75	100

LEGENDA:

NE – Número de participantes **IES A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **IES B**-UniVR (Cidade de Rio Verde) **IES C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 18 - Participantes segundo esfera administrativa do ensino médio (segundo grau) concluído

ESFERA ADMINISTRATIVA	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
Público	7	100	30	85,71	1		10				13	65,0	20	83,33	13	72,22	94	70,68
Privado							1				1	5,0					2	1,50
Não Respondeu			5	14,29	15		2				6	30,0	4	16,67	5	27,78	37	27,82
TOTAL	7	100	35	100	16		13				20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
Público			13	81,25	6	66,67	3	50	6	42,85			5	45,45			33	58,92
Privado			3	18,75	3	33,33	3	50	7	50,0			5	45,45			21	37,5
Não Respondeu									1	7,15			1	9,1			2	3,58
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
Público	15	83,33			9	100			6	37,5			7	50,0	15	83,33	52	69,33
Privado	3	16,67							1	6,25					3	16,67	7	9,34
Não Respondeu									9	56,25			7	50,0			16	21,33
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100

LEGENDA:

NE – Número de participantes **ISE A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **ISE B**-UniVR (Cidade de Rio Verde) **ISE C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 19 - Carga horária semanal aproximada da atividade remunerada

CHS	1° PERÍODO		2° PERÍODO		3° PERÍODO		4° PERÍODO		5° PERÍODO		6° PERÍODO		7° PERÍODO		8° PERÍODO		TOTAL	
	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%	NE	%
IES A																		
N Respondeu	7	100	6	17,14	16	100	12	92,30			9	45,0	18	75,0	11	61,11	79	59,4
20 Horas			1	2,86							2	10,0	1	4,17			4	3,0
36 Horas																		
40 Horas			4	11,42							5	25,0	5	20,83	7	38,89	21	15,79
44 Horas			14	40,0			1	7,7			4	20,0					19	14,29
Não Trabalha			10	28,58													10	7,52
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
N Respondeu									3	21,42			1	9,09			4	7,14
20 Horas													1	9,09			1	1,78
36 Horas					2	22,22			2	14,29			2	18,19			6	10,71
40 Horas			3	18,75			3	50,0	6	42,86			3	27,27			15	26,79
44 Horas			13	81,25	7	77,78	3	50,0	3	21,43			4	36,36			30	53,58
Não Trabalha																		
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
N Respondeu									10	62,5			10	71,42			20	26,66
20 Horas																		
36 Horas					1	11,11											1	1,33
40 Horas	4	22,22							3	18,75			2	14,29	4	22,22	13	17,33
44 Horas	14	77,78			8	88,89			3	18,75			2	14,29	14	77,78	41	54,66
Não Trabalha																		
TOTAL	18	100			9	100			16	100			14	100	18	100	75	100
LEGENDA:																		
CHS -Carga Horaria Semanal	NE – Número de participantes				ISE A -Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba)						ISE B -UniVR (Cidade de Rio Verde)				ISE C -UNIFIMES (Cidade de Mineiros)			

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 20 - Participantes segundo renda familiar aproximada

RENDA FAMILIAR	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		TOTAL	
	NE	%																
IES A																		
< 1 SM			1	2,86			1	7,69									2	1,5
1 SM	4	57,14	16	45,71	5	31,25	5	38,46			6	30,0	1	4,17	2	11,11	39	29,32
1 a 3 SM	2	28,58	13	37,15	5	31,25	3	23,08			10	50,0	14	58,33	7	38,89	54	40,60
3.1 a 5 SM			2	5,71	3	18,75	3	23,08			4	20,0	5	20,83	4	22,22	21	15,79
5.1 a 10 SM	1	14,28	2	5,71	3	18,75	1	7,69					1	4,17	3	16,67	11	8,28
> 10 SM			1	2,86									3	12,5	2	11,11	6	4,51
TOTAL	7	100	35	100	16	100	13	100			20	100	24	100	18	100	133	100
IES B																		
< 1 SM																		
1 SM										3	21,43						3	5,36
1 a 3 SM					4	44,44	3	50,0	3	21,43			2	18,18			12	21,43
3.1 a 5 SM			9	56,25	4	44,44	2	33,33	4	28,57			7	63,64			26	46,42
5.1 a 10 SM			5	31,25			1	16,67					2	18,18			8	14,29
> 10 SM			2	12,5	1	11,12			4	28,57							7	12,5
TOTAL			16	100	9	100	6	100	14	100			11	100			56	100
IES C																		
< 1 SM					1	11,11											1	1,33
1 SM									4	25,0			5	35,71			9	12
1 a 3 SM	10				4	44,45			6	37,5					10		30	40
3.1 a 5 SM	4				4	44,44			2	12,5			6	42,86	4		20	26,67
5.1 a 10 SM	4								3	18,75			3	21,43	4		14	18,67
> 10 SM									1	6,25							1	1,33
TOTAL	18				9	100			16	100			14	100	18		75	100

LEGENDA:

NE-Número de participantes < 1 SM-Menor que um salário 1 SM-Um salário mínimo 1 a 3 SM-Entre um e três salários mínimos 3.1 a 5 SM- Entre três virgula um e cinco salários mínimos 5.1 a 10 SM-Entre cinco e dez salários mínimos > 10 SM-Mais de dez salários mínimos **IES A**-Faculdade de Goiatuba (Cidade de Goiatuba) **IES B**-UniVR (Cidade de Rio Verde) **IES C**-UNIFIMES (Cidade de Mineiros)

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE A - DEFINIÇÃO DOS TERMOS

Procura-se com este item definir os principais termos que foram utilizados no corpo do trabalho de modo a facilitar a compreensão do mesmo e reduzir as dúvidas que possivelmente possam surgir

- **Centros Universitários:** são caracterizados por oferecer ensino de excelência; atuar em uma ou mais áreas do conhecimento; abrir e fechar cursos e vagas sem autorização, exceto para cursos da área da saúde. (Decreto Federal nº 2.306 de 19/08/97);
- **Clientes:** todos aqueles que sofrem o impacto do uso dos produtos oferecidos pelas organizações (PALADINI, 2000). Podem ser classificados em dois tipos: clientes externos são aqueles que irão utilizar-se dos produtos ou serviços do dia-a-dia; clientes internos são os que prestam e recebem serviços uns dos outros com o intuito de servir aos clientes externos.
- **Consumidores:** todos aqueles que consomem os produtos oferecidos pelas organizações (PALADINI, 2000);
- **Custos de Oportunidade:** custo dado pelo uso alternativo de recursos;
- **Evasão:** saída do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo;
- **Evasão definitiva:** é a saída definitiva do aluno que pode ser por:
- **Abandono:** Quando o aluno não comparece à matrícula e nem requer o trancamento;
- **Transferência externa:** quando o aluno é desligado da instituição, mediante pedido formal, com finalidade de ingressar em outra IES;
- **Desistência:** é o desligamento do curso em que está matriculado o aluno mediante pedido formal.
- **Evasão temporária:** é a saída temporária do estudante, conhecida também com trancamento.
- **Faculdades Integradas:** são caracterizadas por aglutinar instituições (faculdades de diferentes áreas do conhecimento); oferecer ensino e, em

alguns casos, pesquisa e extensão, depender de autorização do Conselho Nacional de Educação (CNE) para criar cursos e vagas.

- **Faculdades, Escolas Superiores e Institutos Superiores:** são caracterizados por atuar em geral em uma área do conhecimento; poder realizar ensino ou pesquisa e depender de autorização do CNE para criar cursos e vagas.
- **Instituições Públicas:** são as organizações universitárias criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Estas podem ser Federal, Estadual ou Municipal (Santos, 2001).
- **Instituições Privadas:** são as organizações universitárias mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, compreendendo as seguintes categorias (Santos, 2001):
- **Particulares:** instituídas e mantidas por uma pessoa ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- **Comunitárias:** instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- **Confessionais:** instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam orientação confessional e ideologia específicas que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- **Filantrópicas:** instituídas de acordo com as leis federais nº 1493/51, 3577/59, 7644/87, 8512/91, 8472/93, 8909/94, Decreto Federal nº 8742/93 e Resolução CNAS nº 66/96).
- **Má qualidade:** realização de atividades que não satisfazem as expectativas dos clientes;
- **Organizações universitárias ou organizações de ensino superior:** Apesar de apenas as universidades terem o dever de realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no presente trabalho estes dois termos (organizações universitárias e organizações de ensino superior) serão usados ao se referir a qualquer organização acadêmica de ensino superior, visto que

o escopo do trabalho é a atividade de ensino, presente nas diversas organizações acadêmicas;

- **Produto:** bens e serviços oferecidos por uma organização, tais como os cursos de graduação, pós-graduação, extensão e a pesquisa;
- **Trancamento:** Interrupção temporária dos estudos (evasão temporária). O prazo máximo de trancamento na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) é 2anos;
- **Transferência ou Mobilidade:** migração do aluno para outro curso ou Instituição;
- **Universidades:** são caracterizadas por oferecer ensino, pesquisa e extensão; ter autonomia didática, administrativa e financeira e abrir e fechar cursos e vagas sem autorização, exceto para cursos da área da saúde (Decreto Federal nº 2.306 de19/08/97).

APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS JUNTO AOS COORDENADORES DE CURSO

1 – Período em que exerceu a Coordenação do Curso?								
2012		2013		2014		2015		
1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	
2 – Qualificação do Quadro de Docentes?								
Nº de Docentes por Nível de Formação								
Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós Doutorado				
3 – Como avalia o curso de Administração em sua IES?								
Expectativas	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
Dificuldades	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
Pontos Positivos	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
Pontos Negativos	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
Pontos A Melhorar	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
4 – Caso tenha experiência com evasão, sob sua avaliação quais são os motivos que leva o estudante a evadir-se do curso:								
Sem importância	Pouca importância	Importante	Importância básica	Principal causa				
1	2	3	4	5				
Motivos				Grau de Importância				
				1	2	3	4	5
Escolha experimental por falta de opção								
Horário de Funcionamento								
Incompatibilidade entre o curso e o trabalho								
Valor das Mensalidades								

Qualificação dos Docentes					
Falta de Docentes					
Metodologias adotadas					
Qualificação obtida pelo Curso em avaliação do MEC/CEE					
Perspectiva de empregabilidade e remuneração básica					
Reconhecimento e/ou status social					
Dificuldade de aprendizagem					
Mudanças de domicílio					
Doenças					
Alteração na condição civil do estudante (casamento; separação; falecimento do cônjuge; nascimento de filho; outro)					
Currículo desatualizado					
Falta de estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas, laboratórios)					
Condições de uso das Instalações (salas de aula, cantina, áreas de circulação e/ou laboratórios)					
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão					
Laboratórios de ensino mal equipados					
Acervo bibliográfico desatualizado					
Má qualidade do atendimento aos estudantes					
Retenção em uma ou mais disciplinas					

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS JUNTO AOS
DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

1 – Período em que exerceu a Docência no Curso?										
2012		2013		2014		2015				
1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS			
2 – Número de Disciplinas em que atua/atuou	Ano	Sem	Períodos							
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
	2012	1º								
		2º								
	2013	1º								
		2º								
	2014	1º								
		2º								
	2015	1º								
		2º								
3 – Como avalia o curso de Administração em sua IES?										
Expectativas	1								
	2								
	3								
	4								
	5								
Dificuldades	1								
	2								
	3								
	4								
	5								
Pontos Positivos	1								
	2								
	3								
	4								
	5								
Pontos Negativos	1								
	2								
	3								
	4								
	5								
Pontos A Melhorar	1								
	2								
	3								
	4								
	5								
4 – Sob sua avaliação quais são os motivos que leva o estudante a evadir-se do curso:										

Valoração	Sem importância	Pouca importância	Importante	Importância básica	Principal causa			
	1	2	3	4	5			
Motivos				Grau de Importância				
				1	2	3	4	5
Escolha experimental por falta de opção								
Ingresso no curso sem conhecimento prévio da função profissional								
Horário de Funcionamento								
Incompatibilidade entre o curso e o trabalho								
Valor das Mensalidades								
Qualificação dos Docentes								
Falta de Docentes								
Metodologias adotados								
Qualificação obtida pelo Curso em avaliação do MEC/CEE								
Perspectiva de empregabilidade e remuneração básica								
Reconhecimento e/ou status social								
Dificuldade de aprendizagem								
Mudanças de domicílio								
Doenças								
Alteração na condição civil do estudante (casamento; separação; falecimento do cônjuge; nascimento de filho; outro)								
Currículo desatualizado								
Falta de estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas, laboratórios)								
Condições de uso das Instalações (salas de aula, cantina, áreas de circulação e/ou laboratórios)								
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão								
Laboratórios de ensino mal equipados								
Acervo bibliográfico desatualizado								
Má qualidade do atendimento aos estudantes								
Retenção em uma ou mais disciplinas								

APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ESTUDANTES

DADOS PESSOAIS DO QUESTIONÁRIO						
Sexo	M	Grau de Escolaridade	Ensino Médio ou Equivalente			
			Superior Incompleto			
	F		Superior Completo			
			Pós Graduação			
Esta do Civil	Solteiro	Idade	Entre 17 e 20 anos			
	Casado		Entre 21 e 25 anos			
	Separado		Entre 26 e 30 anos			
	Divorciado		Entre 27 e 35 anos			
	Viúvo		Entre 36 e 45 anos			
STATUS ACADÊMICO DO ESTUDANTE NO ATO DO QUESTIONÁRIO						
Situação do Estudante no ato da entrevista			Matricula trancada			
			Frequente			
Distância aproximada de sua residência e a unida em que estuda			Menos de 100 mts			
			Entre 101 a 200 mts			
			Entre 201 a 300 mts			
			Entre 301 a 400 mts			
			Entre 401 a 500 mts			
			Entre 501mts a 1 Km			
			Mais de 1 Km			
Possuí algum tipo de bolsa (auxílio financeiro)			Não	Sim		
				Federal		
				Estadual		
				Municipal		
				Órgão de amparo a pesquisas		
				Iniciativa Privada		
				ONGs		
Os valores recebidos cobrem as despesas com mensalidades do Curso			Percentual recebido			
			De 0 a 25%			
			De 25 a 50%			
			De 50 a 75%			
			De 75 a 100%			
Motivos que influenciaria a abandonar o Curso	Problemas familiares					
	Problemas de saúde					
	Mudança de cidade					
	Mudança de emprego					
	Motivos financeiros					
	Falta de tempo específico para estudar					
	Não gostou do Curso					

	Dificuldades/reprovação em alguma disciplina				
	Escassez de empregabilidade no mercado local				
	Mudança de interesse, opção de vida e/ou indecisão profissional				
	Não existe integração entre faculdade e empresas.				
	Falta de associação entre teoria e prática nas disciplinas				
	Desconhecimento prévio a respeito do curso				
	Impontualidade dos professores				
	Sistema de avaliação das disciplinas inadequado, ultrapassado ou injusto				
	Dificuldades financeiras momentâneas				
	Relacionamento com colegas/Docentes				
	Possibilidade de ingressar/transferir para Universidade Pública				
	Discriminação racial				
	Baixa remuneração no mercado local de trabalho				
MOTIVOS DA ESCOLHA DO CURSO					
1. Dentre os critérios abaixo, preencha o número que indica o grau de importância no momento da escolha do curso de Administração para sua graduação					
Sem Importância	Pouco Importante	Muito Importante	Importante	Extremamente Importante	
1	2	3	4	5	
CRITÉRIOS					Grau de Importância
Dificuldade de ingresso nas universidades públicas (federais e estaduais)					
Proximidade de casa (localização)					
Qualidade reconhecida dos cursos					
Condição de estudar e trabalhar ao mesmo tempo					
Sempre foi o curso pretendido					
Aparência da estrutura de apoio (bibliotecas, cantinas)					
Aparência das Instalações (salas de aula, laboratórios)					
Possibilidade de estudar a noite					
Influência de familiares e/ou amigos					
Concorrência para ingressar					
A titulação dos docentes					
Remuneração salarial após conclusão do Curso					
Localização da IES					
Orientação insuficiente da Coordenação do Curso, quando solicitadas informações					
Condições de Empregabilidade					
A infraestrutura para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão					
2. O Valor da mensalidade era adequado para os serviços que você recebeu?					
Sim			Não		
PERCEPÇÃO DA QUALIDADE					
3. Na sua opinião, quais os 3 ITENS existentes na Instituição que precisam ser corrigidos para se atingir uma melhor qualidade de ensino?					

Banco										
Tesouraria										
Secretaria Acadêmica										
Coordenação / Departamento										
Metodologia das aulas										
Corpo docente (Professores)										
Biblioteca										
Comunicação interna e externa										
4. Indique os 3 (três) aspectos que, na sua opinião, mais contribuem para boa qualidade de um curso de graduação:										
1. Ter bom conceito no Provão										
2. Possuir ótima infraestrutura de laboratórios, equipamentos e biblioteca										
3. Possuir um bom projeto pedagógico										
4. Ter grande parcela do corpo docente com formação em cursos de mestrado e doutorado										
5. Contar com docentes com reconhecida capacidade de transmissão de conhecimentos										
6. Grau de empregabilidade dos estudantes que concluíram o curso										
7. Oferecer metodologias de ensino extraclases, tais como aulas gravadas, participação em eventos, assistência a comunidade, visitas técnicas										
8. Ser reconhecido no meio acadêmico como um curso de boa qualidade										
5. De modo geral, como você define a qualidade do curso que iniciou?										
Ó t i m a		Boa		Razoável		Ruim		Péssima		N S / N R
MOTIVOS DA DESISTÊNCIA										
6. Dentre os critérios a seguir, INFORME o grau de influência na decisão de abandonar ou trancar o curso de graduação.										
Nenhuma Influência		Pouca Influência		Moderada Influência		Muito influente		Extremam ente Influente		
1		2		3		4		5		
1. Escolha equivocada de carreira										
2. Ter sido admitido para um curso que não foi a minha primeira opção no vestibular										
3. Falta de base para acompanhar o curso										
4. Currículo desatualizado										
5. Métodos de avaliação discentes ultrapassados ou injustos										
6. Deficiência didática pedagógica dos professores										
7. Laboratórios de ensino mal equipados										
8. Acervo bibliográfico desatualizado										
9. Má qualidade do atendimento aos estudantes										
10. Conceito ruim do curso no provão										
11. Mensalidade elevada										
12. Dificuldades financeiras momentâneas										
13. Outras questões de natureza pessoal										
7. Antes de efetuar o trancamento ou decidir pelo abandono do curso, você conversou com alguém na Instituição? Quem?										

1. Não		4. Sim, Professores do curso		
2. Sim – Coordenador do Curso		5. Sim, Serviço de Orientação educacional		
3. Sim – Secretaria Acadêmica		6. Sim: outro		
8. Você está cursando outro curso superior?				
Sim		Não		
Qual?				
1 -			
2 -			
3 -			
4 -			
5 -			
Onde?				
1 -			
2 -			
3 -			
4 -			
5 -			
Por quê?				
1 -			
2 -			
3 -			
4 -			
5 -			
10 Reprovou em alguma disciplina do curso antes da evasão?				
Nenhuma vez	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	
11 - Durante o seu curso, qual foi a carga horária semanal aproximada de sua atividade remunerada (não contar estágio remunerado)?				
.....				
.....				
.....				
11. Qual é sua renda familiar (aproximada)?	Menor que um salário mínimo			
	Um salário mínimo			
	Entre um a três salários mínimos			
	Entre três salários a cinco salários mínimos			
	Entre cinco salários a dez salários mínimos			
	Mais que dez salários mínimos			